



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE TOLEDO/PR
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - CCSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM SERVIÇO SOCIAL
NÍVEL DE MESTRADO**

DANIELA ELIS DONDOSSOLA

**SERVIÇO SOCIAL E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: A PRODUÇÃO DO
CONHECIMENTO NA ÁREA EM QUESTÃO**

TOLEDO-PR

2020

DANIELA ELIS DONDOSSOLA

**SERVIÇO SOCIAL E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: A PRODUÇÃO DO
CONHECIMENTO NA ÁREA EM QUESTÃO**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social, junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Área de concentração em Serviço Social, Política Social e Trabalho Profissional.

Orientadora: Profa. Dra. Esther Luíza de Souza Lemos

TOLEDO-PR

2020

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Dondossola, Daniela Elis

Serviço social e assistência estudantil: : a produção do conhecimento na área em questão / Daniela Elis Dondossola; orientador(a), Esther Luíza de Souza Lemos, 2020.
134 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Toledo, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2020.

1. Serviço Social . 2. Produção do Conhecimento. 3. Assistência Estudantil. 4. Pós-Graduação. I. Souza Lemos, Esther Luíza de. II. Título.

DANIELA ELIS DONDOSSOLA

**SERVIÇO SOCIAL E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: A PRODUÇÃO DO
CONHECIMENTO NA ÁREA EM QUESTÃO**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, *campus* de Toledo-PR, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social, junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Mestrado.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Esther Luíza de Souza Lemos
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE

Profa. Dra. Cleonilda Sabaini Thomazini Dallago
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE

Profa. Dra. Joana Valente Santana
Universidade Federal do Pará/UFPA

Toledo-PR, 02 de dezembro de 2020

“A crise na educação no Brasil não é uma crise; é um projeto.”

Darcy Ribeiro

AGRADECIMENTOS

Mais um ciclo se encerra na minha trajetória de vida, tendo ciência que o processo de aprendizado e construção do conhecimento não se finaliza nunca e que este caminho só é possível com o apoio e a construção coletiva de muitas pessoas que direta ou indiretamente participaram dele. E é neste momento em que pensei não ter mais ânimo nem para escrever estas linhas, que enalteço o combustível que recebi neste percurso para que tal feito fosse possível.

Agradeço meus laços mais fortes, pai Francisco, mãe Lourdes, manas Liza, Paula e Tali pelo incentivo e apoio de sempre, pelas orações e pensamentos positivos enquanto percorria os caminhos esburacados entre Foz do Iguaçu e Toledo; foram tantos “Bom dia, saindo de casa” e “cheguei em Toledo” que me serviram pra demarcar de onde sai e pra onde posso sempre voltar. Agradeço também aos meus sobrinhos Bernardo e Vicente, que mesmo tão pequenos, de alguma forma me deram refúgio e alento para os momentos de cansaço. A vocês o meu muito obrigada.

Aos profissionais sujeitos indiretos desta pesquisa, que realizaram suas pesquisas e produziram conhecimento sobre a assistência estudantil nas mais diversas realidades em IFEs espalhadas pelo país, tendo como pano de fundo também suas vivências, angústias e questionamentos, mas além de tudo o compromisso ético com a construção do conhecimento científico.

A gestão da Universidade Federal da Integração Latino Americana – UNILA, pela oportunidade em viabilizar o afastamento integral durante o período de dois anos do mestrado. Neste mesmo espaço, agradeço a todos os servidores da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil desta universidade, que direta ou indiretamente contribuíram para que este afastamento e minha qualificação profissional fosse possível.

Agradeço as minha amigas, confidentes e companheiras de luta que assumiram toda a demanda de trabalho que viria a acumular durante minha ausência, sem deixar em nenhum momento transparecer que seria um peso para elas, Roseane e Ana Paula Nunes, serei eternamente grata a vocês. A esta última, agradeço ainda as horas que gastei do seu ouvido, com queixas repetidas, choros e pedidos de socorro, nas horas do desespero sempre teve uma palavra certa pra me colocar no eixo novamente, obrigada pela acolhida e pelo carinho.

A minha amiga/irmã Ana Paula Oliveira Silva de Fernández, agradeço a todas as forças do universo pelo encontro de nossas almas, saber que poderia contar com o apoio, incentivo,

correções e o abraço amigo foi essencial. Depois de nove meses separadas pelo fechamento da fronteira entre Brasil e Argentina nosso coração bateu em um só compasso, me dando o último fôlego que precisava.

A Edineia que de “chefe” de Departamento se tornou uma grande e inseparável amiga a quem pude conhecer e admirar ainda mais durante as vivências e experiências que compartilhamos no mestrado e fora dele, e não foram poucas. Me acolheu em sua casa e em sua família me fazendo sentir parte dela; a quem recorri insistentemente nestes últimos momentos de finalização do mestrado como um pedido de socorro, nunca me deixou repetir uma frase desmotivadora. Edi você acreditou em mim quando nem eu mais acreditava, muito obrigada por tudo.

Agradeço calorosamente as amizades construídas com a turma 2018 do PPGSS da Unioeste de Toledo, Dionéia, Tiane, Sonia, Ana Neri e Tania pelas trocas de experiências, aprendizados pessoais, momentos de descontração, dores e aflições de cada uma sei que tudo isso nos tornou mais fortes e nos fez chegar até aqui.

Aos professores e professoras do mestrado, com as necessárias contribuições que sem dúvida colaboraram para o aprimoramento e amadurecimento de minha trajetória profissional. Em especial a Professora Esther Luiza de Souza Lemos, que aceitou assumir minha orientação em um momento tão desafiador e novo para todas nós. Mesmo com tantas demandas, com o compromisso e profissionalismo de sempre traçou junto comigo os caminhos que contribuíram para que esta conquista fosse possível. Mulher forte e de luta que não esmorece diante dos desafios e enfrentamentos, a você todo meu respeito e admiração.

As professoras que aceitaram compor a banca de qualificação e de defesa da dissertação. Professora Dra. Cleonilda Sabaini Tomazini Dallago – UNIOESTE, Profª. Dra. Joana Valente Santana – UFPA, Dra. Rosana Mirales – UNIOESTE, Dra. Erivã Garcia Velasco – UFMT e professor Dr. José Alfonso Klein.

Um agradecimento especial ao meu companheiro de vida, Oberty, que percorreu esta caminhada concomitante a mim no seu doutorado junto com os compromissos e desafios da docência. Sabíamos que não seria fácil, mas não esperávamos que seria tão difícil. Enfim construímos nossa casa, nossa morada e reforçamos os laços de respeito, afeto, companheirismo e cumplicidade. Grata pela paciência, pelas leituras, correções e momentos de fôlego. Te amo.

DONDOSSOLA, Daniela Elis. **Serviço social e assistência estudantil: a produção do conhecimento na área em questão**. 2020 p.129 Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo - PR. 2020.

RESUMO

O Programa Nacional de Assistência Estudantil possui configurações e desdobramentos específicos no Brasil. Principalmente quando - na gestão do presidente Lula - houve a instituição do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Com sua aprovação, a assistência estudantil começou a traçar seus caminhos no campo da educação superior pública nas mais diversas universidades que se expandiam pelo país, ganhando centralidade como meio de acesso e permanência de estudantes às Instituições de Ensino Superior - IES. Nesta conjuntura, deu-se a ampliação das possibilidades de inserção de assistentes sociais neste espaço sócio ocupacional atuando junto à demanda que se apresentava. Aliado a isto, diante das oportunidades e incentivos postos no âmbito das universidades, nota-se o interesse de assistentes sociais, trabalhadores da assistência estudantil nas diferentes universidades do país, em buscar qualificação e ingressar em Programas de Pós-Graduação a busca de mestrado e doutorado na área, produzindo conhecimento científico sobre as demandas que se apresentam e o trabalho profissional na Assistência Estudantil. A partir desta análise, a presente pesquisa traz como tema central o Serviço Social e a produção do conhecimento da área sobre Assistência Estudantil. O percurso metodológico buscou responder ao seguinte problema de pesquisa: **como as produções no âmbito da Pós-Graduação na área de Serviço Social analisam a concepção de Assistência Estudantil no Ensino Superior Público e como relacionam Política de Assistência Social e Política de Educação no âmbito da Assistência Estudantil?** Como objetivo geral definiu-se: **Analisar as concepções existentes sobre assistência estudantil no Ensino Superior Público no país, a partir das teses e dissertações dos Programas de Pós-Graduação na área de Serviço Social**. Como objetivos específicos: sistematizar as produções científicas dos Programas de Pós-Graduação na área do Serviço Social que estudam Assistência Estudantil nas Universidades Federais Públicas; apreender quem são e onde estão os sujeitos que estão realizando pesquisas sobre o tema; explicitar as diferenças de concepções em torno do estudo sobre Assistência Estudantil presente nessas produções. Como recurso metodológico foi realizada pesquisa bibliográfica a partir das teses e dissertações encontradas nos bancos de dados das bibliotecas repositórios e virtuais dos PPGSS da área 32 da CAPES. As reflexões deste estudo proporcionaram visualizar que não existe apenas uma compreensão sobre a natureza, sentido e operacionalização da Assistência Estudantil no ensino superior público. Embora nas produções de teses e dissertações se encontre o entendimento de que o Programa de Assistência Estudantil tenha uma natureza vinculado à política de assistência social, os argumentos traçados nas pesquisas, vinculam uma concepção de assistência estudantil como campo de atuação específico e trabalho profissional no âmbito da política de educação superior.

Palavras chaves: Serviço Social. Produção do Conhecimento. Assistência Estudantil. Pós-Graduação.

DONDOSSOLA, Daniela Elis. Social work and student assistance: the production of knowledge in the area in question. 2020 p.129 Dissertation (master's degree in social work), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo - PR. 2020.

ABSTRACT

The National Student Assistance Program has specific configurations and developments in Brazil. Especially when – in Lula's government - Decree N° 7,234, of July 19, 2010, was published. With its approval, student assistance began to trace its paths in the area of public higher education in the most diverse universities that expanded throughout the country, gaining centrality as a means of access and permanence of students to Higher Education Institutions. At this juncture, there was an expansion of the possibilities for the insertion of social workers in this socio-occupational space, acting with the demand that presented itself. Jointly, in view of the opportunities and incentives offered by universities, there is a greater interest from social workers and student assistance workers to qualify when seeking masters and doctoral graduate programs, producing scientific knowledge about the demands that arise and the professional work in Student Assistance. Based on this analysis, this research has as its central theme Social Work and the production of knowledge in the area of Student Assistance. The applied methodology sought to answer the following research problem: how the productions in the scope of Postgraduate studies in the area of Social Work analyze the concept of Student Assistance in Public Higher Education and how they relate Social Assistance Policy and Education Policy in the scope of Assistance Student? As a general objective it was defined: To analyze the different conceptions about student assistance in Public Higher Education in the country, from master thesis and doctoral dissertation of the Postgraduate Programs in the area of social work. As specific objectives: to systematize the scientific productions of Postgraduate Programs in the area of Social Work that research Student Assistance at Federal Public Universities; apprehend who and where are the researchers who are conducting research on the topic; explain the differences in conceptions around the study on Student Assistance present in these productions. As a methodological resource, bibliographical research was carried out based on the thesis and dissertations found in the databases of the repositories and virtual libraries of the PPGSS in area 32 of CAPES. The reflections of this study allowed us to see that there is not only an understanding of the nature, meaning and operationalization of Student Assistance in public higher education. Although in the production of thesis and dissertations there is an understanding that the Student Assistance Program has a nature linked to the social assistance policy, the arguments outlined in the research, link a conception of student assistance as a specific field of work and professional work in the context of higher education policy.

Key words: Social Work. Knowledge Production. Student Assistance. Postgraduate studies.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICOS

Gráfico 1 - Expansão dos cursos de Pós-graduação na área 32	35
Gráfico 2 - Demonstração da distribuição das produções por região do país	80
Gráfico 3 - Demonstração da distribuição das produções por ano de conclusão.....	81

QUADROS

Quadro 1 - Distribuição das Palavras-chave encontradas nas teses e dissertações dos PPGSS.....	99
Quadro 2 - Distribuição dos principais autores utilizados para referenciar os trabalhos.....	100

TABELA

Tabela 1 Cursos Avaliados e Reconhecidos pela Capes.....	73
Tabela 2 Quantitativo de produções por Universidade vinculada ao PPG.....	75
Tabela 3 Relação de dissertações e teses coletadas na pesquisa.....	77
Tabela 4 Relação dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil.....	129
Tabela 5 Perfil das(os) autores.....	132

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS	- Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABESS	Associação Brasileira de Escolas em Serviço Social
ANDIFES	- Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
ANAS	- Associação Nacional de Assistentes Sociais
CBAS	- Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CAPES	- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEAS	- Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo
CEUs	- Casas de Estudantes Universitários
CFAS	- Conselho Federal de Assistentes Sociais

LISTA DE SIGLAS

CNPq	- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CEFET	- Centro Federal de Educação Tecnológica
CFESS	- Conselho Federal de Serviço Social
CRESS	- Conselho Regional de Serviço Social
DC	- Desenvolvimento de Comunidade
DSS	- Divisão de Serviço Social
EAD	- Educação a Distância
ENESSO	- Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
ENEM	- Exame Nacional do Ensino Médio
FHC	- Fernando Henrique Cardoso
FIES	- Fundo de Financiamento Estudantil
FONAPRACE	- Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
IES	- Instituições de Ensino Superior
IFEs	- Institutos Federais de Ensinos
IFES	- Instituição Federal de Ensino
INSS	- Instituto Nacional de Seguro Social
MEC	- Ministério da Educação
ME	- Mestrado Acadêmico.
DO	- Doutorado Acadêmico
MP	- Mestrado Profissional
DP	- Doutorado Profissional.
ONU	- Organização das Nações Unidas
PDE	- Plano de Desenvolvimento da Educação
PNE	- Plano Nacional de Educação
PNAES	- Programa Nacional de Assistência Estudantil
PPG	- Programa de Pós-Graduação
PPGSS	- Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
PRAE	- Pró-reitoria de Assuntos Estudantis
PROEST	- Pró-Reitoria de Assistência Estudantil
PROCOM	- Pró-Reitoria de Assuntos da Comunidade Universitária
PROUNI	- Programa Universidade para Todos

LISTA DE SIGLAS

REUNI	- Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SNPG	- Sistema Nacional de Pós-Graduação
SENCE	- Secretaria Nacional de Casas de Estudantes
SISU	- Sistema de Seleção Unificada
SINAES	- Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior
UAB	- Universidade Aberta do Brasil
UNE	- União Nacional dos Estudantes
EMESCAM	- Escola Superior de Ciência da Santa Casa de Misericórdia de Vitória
FUFSE	- Fundação Universidade Federal de Sergipe
UFF	- Universidade Federal Fluminense
UFAL	- Universidade Federal de Alagoas
UFG	- Universidade Federal de Goiás
PUC/SP	- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo -
PUC/RJ	- Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUC/RS	- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PUC/GO	- Pontifícia Universidade Católica de Goiás
UERJ	- Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UEL	- Universidade Estadual de Londrina
UECE	- Universidade Estadual do Ceará
UFSM	- Universidade Federal de Santa Maria
UFJF	- Universidade Federal de Juiz de Fora
UFPB	- Universidade Federal da Paraíba
UFPe	- Universidade Federal de Pernambuco
UNB	- Universidade Nacional de Brasília
UNESP	- Universidade Estadual de São Paulo
UNIFESP	- Universidade Federal de São Paulo
UFRN	- Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFPA	- Universidade Federal do Pará
UFAL	- Universidade Federal de Alagoas
UFSC	- Universidade Federal de Santa Catarina

LISTA DE SIGLAS

UNIFESP	- Universidade Federal de São Paulo
UFAM	- Universidade Federal do Amazonas
UFRJ	- Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRGS	- Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul
UFMT	- Universidade Federal do Mato Grasso
UFBA	- Universidade Federal da Bahia
UFRB	- Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFT	- Universidade Federal do Tocantins
UNILA	- Universidade Federal da Integração Latino-Americana
UFES	- Universidade Federal do Espírito Santo
UFMA	- Universidade Federal do Maranhão
UNIOESTE	- Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UTFPR	- Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 SERVIÇO SOCIAL: TRAJETÓRIA HISTÓRICA E O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO	22
1.1 Abordagem histórica do Serviço Social na conjuntura brasileira.....	22
1.2 A Pós-Graduação na área do Serviço Social no Brasil: conquistas históricas e consolidação como área do conhecimento.	33
2 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL COMO TEMA DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NA ÁREA DO SERVIÇO SOCIAL	44
2.1 Trabalho e Educação: categorias fundantes para entender de onde partimos	44
2.1.1 A separação entre trabalho e educação no Modo de Produção Capitalista	51
2.2 A inserção de Assistentes Sociais na Assistência Estudantil: A produção do conhecimento como campo de análise	63
2.2.3 Panorama das teses e dissertações dos PPGSS sobre a temática Assistência Estudantil	71
3 O DEBATE SOBRE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NOS PROGRAMAS DE PÓS GRADUAÇÃO DA ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL	84
3.1 O recorte para análise: as produções acadêmicas e suas respectivas autoras.....	90
3.2 A Assistência Estudantil no Ensino Superior, entre a Educação e a Assistência Social.	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
REFERÊNCIAS	121
ANEXOS	128
APÊNDICE	131

INTRODUÇÃO

O interesse pela temática da assistência estudantil originou-se da própria reflexão sobre a realidade do espaço sócio ocupacional de trabalho desta autora, que exerce a função de Técnica-Administrativa em Educação – TAE como Assistente Social na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) em Foz do Iguaçu/PR, Tal reflexão, assentou-se na necessidade de refletir estruturalmente e teoricamente este espaço de trabalho, que se imaginava não só contribuir para a sua melhor compreensão, como também permitir a percepção de outras nuances e possibilidades para esta mesma realidade.

A reflexão por este espaço de trabalho ganhou corpo quando da realização das disciplinas obrigatórias, eletivas e especiais ofertadas pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNIOESTE – *Campus* de Toledo - Paraná, além da participação em minicursos, palestras, eventos e atividades que cercavam esta temática. O ingresso no mestrado viabilizou o questionamento da proposta apresentada no momento da apresentação do projeto de pesquisa, que inicialmente versava sobre a democratização do acesso à universidade, sem ainda um recorte mais detalhado.

Ocorre que no início da revisão bibliográfica, verificou-se que no Programa de Pós-Graduação ao qual esta pesquisadora está vinculada, das 23 (vinte e três) dissertações defendidas até o ano de 2018¹, foram localizadas 5 (cinco) que abordaram temas relacionados à Assistência Estudantil no ensino superior. Notou-se, portanto que um significativo número de profissionais ligados aos programas de pós-graduação em serviço social tem se esforçado para trazer elementos científicos sobre as questões que envolvem o Programa Nacional de Assistência Estudantil. O que também ficou evidenciado no documento de área elaborado pela CAPES (2016) quando traz a seguinte informação sobre a ampliação do quadro de profissionais que tem buscado a qualificação profissional através do *Stricto-Sensu* enfatizando este tema:

Contribuímos ainda na formação de docentes e técnicos administrativos inseridos nos Institutos Federais de Ensinos (IFEs), em especial, dos assistentes sociais. Hoje os Ifes possuem em seus quadros 294 assistentes sociais, observando-se uma expansão nos últimos anos. Esses profissionais vêm buscando a qualificação em nossos Programas de Mestrado e Doutorado, refletindo sobre aspectos da relação entre a Política de Educação e os programas de Assistência Estudantil. Esse processo reverbera sobre as ações e proposições desses técnicos em suas intervenções. (CAPES, 2016, p.14-15)

¹ O PPGSS da UNIOESTE – *Campus* de Toledo teve início em 04/04/2013.

Diante da constatação de que na atual conjuntura este era um tema bastante recorrente no Serviço Social, verificou-se a necessidade de uma problemática que contribuísse para o desenvolvimento da temática e que também tivesse um recorte e leitura com originalidade. No amadurecimento destas ideias, nas leituras e nas orientações passou-se a perceber que este tema possibilitava outras abordagens, já que diante deste cenário com várias publicações, observamos que poucas² delas realizavam o exercício de compreender estas produções vistas como um todo, a fim de indicar como este conhecimento está organizado. Portanto, era viável, promover um debate acerca da produção científica que envolvesse a assistência estudantil, porém ainda se fazia necessário recortar qual aspecto observar nesse cenário.

Tomando estas publicações como um todo, pareceu latente a existência de diferentes concepções de Assistência Estudantil no Ensino Superior em relação à Política de Assistência Social e à Política de Educação. E, a cada vez que o processo de estudo aprofundava na leitura, verificava-se ser possível concentrar-se nas análises de tais concepções. Frente a isto, no processo de aproximação ao objeto de estudo, levantou-se o seguinte problema da pesquisa: como as produções científicas no âmbito dos Programas de Pós-Graduação na área de Serviço Social discutem a concepção de Assistência Estudantil no Ensino Superior e como elas relacionam a Política de Assistência Social e a Política de Educação?

Apesar de compreender que um grande número de profissionais tem se dedicado na última década a debater este tema, nota-se que ainda não existe uma concepção de Assistência Estudantil resolvida no âmbito do Serviço Social. Esta questão tem sido debatida em eventos da categoria a partir da análise que profissionais que desenvolvem seu trabalho profissional em diferentes âmbitos da própria Assistência Estudantil, identificando-se que existem tendências que vem sendo discutidas, porém sem uma definição específica³. Segundo analistas,

Historicamente, o conhecimento acumulado pelo Serviço Social nesta área contemplou, duas principais concepções: a) aquelas que elucidaram as interfaces da assistência estudantil, tanto com a política de educação quanto com a política de assistência social, e, por isso, partiram do marco teórico de

2 Posterior a coleta do material selecionado para análise, - dentro do corte temporal utilizado – encontramos a tese de doutorado da autora Mireille Alves Gazotto (2019), que discorreu sobre: “O trabalho do(a) Assistente Social na Assistência Estudantil: produção do conhecimento nos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social da região Sudeste do Brasil”.

³ Esta questão foi expressa pela professora Erivã Garcia Velasco (Assistente Social e Pró-Reitora de Assistência Estudantil da UFMT) em sua fala no Seminário Nacional: O trabalho do/a assistente social na assistência estudantil promovido pelo conjunto CFESS/CRESS de 22 a 23 de novembro de 2018 em Cuiabá/MT.

ambas as políticas (suas diretrizes e princípios) para compreender a assistência estudantil; e, b) aquelas produções que situaram a assistência ao/a estudante estritamente no âmbito das políticas educacionais, tratando-a, ora como uma política isolada, ora como parte integrante da própria política educacional. (NASCIMENTO 2018, p. 371)

A fim de viabilizar o desenvolvimento deste problema da pesquisa, a investigação propôs-se a elucidar as particularidades existentes nas produções da área quando abordam a temática da Assistência Estudantil no ensino superior público, tendo objetivo geral analisar as produções científicas de teses e dissertações dos Programas de Pós-Graduação na área de Serviço Social e como tem discutido a concepção de Assistência Estudantil no Ensino Superior público, analisando como relacionam com a Política de Assistência Social e a Política de Educação na Assistência Estudantil. Quanto aos objetivos específicos buscou-se: sistematizar as produções científicas dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social; apreender quem são e onde estão localizados os sujeitos que estão realizando pesquisas sobre o tema; identificar se existem e como comparecem diferentes concepções sobre assistência estudantil presentes nas produções dos PPGSS da área.

Para atender os objetivos desta pesquisa, a definição dos procedimentos metodológicos para a coleta de dados se inicia em maio de 2019. Portanto, optou-se pelo levantamento e coleta dos dados tendo como instrumento principal os bancos de dados/ repositórios e plataformas digitais disponíveis para acesso via internet.

Com o intuito de conhecer o universo pretendido utilizou-se da plataforma de Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, para realizar o levantamento inicial. Tendo acesso ao site, aplicou-se nos refinamentos de busca os filtros: *Busca*: “Assistência Estudantil”; *Ano*: 2010-2018; *Grande Área Conhecimento*: Ciências Sociais Aplicadas; *Área Conhecimento*: Serviço Social e Fundamentos do Serviço Social. Resultando assim na localização de 64 (sessenta e quatro) produções. Destes 64 trabalhos, foram selecionados apenas os que tivessem sido realizado em PPGSS; e as pesquisas realizadas com tema específico da Assistência Estudantil vinculados às Universidades Federais. Com este montante e após serem aplicados os critérios de exclusão estabelecidos anteriormente chegou-se ao resultado de 36 (trinta e seis) trabalhos.

Porém, no intuito de dar maior confiabilidade e abrangência ao universo da pesquisa, após ter sido feito este primeiro levantamento por meio do Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, foi realizada uma busca no banco de dados da Plataforma Sucupira, pela Área 32 da Capes no intuito de conhecer qual era a área de abrangência dos PPGSS no Brasil e como estavam distribuídos. O levantamento mostrou um panorama de 36 PPGSS em nível de Mestrado e Doutorado no Brasil vinculados a área nº 32 da CAPES. Com esta relação, entramos

nos *sites* de cada PPG em seus respectivos bancos de dados/ bibliotecas depositárias para realizar o levantamento das produções realizadas e arquivá-las para posteriormente utilização como fonte da pesquisa. O levantamento realizado nos sites das bibliotecas e repositórios dos Programas de Pós-Graduação destas universidades foi realizado aplicando filtros com títulos sobre “Assistência Estudantil” entre os anos de “2010 a 2018”. Foram considerados apenas títulos que estivessem disponíveis nestas plataformas *online*.

Justificamos que o corte temporal para análise foi demarcado dentro da terceira fase ou a chamada fase atual da Educação Superior Brasileira, marcada pela institucionalização do PNAES aliado às ações da contrarreforma universitária dentro de programas como o REUNI. Sendo assim, a coleta foi demarcada entre os anos de 2010 à 2018, justificando o ano de promulgação do PNAES por Decreto presidencial, até o ano de início da pesquisa.

Com este levantamento realizados nos depositórios dos PPG, chegou-se a um total de 46 trabalhos, dos quais 42 trata-se dissertações e 04 teses, com isto, foram relacionados nominalmente os trabalhos localizados, bem como os programas em que foram desenvolvidos. Além disto, pode-se verificar dentre outros aspectos, qual a maior incidência de produções por região do país e por ano de conclusão.

A fim de integrar os objetivos da pesquisa, utilizou-se das informações coletadas através da currículo Lattes de cada um dos 46 autores com trabalhos selecionados, em que foram extraídas informações como: vínculo institucional do (a) pesquisador (a), se houve mudança neste vínculo de trabalho após a conclusão da pesquisa e se o pesquisador deu continuidade ou não à sua formação acadêmica.

Porém, para que fosse possível a aproximação necessária com os questionamentos propostos e buscar responder a: como as produções discutem a concepção de Assistência Estudantil no Ensino Superior Público? e como discutem a relação entre Política de Assistência Social e a Política de Educação na Assistência Estudantil. Considerando que não seria viável analisar todas as produções (ponderando o curto tempo para análise), utilizamos de alguns critérios e instrumentos para delimitar que:

Primeiramente, como o levantamento foi feito em todos os PPGSS do Brasil e que dentre eles foram localizados quantitativamente mais dissertações que teses, optou-se por selecionar uma dissertação por região do país e manter as 03 teses localizadas no levantamento inicial, totalizando assim 8 produções. Porém, para chegar as 5 dissertações, foi necessário aplicar outros critérios de eliminação. Realizou-se a leitura dos resumos dos trabalho bem como a consulta às informações disponibilizadas no currículo Lattes dos (as) autores (as). Com isto utilizou-se de critérios de eliminação como: as produções em que autores não fossem assistentes

sociais, produções em que autores não estivessem atuando como assistentes sociais na universidade em que a pesquisa foi realizada além de eliminar as pesquisas que tivessem sido desenvolvidas em Institutos Federais.

Com a aplicação destes filtros, chegou-se a um total de 17 trabalhos. Como o objetivo era chegar a 01 trabalho por região do país, nas regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte, não foi necessário aplicar mais filtros pois restaram apenas 01 dissertação em cada uma destas regiões. Já na região Sul como ainda havia 08 trabalhos, utilizou-se como critério final de escolha, um trabalho em que a pesquisadora permanecia vinculada a universidade em que realizou a pesquisa. Na região Sudeste, dos 06 trabalhos restantes, foram retirados os que foram realizados na UFRJ por já ter uma tese de doutorado selecionada neste estado, restando um trabalho da UNESP-FR do ano de 2014 e um da UFJF/MG de 2017 dos quais por critério de ano de conclusão mais recente selecionamos a dissertação da autora da UFJF.

Sendo assim, com as 08 pesquisas selecionadas, realizou-se a leitura dos resumos, sumário, introdução e considerações finais dos trabalhos. Na sequência, procedeu-se com a caracterização das obras, apresentando as teses e dissertações e suas respectivas autoras, trazendo mesmo que brevemente, informações como ano de conclusão da pesquisa, o título e tema do trabalho, além de algumas características iniciais sobre o desenvolvimento da pesquisa e a estruturação dos capítulos. Dando prosseguimento, observou-se ainda quais palavras-chave tiveram mais incidência de repetição nas pesquisas e quais os principais autores que foram utilizados para sustentação teórica nas produções em análise. Inicialmente o levantamento foi feito pelas referências bibliográficas das dissertações, observando os autores que mais se repetiam entre os trabalhos. Em seguida foram separados de acordo com a temática abordada, sendo elas: “Ensino Superior/Educação”, “Serviço Social na Educação”, “Assistência Estudantil”, “Serviço Social”, “Política Social - Seguridade Social - Assistência Social” e os principais autores clássicos e contemporâneos que discutem os temas “Trabalho, Capital/Capitalismo, Estado, Ontologia e ser social”.

E por fim, procedeu-se com a leitura mais atenta dos 08 trabalhos. Observando e coletamos trechos em que pudéssemos notar divergências e /ou similaridades nas concepções sobre Assistência Estudantil. Com isto, identificou-se com maior destaque: entendimento sobre a Assistência Estudantil dentro da Política de Educação; a Assistência Estudantil como Política de Assistência Social; apontamentos justificando porque Assistência Estudantil e Assistência Social são similares e, outros justificando porque Assistência Estudantil e Assistência Social são distintas.

Nesta direção o, trabalho foi estruturado em três capítulos que estão intrinsecamente ligados. No primeiro capítulo, aborda-se em linhas gerais sobre a gênese e a trajetória histórica do Serviço Social dando ênfase a sua institucionalização no Brasil, assinalando o processo de constituição e consolidação da formação profissional no país e sua afirmação como área de intervenção e produção do conhecimento. Demonstramos ainda que, a partir da década de 1970 tem-se início do processo de ruptura do Serviço Social tradicional com sua aproximação às ciências sociais, tendo como consequência o processo de construção do conhecimento seja no avanço dos Programas de Pós-graduação como também no campo do exercício profissional. Apontamos ainda para a necessidade de se fazer relação entre a produção do conhecimento e o projeto ético político do Serviço Social, articulando às dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativas.

O segundo capítulo aborda especificamente a Assistência Estudantil como tema da produção do conhecimento na área do serviço social. Para isto, como parte da fundamentação teórica, buscamos discorrer sobre a concepção de homem e mundo em uma perspectiva crítica, tendo como ponto de partida a categoria Trabalho, esta que é categoria fundante do ser social. Este caminho se fez necessário para compreendermos o processo de constituição do homem e da mulher na história, tendo como base para análise a ontologia do ser social, para assim apreender a relação entre trabalho e educação no modo de produção capitalista e seus rebatimentos na sociedade de classes.

A partir desta análise, apresentamos como ocorre a inserção de Assistentes Sociais na Assistência Estudantil no Brasil e, a partir dessa ampliação do campo de atuação, apresentamos os dados da pesquisa referente ao panorama das teses e dissertações realizadas nos PPGSS da área do Serviço Social sobre a temática Assistência Estudantil, utilizando tanto o material coletado no banco de dados da CAPES como nos currículos Lattes dos autores. A pesquisa realizada analisou 46 produções, destas 04 são teses de doutorado e 42 dissertações de mestrado.

Por fim, o terceiro capítulo apresenta o percurso metodológico utilizado para o recorte da análise das produções, apresentando, suas respectivas autoras e os achados da pesquisa na busca por responder o problema de pesquisa que trata de debater como as produções dos PPGSS discutem a Assistência Estudantil no Ensino Superior, nas tendências que a relacionam com a política de Educação e a política de Assistência Social. Nesta análise optamos por selecionar amostra totalizando 08 trabalhos, sendo 03 teses de doutorado e 05 dissertações de mestrado, considerando uma por região do país.

Desta forma, este estudo pretende evidenciar quais as particularidades existentes no conhecimento produzido por este grupo de pesquisadores e as tendências da concepção de

Assistência Estudantil. Tal proposta decorre da necessidade de desvelar sobre como a produção de conhecimento tem contribuído para o debate da Assistência Estudantil tratada como um direito conquistado na política de educação superior. A proposta se mostra proeminente, pois pode contribuir para o aprofundamento teórico sobre a educação superior no Brasil bem como, compreender de que forma, historicamente a universidade foi construída, observando como as contradições entre capital e trabalho se apresentam no espaço de formação profissional/intelectual.

Outra relevância que pretendemos destacar é sobre a importância de conhecer e publicizar as contribuições realizadas pelos pesquisadores dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social sobre a concepção de Assistência Estudantil que se tem discutido nas universidades públicas brasileiras e sua relevância para a política de educação, reforçando a necessidade de manutenção do PNAES e a efetivação do mesmo enquanto política pública.

Neste sentido, a pesquisa buscou refletir sobre a Assistência Estudantil para além dos aspectos operacionais e institucionais das IES, dando ênfase sobre a importância da produção de conhecimento, principalmente neste momento de tantos ataques e descrédito à ciência e à universidade pública. Sendo assim, não podemos deixar de demarcar aqui, que este estudo, foi realizado tendo como pano de fundo a incidência da pandemia mundial do vírus da Sars-CoV-2 (Covid-19), que afetou drasticamente a vida de todos, principalmente da classe trabalhadora que tem raça, cor e gênero, agravada pelo descaso e truculência com que o Estado brasileiro tem tratado as milhares de vítimas que estão pagando com suas próprias vidas.

1 SERVIÇO SOCIAL: TRAJETÓRIA HISTÓRICA E O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

O objeto de estudo da presente pesquisa é a produção do conhecimento na área do Serviço Social, de maneira mais específica, as teses e dissertações dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social que possuem como tema a Assistência Estudantil nas Universidades Federais. Assim, faz-se necessário, mesmo que brevemente, resgatar o movimento de desenvolvimento do Serviço Social brasileiro e localizar o debate sobre a produção do conhecimento em Serviço Social. Para tanto entendemos necessário abordar sobre a trajetória histórica da profissão, o significado da implantação dos Programas de Pós-graduação na área e os impactos sobre a referência da profissão como área de produção de conhecimento.

1.1 Abordagem histórica do Serviço Social na conjuntura brasileira

Como é de conhecimento e ampla divulgação, a trajetória histórica do Serviço Social brasileiro assevera a relevância da pesquisa para a consolidação da fundamentação teórica da profissão. As bases para que a profissão tivesse destaque quanto a sua intervenção crítica e criativa se deram a partir dos avanços conquistados pela produção do conhecimento consolidado nas últimas décadas no país. A pesquisa que coloca o Serviço Social como objeto de estudo foi fundamental para seu avanço teórico-metodológico e ruptura com perspectiva endógena e conservadora na profissão.

É no final do século XVIII e início do século XIX, que segundo o que nos aponta Martinelli (2001), temos o período que marcou a consolidação do capitalismo industrial no mundo, principalmente com a ascensão da Revolução Industrial na Inglaterra. A partir deste período o capital tem grande incidência sobre as relações sociais neste novo modo de produção que tem um marco importante não apenas pela troca monetária, mas principalmente a dominação do processo de produção, assinalando assim o domínio do capital sobre o trabalho.

Para a autora, no século XX, a sociedade capitalista passava por momentos turbulentos, quando os índices de desemprego e o pauperismo cresciam gradativamente, por não haver condições de absorção de mão de obra nas fábricas. As condições decorrentes da pobreza desencadeadas pelo próprio desenvolvimento do capitalismo eram notórias, com a

mínima possibilidade de ser revertida por intermédio da classe dominante, que se preocupava mais com a recuperação do quadro econômico, do que com qualquer consequência que colocasse em risco o processo de acumulação. Como afirma Netto (2001), pela primeira vez registrada na história, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riqueza.

É nesta direção que Netto (2001, p. 42) pontua que na “Europa Ocidental que experimentava os impactos da primeira onda industrializante, iniciada na Inglaterra no último quartel do século XVIII” vivenciava o que se denominou expressões da “questão social”. Na verdade, o fenômeno do pauperismo que, pela primeira vez na história recente, explicitou a contradição entre a produção de riqueza e aumento da pobreza, cada vez mais evidentes. É também notória a emergência do trabalhador livre, que depende da venda de sua força de trabalho como meio de satisfação de suas necessidades vitais. A “questão social” passa a expressar as diferenças econômicas, políticas, sociais e culturais, das classes, colocando em evidência as disparidades nas relações entre segmentos da sociedade civil e o poder seja ele privado ou estatal.

É neste contexto sócio-histórico, a partir do reconhecimento da “questão social” por parte do Estado burguês, que emerge a profissão de Serviço Social, sendo esta a base que faz emergir a necessidade desta profissão. Netto (1992) nos convida para reflexão de que o Serviço Social nasce no momento em que as contradições da relação capital/trabalho são mais agudas, e não apenas quando as *expressões* da “questão social” começam a emergir. Ou seja, o autor nos leva a refletir que compreender o processo de profissionalização do Serviço Social não pode ser meramente representado como a transformação da filantropia, da caridade e da ajuda em uma profissão reconhecida pelo Estado, é preciso sinalizar que todo este processo está vinculado às contradições inerentes à ordem do capitalismo monopolista sob o comando da burguesia. Nas palavras do autor:

[...] a apreensão da particularidade da gênese histórico-social da profissão nem de longe se esgota na referência à “questão social” tomada abstratamente; está hipotecada ao concreto tratamento desta num momento muito específico do processo da sociedade burguesa constituída, aquele do trânsito à idade do monopólio [...] (NETTO, 1992, p. 14)

São, portanto, as condições econômicas, políticas, sociais e culturais que originam o curso da sociabilidade capitalista, e é na fase monopolista, em momentos e países diferentes, que se iniciam os primeiros passos para o que se constituiu o que hoje existe como a profissão de Serviço Social.

No cenário brasileiro, de acordo com Iamamoto e Carvalho (2000), na década de 1930, o país passa por profundas mudanças socioeconômicas, citando aqui a expansão industrial durante o Governo de Getúlio Vargas (1930 – 1945). Com o desenvolvimento do Capitalismo o país passa a assumir as condições para o funcionamento do mercado. Um conjunto de problemas sociais e econômicos ficava exposto, e assim há uma pressão por parte do proletariado sobre o Estado e a Burguesia. Assim, estes dois últimos articulados, criam um conjunto de leis sociais com o objetivo de controle da população e exploração da mesma, assim como nas palavras de Kameyama (1998, p. 2) “refletindo avanços na divisão social do trabalho, vinculando-se à emergência do trabalho assalariado”. Neste sentido.

As Leis Sociais surgem em conjunturas históricas determinadas, que a partir, do aprofundamento do capitalismo na formação econômico-social, marcam o deslocamento da “questão social” de um segundo plano da história para, progressivamente, colocá-la no centro das contradições que atravessam a sociedade. Ao mesmo tempo, a “questão social” deixa de ser apenas contradição entre abençoados e desabençoados pela fortuna, pobres e ricos, ou entre dominantes e dominados, para constituir-se, essencialmente, na contradição antagônica entre burguesia e proletariado, independentemente do pleno amadurecimento das condições necessárias à sua superação. (IAMAMOTO, CARVALHO, 2000, p.126-127)

Tais leis podem ser consideradas conquistas dos trabalhadores por meio de resistência, e uma concessão do Estado, tendo como resultado a compra a venda da força de trabalho, saindo da esfera mercantil e passando a ser regulada juridicamente no mercado de trabalho através do Estado. Tais legislações são regulamentadas juridicamente a partir do momento que as expressões da “questão social” são explicitadas exigindo respostas.

Aquele novo processo de desenvolvimento econômico e industrial provocou significativas mudanças na vida da classe trabalhadora, o que exigiu do Estado a busca de soluções para seu enfrentamento.

Na década de 1920, Iamamoto e Carvalho (2000), afirmam que algumas instituições sociais haviam sido criadas no Brasil, como a Associação das Senhoras Brasileiras (1920) no Rio de Janeiro e a Liga das Senhoras Católicas (1923) em São Paulo. Estas apresentavam uma diferenciação das práticas tradicionais de caridade, tinham como membras mulheres de famílias burguesas da alta sociedade carioca e paulista. A criação destas instituições ocorre na primeira

fase da reação católica⁴, quando se tem a divulgação do pensamento social da Igreja e da formação do pensamento do apostolado laico. Tal movimento,

Tendo em vista não o socorro aos indigentes, mas, já dentro de uma perspectiva embrionária de *assistência preventiva, de apostolado social, atender e atenuar* determinadas seqüelas do desenvolvimento capitalista, principalmente no que se refere a menores e mulheres. É nesse período, também que a incorporação da mulher à Força de Trabalho urbana deixa de ser “privilégio” das famílias operárias, passando a atingir também a parcelas da pequena burguesia. (Iamamoto e Carvalho 2000, p. 166-167) *italico dos autores.*

A criação destas instituições foi de grande importância para as bases de implantação da Ação Social e o surgimento das primeiras escolas de Serviço Social na década de 1930. De acordo com os autores a criação do Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS) no ano de 1932, foi considerado uma manifestação original do Serviço Social no Brasil, com a finalidade de formar profissionais que atuassem na prática social promovendo, assim, através da doutrina social da Igreja Católica, o conhecimento dos problemas sociais.

Em síntese, é nesta época que surge, no Brasil, as primeiras escolas de Serviço Social e a profissão no país. Esta implantação se dá a partir de iniciativas particulares de grupos e frações da classe dominante, manifestadas principalmente através da Igreja Católica. Segundo registros de Kameyama (1998) a primeira escola de Serviço Social surge em São Paulo (1936) seguido do Rio de Janeiro em 1937⁵, e nos anos seguintes foram criadas outras escolas, isoladas ou vinculadas às universidades públicas ou privadas⁶.

Silva (2007) destaca que o marco da institucionalização da profissão e a sua inscrição na divisão sócio-técnica do trabalho é caracterizada por um momento em que:

[...] seu objeto era o homem carente; seus objetivos, o atendimento a pobreza, mediante ações assistenciais, prestação de serviços e orientação individual; a base de seu conhecimentos era o neotomismo, com conteúdo marcadamente moral, filosófico e religioso. (CARVALHO; SILVA, 2007, p. 194)

⁴ Sobre a primeira fase da reação católica conferir Iamamoto e Carvalho (2000) em *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*.

⁵ Surgem cronologicamente, em 1937 o Instituto de Educação Familiar e Social – composto das Escolas de Serviço Social (Instituto Social) e Educação Familiar – por iniciativa do Grupo de Ação Social (GAS), em 1938 a Escola Técnica de Serviço Social, por iniciativa do Juízo de Menores e, em 1940, é introduzido o curso de Preparação em Trabalho Social na Escola de Enfermagem Ana Nery (escola federal). Em 1944, a Escola de Serviço Social, como desdobramento masculino do Instituto Social (Iamamoto e Carvalho 2000, p. 181).

⁶ Dados atuais coletados através da Sinopse Estatística da Educação Superior do ano de 2018, apontam que no Brasil de um total de 390 instituições que oferecem o Curso de Graduação em Serviço Social, 58 são públicas e 332 privadas.

Neste contexto é que Silva (2007) demarca o surgimento das grandes instituições assistenciais, estatais, paraestatais e autárquicas tais como o Conselho Nacional de Serviço Social (1938), Legião Brasileira de Assistência (1942), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (1942), Serviço Social da Indústria, Serviço Social do Comércio e a Fundação Leão XIII em (1946).

Carvalho & Silva (2007) concluem que com o desenvolvimento industrial e a ampliação da classe operária, o Serviço Social é cada vez mais absorvido pelo Estado. As “disfunções” sociais e individuais passam a se constituir como objeto de intervenção profissional. Deste modo a doutrina da Igreja Católica até então seguida, passa a dar lugar para a incorporação de correntes teóricas no campo da psicologia e algumas vertentes sociológicas, com ênfase no positivismo e no funcionalismo. Estrutura-se de maneira progressiva os métodos tradicionais de trabalho, expressos pelo Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade a partir da influência norte americana.

É, portanto, a partir da década de 1950⁷ que a profissão passa a ter um papel importante no Projeto de Desenvolvimento Nacional, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) juntamente com outros organismos internacionais, se esforçam para divulgar o plano de Desenvolvimento de Comunidade (DC), com a proposta de manter a ordem e o equilíbrio da sociedade “[...] cujo objetivo seria a união dos esforços do povo aos do governo, enquanto estratégia para chegar ao desenvolvimento [...]” (SILVA 2007, p. 26).

Neste período, com o avanço das forças produtivas e sob a influência do capital internacional no país, se agravam também as expressões da “questão social”. É na atuação de enfrentamento a estas demandas crescentes que, alguns profissionais, passam a questionar a atuação a partir da doutrina social da Igreja e, com o objetivo de aperfeiçoar suas técnicas, passam a atuar sob a influência do Serviço Social norte-americano com caráter conservador e baseado no pensamento positivista.

Um marco da trajetória de desenvolvimento da profissão está relacionado com os auto questionamentos, ocorridos entre o final dos anos 50 e início dos anos 60, que desencadearam a crítica aos modelos de atuação importados, originando a emergência do Movimento de Reconceitualização do Serviço Social na América Latina. Este processo, no contexto de

⁷ Neste período apresenta-se a crise nos padrões de acumulação capitalista, sustentados pelo modelo desenvolvimentista do governo de Jucelino Kubitschek, com o fortalecimento do setor privado e do capital internacional (SILVA, 2007, p.26).

democratização das sociedades nacionais oprimidas pelas ditaduras civil-militares vigentes à época nos respectivos países, permitiu que parcela dos profissionais tomassem consciência de suas limitações teórico-instrumentais e político-ideológicas.

Partindo deste marco, com o decorrer do processo econômico, social, político e histórico-cultural da institucionalização da profissão, e considerando a necessidade de sua qualificação diante da demanda que crescia, o Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina instituiu-se a fim de proporcionar uma expressão de ruptura com o Serviço Social tradicional, possibilitando a construção de uma nova identidade profissional.

Segundo Netto (2007), a reconceptualização do Serviço Social tem sua origem no circuito sócio-político e histórico da América Latina em meados dos anos 1960; período em que os movimentos sociais estavam em evidência, impulsionados pela crise mundial e pelo padrão de acumulação capitalista. Foi a partir da inserção dos países latino-americanos na nova divisão internacional do trabalho e com a implantação da política econômica desenvolvimentista, que ampliaram-se as contradições e as desigualdades sociais. Entende-se que:

A reconceptuação é, sem qualquer dúvida, parte integrante do processo internacional de erosão do Serviço social “tradicional” e, portanto, nesta medida, partilha de suas causalidades e características. Como tal, ela não pode ser pensada sem a referência ao quadro global (econômico-social, político, cultural e estritamente profissional) em que aquele se desenvolve. No entanto, ela se apresenta com nítidas peculiaridades, procedentes das particularidades latino-americanas; nas nossas latitudes [...]. Esta determinação política condensa boa parcela da problemática do processo de erosão do Serviço Social “tradicional” entre nós – e que não encontramos em suas outras versões com o mesmo relevo. (NETTO, 2009, 146)

A principal conquista apontada por Netto (2007) do Movimento de Reconceituação foi o momento de recusa dos Assistentes Sociais em reconhecerem-se somente como agentes técnicos executores das políticas sociais. Passaram a exigir atividades de planejamento para além dos níveis de intervenção microssocial e deram ênfase para as funções intelectuais, principalmente através da inserção da pesquisa como sua atribuição, sendo possível a partir disto romper com “(...) la división consagrada de trabajo entre cientistas sociales (los “teóricos”) y trabajadores sociales (los profesionales “de la práctica”)” (p. 78).

O contexto da ditadura militar brasileira foi um marco importante neste processo, pois foi um período em que a profissão passou por uma revisão de denúncia, crítica e autocrítica, sobre sua natureza, objeto, objetivo, teoria e metodologia. Este movimento teve grande

importância para que se revisse e se atualizasse o Serviço Social no país, rompendo definitivamente com o tradicionalismo.

Em Netto (2009), destacamos que a perspectiva modernizadora constituiu-se como a primeira expressão do Processo de Renovação do Serviço Social no Brasil, desenvolvido a partir do I Seminário Regional Latino Americano de Serviço Social, realizado em Porto Alegre/RS, no ano de 1965 que contou com a presença de profissionais do Brasil, Argentina e Uruguai. Este teve como fruto a afirmação dos resultados do primeiro Seminário de Teorização de Araxá em Minas Gerais no ano de 1967 e o Seminário de Teresópolis que ocorreu no Rio de Janeiro no ano de 1970. Neste sentido,

Os documentos produzidos, em ambos os encontros, explicitam e reafirmam a diretriz tradicional do Serviço Social em busca da integração social, assumindo a perspectiva de modernização colocada no contexto da sociedade brasileira como um todo. (SILVA, 2007, p. 35)

Barroco (2005) traz apontamentos sobre o processo de ruptura com a ética tradicional no Serviço Social. Para a autora a partir dos anos 1960 no Brasil tem-se um processo de erosão do *ethos* tradicional, abrindo a possibilidade para a inserção de uma vertente crítica. Durante os anos de 1960 e 1970 uma parcela da profissão opta pela participação política e cívica, ampliando sua consciência social e recusa ideologicamente da ordem burguesa. Na militância católica fazem a opção pelos pobres e projetam-se como agentes de mudança, atuando em atividades de educação popular e formação de quadros políticos junto à população, anunciando seu compromisso com a classe trabalhadora, havendo uma vertente à *intenção de ruptura* com o conservadorismo profissional.

Neste momento estão dadas as determinações da gênese da nova moralidade profissional constituída na participação política, no trabalho com os movimentos populares, influenciada por vertentes críticas do Movimento de Reconceituação latino-americano, na aproximação com o marxismo e com os movimentos revolucionários e na militância progressista católica.

Para tanto o Processo de Renovação do Serviço Social no Brasil se manifesta mediante a uma grande complexidade entre *ruptura* e *continuidade* com o passado profissional, sendo que a modernização conservadora explorou o vetor reformista da profissão e subordinou suas expressões às novas exigências que se colocavam, redefinindo o perfil dos Assistentes Sociais.

Netto (2007) apresenta que é a partir da segunda metade dos anos setenta, que a ditadura militar começa a ter indícios de erosão no país e as forças democráticas avançam na

cena política nacional em meio ao clima político de discussão e de luta pela redemocratização do país. Com a reativação dos movimentos sociais e operário-sindical nos anos de 1970 a 1980, a cultura crítica é favorecida e assumida pelos setores profissionais.

No âmbito do Serviço Social, este cenário aponta para o processo de ruptura com o tradicionalismo, quando Assistentes Sociais se mobilizam e passam a dar ênfase para a organização da categoria profissional e para a formação acadêmica, com a elaboração teórica e metodológica orientada pela maior aproximação às vertentes críticas das Ciências Sociais e pelo método dialético no campo da obra marxiana e da tradição marxista. O Projeto de Intenção de Ruptura transcende e espalha sua funcionalidade para além dos muros da academia incorporando universidade, movimento estudantil, professores, profissionais e movimento da classe trabalhadora, que passaram a questionar a atuação do Estado. Segundo o autor.

Integrado en el sistema universitario en todos sus niveles (graduación y post-graduación), en los años ochenta el Servicio Social brasileño asistió al desarrollo de una perspectiva crítica, tanto teórica como práctica, que se constituía a partir del espíritu propio de la Reconceptualización. No se trató de una simple continuidad de las ideas reconceptualizadoras, dado que las condiciones históricas, políticas e institucionales eran muy diversas de las del período anterior; lo que se dio fue una retomada de la crítica al tradicionalismo a partir de las conquistas de la Reconceptualización – por esto, es adecuado caracterizar el desarrollo de este “Servicio Social crítico” en Brasil como heredero del espíritu de la Reconceptualización: comprometido con los intereses de la masa de la población, preocupado con la interlocución con las ciencias sociales e invirtiendo fuertemente en la investigación. (Netto, 2007 p.83)

No entanto Netto, (1989) sinaliza que, neste momento, houve uma aproximação enviesada de setores do Serviço Social à tradição marxista, seja pelos constrangimentos políticos, pelo ecletismo teórico ou pelo desconhecimento das fontes clássicas. “Enfim, a aproximação não se deu às fontes marxianas e/ou aos “clássicos” da tradição marxista, mas especialmente a divulgadores e pela via de manuais de qualidade e níveis discutíveis” (NETTO, 1989, p. 97).

É importante destacar o papel desta redefinição na relação dos profissionais com os setores populares, reconhecendo a perspectiva de construção de uma postura profissional assentada em princípios democráticos. Porém por mais que houvesse boa intenção por parte dos profissionais envolvidos, também existiram equívocos no decorrer deste movimento. Para o autor o ativismo político encobriu as fronteiras entre a profissão e o militantismo, o que de certa forma caracterizou o exercício profissional como um ofício heroico ou messiânico.

Apesar de considerar estes equívocos, o Movimento de Reconceituação proporcionou ao Serviço Social a aproximação com um pensamento mais crítico, além do mais possibilitou a participação e visibilidade de seus profissionais na formulação da constituinte e na construção de um projeto ético-político profissional.

Neste curso, para Netto (2009), o Projeto de Intenção de Ruptura constituiu-se entre os anos de 1972 e 1975, na experiência que emergiu na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, onde se formulou posteriormente o chamado “Método de Belo Horizonte”, espalhando-se no que ficou conhecido como Congresso da Virada em 1979 em São Paulo. Esta é uma direção progressista crítica que buscou lutar contra a ditadura militar no âmbito político e ideológico, contra a censura, a falta de liberdade de expressão e o autoritarismo.

Este período foi marcado por um avanço significativo em diversas áreas da profissão, como a criação da ANAS (Associação Nacional de Assistentes Sociais), incidindo nas gestões do CFAS (Conselho Federal de Assistentes Sociais) e da ABESS (Associação Brasileira de Escolas em Serviço Social)⁸. No plano acadêmico-científico, incidiu na criação da Revista Serviço Social & Sociedade em 1979 e no avanço da Pós-Graduação na área com o reconhecimento oficial da pesquisa em Serviço Social pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Sendo assim,

Fica compreendido que o processo de desenvolvimento do Serviço Social no Brasil não é linear nem homogêneo, como não é o próprio movimento social. Trata-se, por conseguinte, de um processo marcado por confrontos com as forças conservadoras e reacionárias existentes no interior do quadro profissional e da sociedade brasileira e, ao mesmo tempo, pelas divergências e contradições entre as próprias forças que se colocam na perspectiva dos interesses dos setores populares. (SILVA, 2007, p. 43)

Após o Congresso da Virada em 1979, momento histórico que é marco para a categoria no país, demarca-se a emergência do movimento de *intenção de ruptura com o conservadorismo*. Este processo se expressa na disputa da direção das organizações políticas da categoria e ganha materialidade, principalmente, na aprovação da nova proposta de formação profissional com incidência junto ao MEC na aprovação da revisão do currículo mínimo em 1982 e na aprovação do Código de Ética 1986.

⁸ Atualmente denominados Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)

Ao mesmo tempo, junto aos movimentos sociais e sindicais dos trabalhadores, o posicionamento progressista marcou o período, com a participação dos profissionais na formulação da Constituição Federal de 1988 e na luta pela efetivação de direitos sociais no país. Tal conjuntura irá incidir na construção de novos valores e princípios éticos que apontam para a direção de novas determinações sobre as competências profissionais, não dependendo somente da vontade política de profissionais mas também das condições objetivas e da capacidade de torná-los concretos.

Em pleno processo de redemocratização do Brasil e participando da luta pelas liberdades democráticas, a profissão passa a se aproximar da teoria social de Marx, apropriando-se de fundamentos que evidenciam a contradição da relação capital/trabalho e explicam a natureza do modo de produção capitalista. Essa aproximação à teoria social crítica se expressa no posicionamento contrário à exploração da classe trabalhadora em favor dos valores e princípios emancipatórios, expressos por meio da construção do Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais de 1993, quando se assume o compromisso com o ser humano genérico, contra as diferentes formas de exploração, opressão, preconceito e arbitrariedade.

Barroco (2005) aponta que desde os anos 1980, a ontologia social de Marx associada às discussões sobre o cotidiano, a reificação e o método crítico-dialético, se apresentam na literatura profissional, principalmente através das obras de Netto e sua interlocução com cientistas sociais e filósofos que estudavam György Lukács, como Carlos Nelson Coutinho, Sérgio Lessa, Ricardo Antunes e Ivo Tonet.

É importante destacar que todo este processo e as conquistas decorrentes dele não ocorreram de maneira unânime no interior da profissão, muito menos que não estiveram presentes disputas e contradições, ou seja, não houve uma “identidade profissional homogênea”. Houve uma hegemonia da vertente teórico-metodológica no âmbito profissional, que foi se fortalecendo no país nas décadas de 1980 e 1990.

Barroco (2005) observa ainda que na entrada dos anos 1990 era evidente um amadurecimento deste “vetor de ruptura” com o conservadorismo, porém não significava que esse conservadorismo profissional e, junto com ele, o reacionarismo, tivessem sido superados no interior da categoria. Nestes termos a hegemonia presente no Código de 1993, expressa a capacidade teórico-prática de dar respostas aos desafios postos na atualidade.

Neste sentido, a ética potencializou as disputas que questionavam o histórico conservadorismo no Serviço Social, pois a partir da formulação deste novo código, a atuação profissional passou a estar pautada na defesa intransigente dos direitos humanos e na recusa do

arbitrio e do autoritarismo, ampliação e consolidação da cidadania, da autonomia e da emancipação dos indivíduos sociais, garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras, defesa do aprofundamento da democracia, posicionamento em favor da equidade e justiça social e comprometimento com a qualidade dos serviços prestados à população. Ficando assim evidente a materialização do papel fundamental que a aproximação com as bases da teoria social de Marx teve para imprimir os valores e princípios básicos expressos no projeto ético-político profissional.

Vale salientar o que Carvalho & Silva (2007) destacam como avanços conquistados pelo Serviço Social neste período. As autoras destacam um salto qualitativo na formação profissional com o desenvolvimento de um projeto de formação a partir de novas alternativas de intervenção que vinham sendo construídas, principalmente, pela inserção do Serviço Social no contexto universitário e conseqüentemente o avanço da produção acadêmica e da pós-graduação. Além disto, a inserção de assistentes sociais em atividades de pesquisa e na produção do conhecimento passa a ser considerado, também, atribuição profissional com a nova Lei de regulamentação profissional, Lei nº 8.662/1993. Sendo assim,

O resultado foi uma rica produção científica sobre as políticas sociais, sobre a profissão e sobre questões sociais relevantes, o que faz com que o Serviço Social seja considerado área específica de conhecimento no campo das Ciências Sociais Aplicadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A consolidação da ação profissional no campo das Políticas Públicas de corte social, constituindo-se sujeito ativo do processo político que culminou com a Constituição Brasileira de 1988, onde ficou instituída a Seguridade Social no país, compondo-se da Política da Saúde, da Previdência Social e da Política de Assistência Social, passando esta, por conseguinte, a assumir o status de Política Pública; participação direta na luta pela inclusão da participação social como princípio constitucional, permitindo a instituição de conselhos de gestão direcionados ao desenvolvimento do controle social nas Políticas Públicas, o que representa, na atualidade, campo relevante de prática para os profissionais de Serviço Social nos municípios brasileiros (CARVALHO; SILVA, 2005, p. 134-135).

A trajetória do Serviço Social no Brasil possui as determinações do capitalismo mundial e de sua inserção no contexto latino-americano mediado pela particularidade da luta de classes na realidade brasileira. Sendo uma profissão de natureza interventiva que se instituiu na divisão social e técnica do trabalho (IAMAMOTO, 2007), sua apreensão não dissocia formação e trabalho profissional e a articulação entre as entidades da categoria no contexto das relações sociais. Sendo assim, tendo em vista responder ao problema da presente investigação,

abordaremos a particularidade da inserção do Serviço Social na Pós-Graduação brasileira e sua dimensão como área de produção do conhecimento.

1.2 A Pós-Graduação na área do Serviço Social no Brasil: conquistas históricas e consolidação como área do conhecimento.

Após compreendermos o percurso histórico e social da consolidação do Serviço Social no Brasil, apresentamos os determinantes para a consolidação da Pós-Graduação no país e sua especificidade para a área do Serviço Social.

Carvalho & Silva (2007) retratam que a Pós-Graduação *stricto sensu* se inicia no Brasil nos anos de 1960, vinculada ao Ministério da Educação, porém é apenas em 1975 que se institui o Sistema Nacional de Pós-Graduação. Para as autoras, um dos elementos impulsionadores para a criação e a expansão da Pós-Graduação em Serviço Social no país na década de 1970, foi sua interlocução e diálogo com as diferentes áreas do saber e entre diferentes tendências teórico-metodológicas presentes no debate profissional.

É pela Pós-Graduação que de acordo com Carvalho & Silva (2005) o Serviço Social ganha espaço junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e em outras agências de fomento. Além disto, o pós-doutorado e a livre docência passam a ter a possibilidade de ser realizados fora do país. É neste ponto que Kameyama⁹ (1998) traz a importante contribuição de que a refuncionalização e a expansão do ensino superior no país, compõe a oferta de cursos de graduação e pós-graduação em Serviço Social.

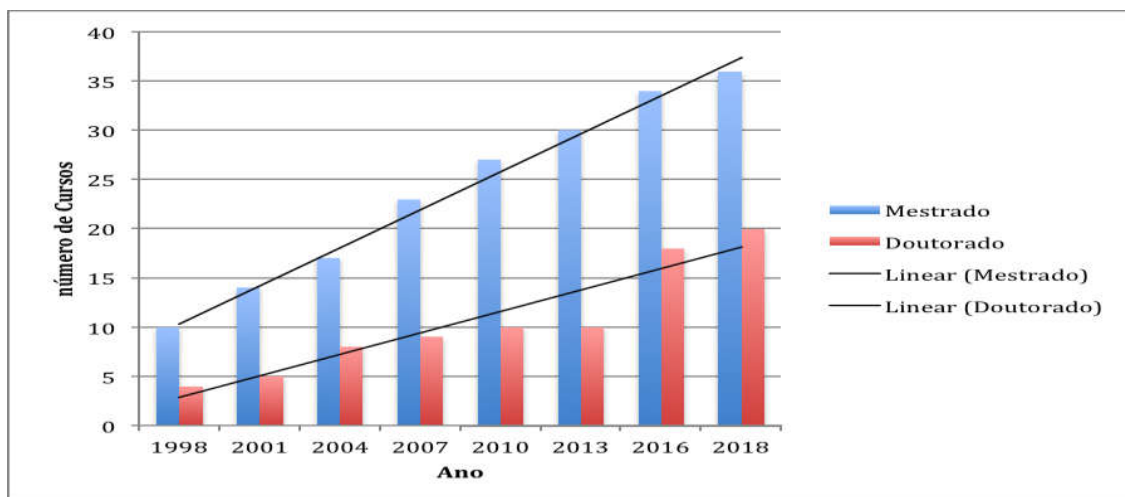
⁹ Destacamos aqui a importância da professora Nobuco Kameyama para o Serviço Social brasileiro. Dentre tantas contribuições de sua trajetória intelectual na área, ela foi uma das primeiras no Serviço Social a destacar a importância da construção da trajetória da produção do conhecimento. Em nota divulgada pela Escola de Serviço Social (ESS) da UFRJ destaca-se que: “Nobuco dedicou parte significativa da sua vida e da sua vasta produção acadêmica a ESS da UFRJ, desde 1987, quando aqui ingressou como docente. Sua qualificação teórica e grandeza intelectual não a privaram de assumir funções administrativas importantes em nossa unidade de ensino; de 1998 a 2002, exerceu o cargo de Vice-Direção e, de 2002 a 2004, o de Coordenação do Programa de Pós-Graduação do Serviço Social. Foi justamente sua atuação neste programa, ao lado de outros intelectuais (Carlos Nelson Coutinho, José Maria Gomez, Marilda Villela Yamamoto, José Paulo Netto e Jean-Robert Weissaupt), que possibilitou um profundo redimensionamento da pós-graduação da ESS da UFRJ e a sua transformação num centro de pesquisa de excelência, reconhecido internacionalmente. Mas a contribuição de Nobuco Kameyama extrapola em muito o âmbito desta unidade de ensino. Tendo sido consultora do CNPq por quase uma década (1990-1998) e se dedicado com paixão ao desenvolvimento da pesquisa pós-graduada, nos legou o reconhecimento do Serviço Social como área de produção de conhecimento pelos órgãos de fomento de pesquisa”. (AGÊNCIA UFRJ DE NOTÍCIAS - PRAIA VERMELHA, 2011)

A autora nos evidencia que é no ano de 1972 que foi criado o primeiro curso de pós-graduação em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP, no mesmo ano também sendo criado o Programa na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC/RJ. Anos depois em 1977 na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUC/RS, em 1978 na Universidade Federal da Paraíba - UFPB, em 1979 na Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. No ano seguinte, em 1980 a PUC/SP cria o primeiro curso de doutorado na área do Serviço Social no país. De acordo com autora, terminado o período ditatorial foram criados dois cursos de mestrado, um na Universidade Nacional de Brasília - UNB em 1991 e em 1993 na Universidade Estadual de São Paulo - UNESP - Franca, além de um curso de doutorado na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nas palavras da autora,

A partir de 1985 a área de Serviço Social passa a ser reconhecida pelos órgãos de fomento à pesquisa: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, passando a receber apoio financeiro e bolsas de estudos: pesquisadores, alunos dos cursos de doutorado, mestrado e graduação (bolsas de iniciação científica). (KAMEYAMA, 1998, p. 4)

Este processo de expansão se desenvolveu consideravelmente principalmente a partir dos anos 2000. De acordo com os dados obtidos pelo relatório do documento de área da Capes (2019), o gráfico abaixo demonstra evolução desse processo de expansão. O relatório apresenta que no ano de 2014, estavam implantados 33 Programas na área de Serviço Social no Brasil, dentre eles 16 Doutorados. No ano de 2015 foi aprovado o primeiro mestrado em instituição pública no estado do Rio Grande do Sul, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Outro pioneiro em seu estado, em instituição pública federal foi o mestrado da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP, além dos Doutorados na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN e na Universidade Federal do Pará – UFPA (primeiro doutorado da área na Região Norte). No ano de 2016, foi aprovado o Doutorado na Universidade Federal de Alagoas – UFAL¹⁰.

¹⁰ Para os dados detalhados sobre diagnóstico da área (incluindo a distribuição dos Programas de Pós Graduação – PPG – por nota, região e modalidade) consultar o Documento de Área na íntegra disponível em http://uab.capes.gov.br/images/Documento_de_%C3%A1rea_2019/DOC_SERVICO_SOCIAL_01_11.pdf

Gráfico 1. Expansão dos cursos de Pós-graduação na área 32

Fonte: Relatório do documento de área da Capes. Área 32 - Serviço Social (2019)

O relatório aponta para uma significativa observação sobre a importância da Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil. Para além de sua expansão no país, (considerando a avaliação quadrienal de 2017 (2013-2016), representa 0,8% dos Programas existentes no Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). A Pós-Graduação na área de Serviço Social tem relevância pelas defesas expressas em uma formação pública, de qualidade, exclusivamente acadêmica, que tem sua evidência sobre o planejamento, a gestão e a avaliação de políticas públicas.

Além disso, o relatório enfatiza que os cursos de mestrado e doutorado na área assumem um lugar de privilégio pela posição que assumem, tendo a centralidade da produção do conhecimento sobre temas que envolvem “questão social”, políticas sociais na contemporaneidade e o avanço teórico-metodológico do Serviço Social. Além dos temas gerais de interesse das Ciências Sociais que envolvem trabalho, reestruturação produtiva, proteção social, seguridade social, avaliação e análise de políticas e programas sociais, buscam produzir conhecimento também sobre questões que norteiam o envelhecimento, terceiro setor, migrações, voluntariado, questão agrária, urbana e ambiental, questões identitárias, família, estudos sobre criança e adolescente, entre outros. Tais produções desenvolvidas por estes pesquisadores só reforçam a crescente preocupação da área sobre as expressões da “questão social” no Brasil, sejam elas a nível local, regional e/ou nacional.

Para chegar a estas características de expansão e relevância científica apontadas nos dados atualizados do relatório da Capes, retomamos o que Netto (1996) sinaliza sobre a maioria do Serviço Social. Para o autor, é na década de 1980 que essa maioria se

apresenta como um grande marco para a profissão no Brasil em relação à elaboração teórico-científica. Neste período “constituiu-se uma *intelectualidade* no Serviço Social”, orientada pela influência da tradição marxista.

É, portanto, sobre as particularidades do processo de desenvolvimento histórico do Serviço Social que Mota (2013) enfatiza o reconhecimento da categoria enquanto sua capacidade organizativa para manter as conquistas duramente alcançadas durante o processo de construção e consolidação da profissão até hoje. Para a autora o peso de sua resistência política garante, por exemplo, a recusa aos cursos sequenciais, à distância e à criação de mestrados profissionais.

Ainda segundo os apontamentos de Mota (2013) o reconhecimento do Serviço Social como área do conhecimento não foi um processo exclusivamente originado pelo mérito intelectual da profissão como área do conhecimento acadêmico-profissional, é também “[...] resultado de determinações universais (que são extensivas a outras profissões e áreas), relacionadas à dinâmica capitalista e às suas inflexões sobre o campo da educação” (MOTA, 2013, p.20). Outro marco a ser destacado nessa consolidação que tem destaque é o papel do Estado como indutor da pesquisa e da formação profissional, iniciado nos anos 1960 e posteriormente nos anos 1990, quando a pesquisa passa a ser impulsionada pelos parâmetros da contrarreforma da educação superior no país sobre as exigências da produtividade do capital.

Gazotto (2019) apresenta que na medida em que a profissão começa a ganhar o seu espaço no campo intelectual e constrói redes que possibilitam agregar valor ao seu fazer profissional e apreendendo o movimento da sociedade, outras dimensões começam a se constituir e compor o projeto ético-político profissional. Neste aspecto, o apoio político-organizativo da profissão, efetivado por seus órgãos representativos é fundamental. O conjunto Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)/Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), a ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), ENESSO (Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social), além do conjunto de leis, resoluções e documentos que legitimam o exercício profissional sendo eles, Código de Ética profissional de 1993, a Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social (Lei 8.662/93) e as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social da ABEPSS (1996), são as balizas que dão materialidade a esta direção social. Neste sentido,

O Serviço Social brasileiro, redimensionou-se num forte embate contra o tradicionalismo profissional e seu lastro conservador, adequando criticamente a profissão as exigências do seu tempo, qualificando-a teoricamente como o atesta a produção acumulada nas últimas duas décadas e o crescimento da pós-

graduação. Também, nesse processo, a profissão deu um radical giro na sua dimensão ética e no debate nesse plano. Constituiu democraticamente a sua normatização, expressa no código de ética de 1993, que dispõe de um caráter de obrigatoriedade ao estabelecer os direitos e deveres do assistente social, segundo princípios e valores radicalmente humanistas, na contracorrente do clima cultural prevalecente, que são guias para o exercício cotidiano. (IAMAMOTO, 2007, p.225)

Iamamoto (2007) destaca que é importante visualizar que o projeto profissional do Serviço Social não foi construído em uma perspectiva corporativa, voltado a atingir interesses específicos de um grupo profissional. Ainda que abarque elementos de defesa das prerrogativas profissionais, - por ter um caráter histórico e dotado de uma dimensão ético-política, tem abrangência de universalidade, com enfoque no coletivo. Enquanto profissão não olha apenas para si, “[...] Isto porque ele estabelece o norte, quanto à forma de operar o trabalho cotidiano, impregnando-o de interesses da coletividade ou da "grande política", o movimento de afirmação da teleologia e da liberdade na práxis social (IAMAMOTO, 2007, p. 227)”.

É, portanto, neste meio que o projeto ético-político se materializa em uma dimensão coletiva, envolvendo valores, compromissos sociais e princípios, que estão em permanente discussão e renovação. É preciso analisar este projeto de acordo com as necessidades da realidade vivida, bem como que suas ações políticas sejam coerentes com os compromissos assumidos. De acordo com as análises de Netto (2009), é principalmente através da maturidade profissional e político-organizativa, que a profissão obtém (através de suas entidades representativas, de seus fóruns deliberativos, ampliado a produção de conhecimentos científicos) que se reproduz à autoimagem da profissão, integrando valores que a legitimam diante da sociedade, estabelecendo limites e priorizando objetivos e funções a serem exercidas, formulando os requisitos teóricos, institucionais e práticos para o seu exercício, prescrevendo normas para o comportamento dos profissionais, além de estabelecer limites na relação entre os usuários de seus serviços, com as outras profissões, organizações e instituições sociais, privadas e públicas, que deverão interagir no decorrer de sua prática profissional. Para o autor,

Os projetos profissionais também são estruturas dinâmicas, respondendo as alterações no sistema de necessidades sociais sobre a qual a profissão opera, as transformações econômicas, históricas e culturais, ao desenvolvimento teórico e prático da própria profissão e, ademais, as mudanças na composição social do corpo profissional. Por tudo isso, os projetos profissionais igualmente se renovam e se modificam. (NETTO, 2006, p. 144).

Os componentes que materializam o projeto-ético político contemporâneo do Serviço Social, de acordo com Reis (2004) podem se manifestar na prática interventiva profissional, através de três dimensões, as quais são: *dimensão da produção de conhecimentos no interior do Serviço Social*, refere-se a dimensão investigativa da profissão, e promove a afinidade com as tendências teórico-críticas do pensamento social, e proporcionam debates que questionam posturas conservadoras, e cultivem a teoria de manutenção da ordem.

A segunda dimensão é a *político organizativa da profissão*, ou seja, como a profissão se organiza politicamente, por meio do conjunto de instituições já citados anteriormente que proporcionam o direcionamento da profissão, a divulgação das produções científicas, a articulação com os estudantes; é através destes fóruns consultivos e deliberativos, das entidades representativas, que são originados as linhas de ação do projeto, determinando compromissos e princípios a serem seguidos, o que indica um espaço democrático e aberto, permitindo diferentes concepções do pensamento crítico.

A terceira dimensão é a *jurídico-política*, envolve um conjunto de leis, resoluções, documentos e textos políticos, que dão sustentação a profissão, porém subdivididos em duas esferas, um aparato político-jurídico de caráter estritamente profissional, que possuem componentes que legitimam a profissão como: Código de Ética, Lei que Regulamenta a Profissão (Lei 8.662/93) e as novas Diretrizes Curriculares de 1996. E por fim, o componente jurídico político de caráter mais abrangente. Podemos citar o conjunto de Leis advindas da Constituição Federal de 1988 e afins, mesmo que não sendo exclusivas da categoria, foram conquistas que envolveram a luta de assistentes sociais, fazendo parte ainda de um instrumento que viabiliza a concessão de direitos através das políticas sociais executadas e planejadas pela categoria.

É por meio destas dimensões que Iamamoto (2009) aponta que o projeto ético-político se materializa, em uma dimensão coletiva, envolvendo valores, compromissos sociais e princípios, que estão em permanente discussão e renovação. É preciso analisar este projeto de acordo com as necessidades da realidade vivida, bem como que suas ações políticas sejam coerentes com os compromissos assumidos no projeto. O caráter ético-político do projeto profissional do Serviço Social, se expressa quando por meio da luta hegemônica dos profissionais – enquanto cidadãos e trabalhadores – conseguem se reconhecer como parte de um “sujeito coletivo”, e partilhar de concepções em comum, que visam à realização de ações na comunidade política.

Entretanto é importante ressaltar que o exercício profissional é tensionado pela compra e venda da força de trabalho especializada, e esta condição de assalariamento estabelece a

qualidade com que esse trabalho se realiza; quando submetidos à intensa jornada, salário, controle do trabalho, índices de produtividade e metas a serem cumpridas. Frente a isto Yamamoto (2009) afirma que os Assistentes Sociais possuem uma “relativa autonomia”, pois mesmo que haja uma legislação profissional que resguarde e reclame judicialmente a autonomia profissional, há por outro lado uma forte pressão e correlação de forças econômica, política e culturais nos espaços sócio-ocupacionais que pressionam as condições e relações sociais postas para o exercício profissional. Ainda tratando da materialização do Projeto Ético-Político Profissional Mota (2013) nos dirá que

O núcleo desta unidade é sustentado pela direção do Projeto Ético-Político Profissional, seja através do exercício profissional, seja pelo papel intelectual que a profissão protagoniza em face dos seus objetos de conhecimento e intervenção. Refiro-me às relações sociais e suas expressões objetivas na sociedade burguesa madura, como é o caso das determinações, manifestações, ideologias e práticas de enfrentamento da questão social no Brasil, razão pela qual vislumbro a possibilidade de “suspensão” deste conhecimento crítico em relação às exigências do exercício cotidiano, sem promover descolamento algum da realidade, embora redimensionando os meios através dos quais se materializam as relações entre o Serviço Social e a realidade. O que se põe são outras mediações, entre elas as atinentes ao trabalho do assistente social nos termos em que trata Yamamoto (2007, p. 414-415) ao problematizar “a tensão entre projeto ético-político profissional e estatuto assalariado. (MOTA 2013, p.22)

Apontando para esta direção, Fortuna & Guedes (2020) apresentam a necessidade dessa relação entre a produção do conhecimento e o projeto ético político para o Serviço Social. Para as autoras, só é possível transformar aquilo que se conhece. Portanto, a produção do conhecimento na área deve seguir a direção do movimento do real e estar comprometida com as necessidades concretas dos sujeitos sociais presentes em seu cotidiano. Esta articulação da produção do conhecimento com o movimento do real e a apreensão crítica do sistema de dominação-exploração, requer o cuidado de aprendermos os elementos constitutivos do projeto profissional, que direciona o Serviço Social com o intuito de superar os traços do ideário reacionário e conservador presentes na categoria profissional, e que diante da atual conjuntura vem ganhando alguns espaços e se tornando mais explícito, no momento em que negam a dimensão ético-política da profissão e sua vinculação com as dimensões teórico-metodológica e técnico-operativa do Serviço Social. Sendo assim,

A produção do conhecimento mais próxima possível da realidade e das determinações postas no cotidiano profissional levando em consideração suas particularidades à luz do projeto ético-político profissional do serviço social

contribui diretamente neste processo, haja vista que, as reais demandas da população são captadas pelos profissionais por meio de um conducto que é a mediação. Sem este movimento, as ações profissionais não corresponderão ao movimento do real e se tornarão ações isoladas, fragmentadas, superficiais e, no máximo, se enquadrarão em ações reiterativas. (FORTUNA; GUEDES, 2020 p.29)

Frente a estes desafios, Netto (2016) apresenta as faces do neoconservadorismo presentes na profissão. O autor indica que nos últimos 15 anos o Serviço Social se expandiu significativamente e se consolidou no país, expansão esta que pode ser atribuída também pelo crescimento do número de cursos de graduação e pós-graduação e aumento das áreas de intervenção em decorrência da ampliação do mercado de trabalho no âmbito das políticas públicas, o que trouxe maior visibilidade à profissão. Neste cenário o autor enfatiza que do ponto de vista das disposições presentes na prática profissional, há tendências históricas conservadoras e pragmáticas, que se cruzam com correntes de natureza mais crítica.

O neoconservadorismo que se registra no Serviço Social latino-americano decorre de um processo que ultrapassa as fronteiras profissionais e segundo ele, são caracterizadas por seis traços que evidenciam as concepções pós-modernas e a reincidência de ideais da tradição conservadora no Serviço Social, são elas:

1. A aversão às concepções teóricas macroscópicas da vida social (em particular, a aversão ao marxismo e as suas categorias de análise sem qualquer tratamento minimamente sério (...)).
2. O abandono efetivo das concretas dimensões históricas da “questão social” e suas inúmeras expressões, substituídas por um multiculturalismo abstrato e relativista;
3. O menosprezo das dimensões econômicas e políticas da “questão social”, com privilégio abstrato das problemáticas culturais e psicossociais;
4. A redução da investigação a levantamentos empíricos de situações particulares, pontuais e limitadas, desconectadas da totalidade social;
5. A centralização das intervenções profissionais na execução terminal de políticas públicas (o profissional da “prática”, o agente “técnico”);
6. A sistemática negação das funções ideológicas da profissão (controle social, disciplinamento). (NETTO 2016, p. 66)

Seguindo nesta linha de análise, Netto (2016) aponta que na transição do século XX para o XXI, justamente quando o projeto ético-político do Serviço Social começava a florescer é que ele se viu problematizado. A conjuntura política brasileira desde o governo Fernando Henrique Cardoso - FHC, transcorridos os governos Lula e Dilma, adequaram-se às exigências postas pela ordem do capital, provocando diversas mudanças no campo das políticas públicas e com rebatimentos concretos na grande parcela da população. O autor destaca que duas

políticas tiveram significativas mudanças neste período, que foram a Assistência Social e a Educação, a primeira segundo ele, convertida “na arte de enxugar o gelo” promovendo a chamada inclusão social no intuito de reduzir assimetrias econômico-sociais e a segunda em uma clara mercantilização e favorecimento da privatização.

Com isto, Netto (2016) sinaliza dois elementos do projeto ético-político do Serviço Social que foram feridos de morte. Com o cancelamento da implementação da seguridade social, o minimalismo da política de assistência corrompeu a intervenção assistencial dando lugar a práticas assistencialistas e muito focadas no indivíduo (abandonando a dimensão do coletivo), e por outro lado a privatização da educação superior depreciou sua qualidade, fazendo com que houvesse um nítido rebaixamento na qualificação profissional. Analisando este processo,

O privilegiamento do assistencialismo e a qualificação profissional rebaixada se conjugaram com os componentes culturais e ideológicos próprios dos “tempos conservadores”: o individualismo (...) a naturalização da pobreza e da desigualdade e a moralização da vida social. Some-se a tais componentes um incrível reencantamento da realidade social promovido pela multiplicação surpreendente de seitas religiosas que operam com lógicas midiáticas e empresariais (...). (NETTO 2016, p.69).

Assim, a atuação dos assistentes sociais passa a ser realizada de acordo com as possibilidades postas pelas políticas públicas do Estado submetido à lógica do mercado e não atendendo as demandas dos usuários. Ou seja, cumprir metas pré-estabelecidas, preencher uma lógica formulada de acordo com a disponibilidade orçamentária de cada pasta. As expressões da “questão social” se depara com grupos de trabalhadores duplamente penalizados. Ampliam-se as necessidades da maioria da população, o que expande também a demanda por serviços sociais, e por outro lado este cenário se choca com a restrição de recursos para investimento nas políticas sociais governamentais. Como consequência, do desmonte das políticas públicas de caráter universal, há a seletividade para acesso aos programas de combate à pobreza e incentivo a mercantilização dos serviços sociais, associado à capitalização do setor privado. O direito social passa a ser submetido à disponibilidade orçamentária; as expressões da “questão social” sob a órbita do capital tornam-se objeto de ações filantrópicas e de benemerência de programas focalizados no combate à pobreza.

Guerra (2004) nos traz a reflexão de que neste contexto, - onde a perda de direitos e conquistas trabalhistas são notórias, manifestam-se as mais complexas contradições das

expressões da “questão social”; e portanto a profissão se coloca frente a um grande desafio com cada vez menos instrumentos coletivos para seu enfrentamento.

No intuito de buscar alternativas e dar respostas a estas demandas, recuperam-se práticas abandonadas pela profissão, fazendo surgir novamente abordagens individualizantes e clínicas como terapias familiares, pessoal, constelações, dentre outras; na busca pela solução destes problemas traz do passado uma perspectiva individualista e subjetivista do Serviço Social, “ao referir às tendências pós-modernas, verifica-se que estas tendências operam uma clara “regressão idealista” na profissão (NETTO, apud GUERRA 2004 p. 40)”.

Sendo assim, fica evidente que estas novas formas de controle social, vinculadas junto com o movimento de retirada de direitos, impedem a perspectiva de emancipação dos sujeitos em seu sentido mais amplo, como defendidas no projeto profissional. Isto nos leva a crer que também não há como pensar o Serviço Social desvinculado de uma corrente de pensamento que proporcione a compreensão da objetividade do real, ou seja, é cada vez mais notória a importância que a orientação da obra marxiana e da tradição marxista tem para o norte da profissão, buscando sempre a superação dessa visão imediatista que, como nos coloca Guerra (2004), torna o Serviço Social refém da razão miserável quando abre espaço para saídas irracionais.

A autora expõe ainda que a falta de uma reflexão ontológica e de uma perspectiva de totalidade neste cenário, faz com que haja problemas na compreensão sobre atribuições e competências socioprofissionais. De um lado se adequa às exigências do projeto hegemônico burguês (impondo determinadas atribuições e competências historicamente conferidas à profissão) e de outro adota como novas, inusitadas, modernas (pós-modernas) aquelas atribuições e competências que são reconhecidas como de manutenção da ordem, porém tratadas com uma nova roupagem, parafraseando Netto (2004) apenas “uma receita nova para o velho pudim”. Neste sentido, “Vistas como algo novo, essas práticas escondem as linhas que as vinculam àquelas que ora modernizavam, ora reatualizavam o histórico conservadorismo da profissão.” Guerra (2004, p.39).

A análise da profissão e da produção de conhecimento na área à partir de sua inserção nos Programas de Pós-graduação não está desvinculada da dimensão sócio-histórica e das relações sociais, de produção e reprodução social, que a envolvem. Logo, tanto a profissão quanto a produção de conhecimento na área não se explicam endogenamente, pela vontade dos profissionais e a intencionalidade que imprimem ao fazer profissional, tanto no âmbito da intervenção quanto de investigação da realidade. Esta relação não é linear, antes é dialética e

em permanente movimento. A seguir, perseguindo o objetivo de responder ao problema da pesquisa, será apresentada a produção de conhecimento sobre a Assistência Estudantil no ensino superior, no âmbito da Pós-Graduação na área de Serviço Social no país.

2 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL COMO TEMA DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NA ÁREA DO SERVIÇO SOCIAL.

2.1 Trabalho e Educação: categorias fundantes para entender de onde partimos

A proposta a ser discutida aqui tem o sentido de fundamentar a concepção de homem e mundo a partir da perspectiva crítica, tendo como ponto de partida a categoria Trabalho, esta que é categoria fundante do ser social.

Este caminho se faz necessário para compreendermos o processo de constituição do homem e da mulher na história, tendo como base para análise a ontologia do ser social. Entendemos este percurso como de fundamental importância para apreender a educação como uma categoria elementar na construção desta pesquisa. Sendo assim, neste primeiro momento busca-se analisar a categoria trabalho e como ela atua na transformação da natureza e, conseqüentemente, na constituição do ser social, em sua passagem – através do salto ontológico – do meramente biológico para o social. Busca-se, dessa forma, traçar um caminho que nos leve a compreender a relação entre educação e trabalho na construção da sociabilidade humana no modo de produção capitalista, assim como nos sinaliza Tonet (2005a, p. 136), ao afirmar que “[...] assim como a linguagem e o conhecimento, também a educação é, desde o primeiro momento, inseparável da categoria trabalho”.

Tendo como fundamento o referencial teórico de Lukács (2011) sobre a ontologia do ser social, partiremos da categoria trabalho como destaque, por considerá-la fundante do ser social. Esta é uma atividade permanente e indissociável da existência humana além de ser ela que impulsiona toda a dinâmica da vida em sociedade. É importante destacar que é através do enfoque que Lukács dá à categoria trabalho que se torna possível, no campo teórico, compreender como ocorrem os processos sociais em sua essência, abrangendo a dinâmica da vida humana na natureza e suas diversas formas de sociabilidade.

A constituição do homem e da mulher enquanto ser social se dá por meio do trabalho e do aperfeiçoamento deste, quando este(a) é responsável pela construção de sua história. Utilizando-se de sua capacidade teleológica de idealizar antecipadamente seus atos, através do ato laborativo o homem/mulher transforma a natureza – e, neste processo, por ela é transformado – em matéria útil para satisfazer necessidades (do estômago ou da fantasia) e isto é o que vai diferenciar o ser social já constituído do ser meramente biológico. Essa inferência é corroborada por Lukács (2011) ao parafrasear Marx (1983)

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana (p. 4-5).

A concepção de trabalho, no sentido ampliado, permite ao homem/mulher o desenvolvimento de habilidades manuais que contenham um sentido criativo. Para isso, necessita lançar mão de um esforço físico e mental para posteriormente reconhecer que o produto final de sua atividade foi construído dele(a), caracterizando, assim, a atividade teleológica que é lhe é própria. Ou seja, conforme explica o autor, no fim do processo de trabalho o homem/mulher obtém um resultado que já existiu em sua imaginação anteriormente, e, portanto é ideal; transformando uma matéria natural naquilo que objetivou, “deste modo é enunciada a categoria ontológica central do trabalho: através dele realiza-se, no âmbito do ser material uma posição teleológica que dá origem a uma nova objetividade” (LUKÁCS, 2011, p. 7).

Desta maneira, podemos entender que o homem/mulher se distancia da natureza quando, por meio das configurações mais complexas de práxis social (relações humanas e sociais), se afasta das formas inferiores e primitivas de existência para se constituir como um ser social e dar sentido a sua vida, caracterizando, assim, um salto ontológico de rupturas e de continuidades na constituição do ser. “[...] Durante o salto e ainda por muito tempo depois dele, as novas formas estão em constante competição com as formas de ser inferiores das quais se originaram e que – ineliminavelmente – constituem sua base material [...]” (LUKÁCS, 2011, p. 36).

O que irá diferenciar e distanciar o homem/a mulher dos outros animais será a sua capacidade de ter consciência sobre o ato do trabalho, não sendo esta algo puramente instintivo e biológico, mas, sim, antecipadamente teleologizado. Assim como nos aponta Tonet (2005a, p. 36) “[...] o homem, ao contrário dos animais, não nasce ‘sabendo’ o que deve fazer para dar continuidade à sua existência e à da espécie. Deve receber este cabedal de instrumentos através de outros indivíduos que já estão de posse deles”, aprimorando, assim, por meio de novos saberes, sua forma de viver na sociedade. Mesmo este tendo por vezes as mesmas necessidades biológicas que os animais, como a alimentação, proteção contra intempéries, reprodução biológica, entre outros, as formas para esta satisfação humana variam e implicam no desenvolvimento de novas técnicas. Vale ressaltar o que afirma Marx:

Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do

processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade (MARX 1982, p. 150).

É em Marx que Lukács busca fundamento para afirmar que só existe teleologia no trabalho, pois é no trabalho (modelo da práxis) o único espaço possível de materializar uma dada teleologia. É apenas na concretização das ações humanas para obter os bens necessários para a manutenção de sua vida que os seres humanos terão condições de se reconhecerem como seres sociais, tornando possível a construção do conhecimento.

Neste sentido, a partir das possibilidades de objetivações contidas nos atos humanos, é necessário levar em consideração a causalidade (que diz respeito ao movimento das coisas, às leis naturais dos objetos físicos, biológicos e sociais), que é caracterizada pela realidade objetiva decorrente da materialização de uma finalidade pensada. É nesta realidade que se manifestam as ações teleológicas, quando pela apropriação dos nexos causais – decorrentes desta produção – poderão alterar o produto final. Para Lukács,

Tudo isto é mostrado muito plasticamente pelo exemplo da construção de uma casa, utilizado por Aristóteles. A casa tem um ser material tanto quanto a pedra, a madeira, etc.; no entanto, a posição teleológica faz surgir uma objetividade inteiramente diferente com relação aos elementos primitivos. Nenhum desenvolvimento imanente das propriedades, das legalidades e das forças operantes no mero ser-em-si da pedra ou da madeira pode fazer “derivar” uma casa. Para que isto aconteça é necessário o poder do pensamento e da vontade humana, que organize material e fundamentalmente tais propriedades de uma forma inteiramente nova (LUKÁCS, 2011 p. 14).

Com o exemplo da construção da casa, explicitado por Aristóteles, é nesta direção que o autor indica a ligação entre as duas categorias (teleologia e causalidade). Por mais que possa haver oposições entre elas, é a coexistência de ambas no processo de trabalho que orientará as ações dos homens e mulheres, fazendo com que esses modifiquem suas próprias ações e, conseqüentemente, a natureza, buscando suprir suas necessidades. Esta busca pelos meios para realizar um fim tem uma dupla função “[...] de um lado evidencia aquilo que se faz presente em si nos objetos em questão, [...]; de outro lado, descobre neles aquelas novas conexões, [...] que, quando postas em movimento, tornam efetivável o fim teleologicamente posto” (LUKÁCS, 2011 p. 15).

O homem pôde – por meio dos nexos causais existentes – eleger alternativas que permitiram a materialização das ações idealizadas, o que possibilita que ele desenvolva várias alternativas para alcançar seu objetivo, propiciando ampliar novas capacidades.

Vale destacar que a consciência nasce a partir do processo de sociabilidade fundado pelo trabalho. Através da concretização das finalidades postas no processo de produção e reprodução da vida em sociedade, terá o trabalho papel fundamental pela capacidade criadora do homem e da mulher, direcionando para novas possibilidades e estimulando-os a fazerem escolhas e a tomar decisões entre alternativas. Isto se dá pelo alcance da constituição de uma teleologia secundária (não apenas na relação entre homem/mulher e natureza, mas também entre os próprios seres humanos), onde seu ponto alto é o alcance da liberdade¹¹.

Este movimento se manifesta quando, rompendo a barreira das necessidades do estômago, na busca incessante por algo novo que satisfaça também suas fantasias por meio do desenvolvimento de suas habilidades no campo da consciência, o homem/a mulher, além de transformar a natureza, transformem a si mesmos e, conseqüentemente, tem inter-relação com outros sujeitos. O ser humano dotado de imaginação e criatividade é um ser que faz perguntas e dá respostas (e vice-versa), e é através desta busca incessante que se formam os vários níveis de mediações responsáveis por saná-las (ou não) e que são, sem dúvida, responsáveis pela transformação de sua existência.

Desta forma, compartilhando das afirmações de Tonet (2005a), é importante destacar que sendo o trabalho uma atividade social – por mais que em alguns momentos ele possa ser realizado de forma isolada –, a sua efetivação só pode ser alcançada se o indivíduo tiver capacidade de se apropriar de conhecimentos, habilidades, valores, comportamentos que são comuns à sociabilidade.

Tonet (2015) traz a reflexão de que, quando Marx analisa o ato que funda o ser social (o trabalho). Ele constata que este ato é uma síntese entre subjetividade e objetividade, entre a consciência e a realidade objetiva. Tal síntese ocorre pela atividade prática desenvolvida pelo ser, no entanto, o que demarca sua essência é a práxis sob a forma do trabalho. Dessa forma, fica evidenciado que a divisão entre o trabalho manual e o intelectual não é natural, e sim um

¹¹ “O fenômeno da liberdade neste momento, portanto, só pode ser rastreado aqui em sua gênese ontológica. Dito a partir de uma primeira aproximação, a liberdade é aquele ato da consciência que dá origem a um novo ser, posto por ela (...). Com efeito, se pretendemos falar da liberdade de uma maneira razoável como momento da realidade, seu fundamento consiste, em primeiro lugar, numa decisão concreta entre diversas possibilidades concretas; se a questão da escolha é posta num nível mais alto de abstração, se é separada inteiramente da concretude, ela perde toda conexão com a realidade e se torna uma especulação vazia. Em segundo lugar, a liberdade é uma vontade – em última instância – de transformar a realidade (o que, em determinadas circunstâncias, inclui a conservação de dada situação); o que significa que a realidade, enquanto objetivo da transformação, deve ser preservada, mesmo na mais ampla abstração” (LUKÁCS, 2011, p. 108).

“[...] resultado de determinada forma de relacionamento que os homens estabelecem entre si no processo de transformação da natureza” (ibidem, p. 206).

Neste sentido, Tonet (2015) amplia a reflexão indicando que é preciso examinar o ato do trabalho mais de perto para perceber que sua realização implica algumas outras categorias, as quais: a socialidade¹², a linguagem¹³ e a educação. Para esta última categoria, o autor mostra que a diferença que existe entre os homens e os animais é que nós, homens e mulheres, não nascemos determinados(as) a realizar atividades necessárias à nossa existência. Precisamos aprender o que fazer; ou seja: precisamos de uma atividade intencional prévia, além da existência de alternativas para desenvolver tal atividade, certamente porque o trabalho implica teleologia, e isto não é biologicamente predeterminado e, sim, conscientemente assumido. Nesta perspectiva,

Daí a necessidade da educação, vale dizer, de um processo de aquisição de conhecimentos, habilidades, comportamentos, valores, etc. que permitam ao indivíduo tornar-se apto a participar conscientemente (mesmo que essa consciência seja limitada) da vida social (TONET, 2015, p. 207).

Assim, vemos que a distinção entre trabalho e educação se dá no sentido de que o trabalho é que faz a mediação entre o homem e a natureza. Apenas ele tem a função de produzir os bens necessários para a existência humana e, por sua vez, a educação é que faz a mediação entre os próprios homens e mulheres, ainda que ela esteja relacionada com o próprio trabalho.

Como descrito anteriormente, o trabalho, como protogênese da existência humana, teve papel fundamental na constituição do ser social. Porém, sinalizamos um ponto muito importante principalmente na ascensão e consolidação do modo de produção capitalista (com a produção de excedentes). Quando o trabalho livre e assalariado se faz presente neste novo cenário, tem-se um distanciamento cada vez maior da capacidade teleológica sobre o trabalho; atribuindo mais valor na relação entre coisas do que na relação entre os seres humanos. Como consequência, vê-se a expansão do individualismo na sociedade capitalista; a necessidade de produção e consumo se torna mais relevante e há uma substituição da satisfação do “ser” pelo “ter”. A capacidade criativa do homem/da mulher também se distancia dele e, assim, perde-se a dimensão do humano. É fundamental lembrar que para Marx e Engels,

¹² “O trabalho é sempre um ato social. Por mais que ele seja realizado por um indivíduo só, inteiramente isolado, sua natureza é sempre social” (TONET, 2015, p. 207).

¹³ “Toda atividade social implica comunicação, coordenação de atividades. Por isso a linguagem, não importa sob que forma, se faz presente já neste primeiro momento do trabalho” (TONET, 2015, p. 207).

A força de trabalho em ação, o trabalho mesmo, é, portanto, a atividade vital peculiar ao operário, seu modo peculiar de manifestar a vida. E é esta atividade vital que ele vende a um terceiro para assegurar-se dos meios de subsistência necessários. Sua atividade vital não lhe é, pois, senão um meio de poder existir. Trabalha para viver. Para ele próprio, o trabalho não faz parte de sua vida; é antes um sacrifício de sua vida. É uma mercadoria que adjudicou a um terceiro. Eis porque o produto de sua atividade não é também o objetivo de sua atividade. O que ele produz para si mesmo não é a seda que tece, não é o ouro que extrai das minas, não é o palácio que constrói. O que ele produz para si mesmo é o salário, e a seda, o ouro, o palácio reduzem-se, para ele, a uma quantidade determinada de meios de subsistência, talvez uma jaqueta de algodão, alguns cobres ou o alojamento no subsolo (MARX; ENGELS, 2011, p. 30-31).

À medida que o ser social se desenvolve e se distancia da natureza em sua forma mais pura, mais complexas se tornam as relações entre os seres humanos. O preço pago pelo desenvolvimento da humanização do homem e da mulher neste modo de produção é a desigualdade nas mais diversas manifestações. Em determinadas condições histórico-sociais, o produto do trabalho e da imaginação passa a fazer parte da vida humana como elemento integrante do seu próprio corpo. Nessas condições, as relações entre sujeito/objeto aparecem invertidas – o objeto passa a controlar o sujeito. Surge, portanto, o fenômeno da alienação¹⁴, próprio da sociedade de consumo, sob a divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção. É nesta sociedade que o produto da atividade do homem/da mulher não lhe pertence mais, e ele é expropriado à medida que passa a haver a relação de exploração do “homem pelo homem”.

Enfatizamos que é na constituição do modo de produção capitalista que há uma inversão de valores, quando o trabalho se mostra como uma negação para a existência humana. As reflexões de Marx (1983) indicam que no modo de produção capitalista o dono do capital tem papel fundamental, uma vez que ele controla todo o processo de trabalho e vigia para que os meios de produção sejam aplicados adequadamente pelo trabalhador, sem desperdício de matéria-prima e poupando os instrumentos de trabalho. Ao trabalhador resta apenas a venda –

¹⁴ Por alienação utilizamos das exposições de Marx (1982) para entender que: Sim, o trabalho mesmo se torna um objeto, qual o trabalhador só pode se apossar com os maiores esforços e com as mais extraordinárias interrupções. A apropriação do objeto tanto aparece como estranhamento (*Entfremdung*) que, tanto mais objetos o trabalhador produz, tanto menos pode possuir e tanto mais fica sob o domínio do seu produto do capital.

Na determinação de que o trabalhador se relaciona com o *produto do seu* trabalho como [com] um objeto *estranho* estão todas estas consequências. Com efeito, segundo este pressuposto está claro: Quanto mais o trabalhador se desgasta trabalhando (*ausarbeitet*), tanto mais poderoso se torna o mundo objetivo, alheio (*fremd*) que ele cria diante de si, tanto mais pobre se torna ele mesmo, seu mundo interior, [e] tanto menos o [trabalhador] pertence a si próprio (MARX, 1982, p. 81).

por um valor diário – de sua força de trabalho, como se fosse qualquer mercadoria integrante da fábrica: assim, o capitalista detém não apenas o capital, mas também o trabalho excedente,

Mas o operário, cujo único recurso é a venda de sua força de trabalho, não pode abandonar toda a classe dos compradores, isto é, a classe capitalista, sem renunciar à vida. Não pertence a tal ou qual patrão, mas à classe capitalista e cabe-lhe encontrar quem lhe queira, isto é, tem de achar um comprador nessa classe burguesa (MARX; ENGELS, 2011, p. 32).

Esta nova relação com o trabalho no modo de produção capitalista é datada entre o final do século XVIII e início do século XIX, período que se consolidou o capitalismo industrial no mundo, principalmente em decorrência da Revolução Industrial na Inglaterra. A partir deste período, o capital passa a ser visto como uma relação social e o capitalismo como um determinado modo de produção que tem um marco importante não apenas pela troca monetária, mas principalmente pela dominação do processo de produção, caracterizando, assim, o domínio do capital sobre o trabalho. Saviani nos lembra que

O advento da indústria moderna conduziu a uma crescente simplificação dos ofícios, reduzindo a necessidade de qualificação específica, viabilizada pela introdução da maquinaria que passou a executar a maior parte das funções manuais. Pela maquinaria, que não é outra coisa senão trabalho intelectual materializado, deu-se visibilidade ao processo de conversão da ciência, potência espiritual, em potência material. Esse processo aprofunda-se e generaliza-se com a Revolução Industrial levada a efeito no final do século XVIII e primeira metade do século XIX (SAVIANI, 2007, p. 158)

O trabalho assume outra conotação, principalmente quando produz valores de uso para obtenção de valores de troca e, com isso, acrescenta-se ao processo a produção de mais-valia para a acumulação e transformação de dinheiro em capital. Neste contexto de exploração, o trabalho desumaniza o homem/a mulher negando a eles toda a sua propriedade criadora. A contradição que se apresenta é: à medida que a riqueza aumenta para os donos dos meios de produção, aumenta também a pobreza do vendedor da força de trabalho. Assim, como indica Marx, a desigualdade social e esta contradição é inerente ao modo de produção capitalista.

Nesta direção, Saviani (2007) nos mostra que o desenvolvimento da produção que se conduziu à divisão do trabalho e conseqüentemente à apropriação privada da terra provocou uma ruptura da unidade vigente nas comunidades primitivas. Esta apropriação privada da terra gerou a divisão dos homens/mulheres em classes: a classe dos proprietários e a dos não proprietários. Para o autor, este acontecimento é de suma importância para compreender a dimensão ontológica do ser humano. Como indicamos anteriormente, o trabalho é que define a

essência humana. Isso nos leva a entender que não é possível o homem e a mulher viverem sem o trabalho, já que não tem sua existência garantida pela natureza sem que ele mesmo haja sobre ela, transformando-a para suprir suas necessidades.

Porém cumpre-nos destacar que com o advento da propriedade privada tornou-se possível que a classe dos proprietários pudesse viver sem trabalhar. A afirmação de que o homem/mulher só pode viver se trabalhar continua válida, porém, o que muda é que o controle privado da terra – onde os seres humanos vivem coletivamente – fez com que um grupo (os proprietários) vivessem do trabalho alheio (dos não proprietários). Desta forma, estes não proprietários “passaram a ter a obrigação de, com o seu trabalho, manterem-se a si mesmos e ao dono da terra, convertido em seu senhor” (SAVIANI 2007, p. 155).

Saviani (2008), reforça a afirmação de que a origem da educação coincide com a origem do próprio ser humano. No entanto, a conexão da educação com a estruturação da sociedade de classes é que origina a forma escolar de educação.

2.1.1 A separação entre trabalho e educação no Modo de Produção Capitalista

Como se depreende do exposto no item anterior, a divisão entre os homens em classes provocará também a divisão na educação. Para Saviani (2007), a partir do escravismo configuram-se duas modalidades de educação: uma direcionada para a classe proprietária, identificada como educação dos homens livres “[...] “centrada em atividades intelectuais, da arte da palavra e nos exercícios físicos de caráter lúdico ou militar” (p. 155) e que deu origem à escola¹⁵; e a segunda para os escravos e serviçais, que foi integrada ao próprio processo de trabalho.

É junto com o surgimento da sociedade de classes que se institucionaliza tanto a educação como o processo de aprofundamento da divisão do trabalho. Com esta divisão dos homens e mulheres em classe, a educação também passa a ficar separada, diferenciando aquela destinada à classe dominante daquela que a classe dominada pode usufruir. “A educação dos membros da classe que dispõe de ócio, de lazer, de tempo livre passa a organizar-se na forma

¹⁵ “A palavra escola deriva do grego e significa, etimologicamente, o lugar do ócio, tempo livre. [...] Desenvolveu-se, a partir daí, uma forma específica de educação, em contraposição àquela inerente ao processo produtivo. Pela sua especificidade, essa nova forma de educação passou a ser identificada com a educação propriamente dita, perpetrando-se a separação entre educação e trabalho” (SAVIANI, 2007, p. 155).

escolar, contrapondo-se à educação da maioria, que continua a coincidir com o processo de trabalho” (SAVIANI, 2007, p. 156). Nesta análise,

Como consequência dessa profunda transformação no processo de trabalho, todos os aspectos da vida social sofrerão enormes mudanças. As atividades humanas já existentes serão modificadas e outras surgirão para fazer frente a novas exigências. No caso da educação, ela será “privatizada”, vale dizer, organizada para atender a reprodução da sociedade de modo a privilegiar os interesses das classes dominantes. Uma forma de educação para aqueles que realizam o trabalho manual e que são as classes exploradas e dominadas (a ampla maioria). Outra forma para aqueles que realizam o trabalho intelectual e que fazem parte das classes exploradoras e dominantes (uma pequena minoria) (TONET, 2015, p. 209-210).

Portanto, é no modo como se organiza o processo de produção que foi possível que a escola também se organizasse como um espaço separado da produção. Assim, o Tonet (2015) enfatiza que na sociedade de classes a relação entre educação e trabalho tende a se manifestar de maneira que haja uma separação entre escola e produção. Esta divisão refletiu ao longo da história na separação entre o trabalho manual e intelectual. Sendo assim – após o surgimento da escola –, para o trabalho manual continuou a ser oferecida uma educação que se realizava simultaneamente ao processo de trabalho e, por outro lado, destinada ao trabalho intelectual passou-se a ter a educação de tipo escolar. Nestes termos, podemos citar o que Marx sinalizava com relação à intensificação da divisão do trabalho com a modernização da indústria, e consequentemente como esta separação influenciaria diretamente no acesso a um determinado tipo de educação para a classe trabalhadora. Para Marx e Engels,

Por meio da maquinaria, dos processos químicos e de outros modos, a indústria moderna transforma continuamente a base técnica da produção e com ela as funções dos trabalhadores e as combinações sociais do processo de trabalho. Com isso, revoluciona constantemente a divisão do trabalho dentro da sociedade e lança, ininterruptamente, massas de capital e massas de trabalhadores de um ramo de produção para outro. Exige, por sua natureza, variação do trabalho, isto é, fluidez das funções, mobilidade do trabalhador em todos os sentidos. [...] Já vimos como essa contradição absoluta elimina toda tranquilidade, solidez e segurança da vida do trabalhador, mantendo-o sob a ameaça constante de perder os meios de subsistência ao ser-lhe tirado das mãos o instrumental de trabalho [...] (MARX; ENGELS 2011, p. 96).

Neste cenário, Lombardi (2008) aponta que o desenvolvimento da indústria é que determinou a transformação de todo o aparato escolar, que até então era dominado pela educação familiar, gremial e religiosa. Aliado às transformações decorrentes da Revolução Industrial e do desenvolvimento teórico do liberalismo é que se pôde perceber a

institucionalização e ampliação do aparato escolar. Assim, a influência de pensadores liberais incidiu na maneira como se passou a atribuir à educação e ao conhecimento a responsabilidade de criar condições de igualdade entre todos os cidadãos. Tal afirmação aparece na introdução do material intitulado “Textos sobre educação e ensino, de Marx e Engels” (2011, p. 17):

Nos países em que isso foi possível, o ensino passou paulatinamente a depender do Estado, posto que se considerou como uma necessidade social que os cidadãos teriam de satisfazer pelo simples fato de serem cidadãos. Porém, esse processo se realizou com uma lentidão considerável e se foi obtida foi, precisamente, pela pressão do movimento operário, que neste e em outros setores, colocou em primeiro lugar reivindicações que conduziram a uma igualdade efetiva de todos os cidadãos. Somente no final do século, começa a consolidar-se um aparato escolar de dependência estatal, gratuito e amplo, e somente em alguns países – França, por exemplo. Em outros – na Espanha a incapacidade da burguesia e do Estado burguês – ou sua especial estrutura – motivou um processo muito mais complexo e quebrado onde amplos setores privados se encarregaram de fazer o que os poderes públicos não podiam e/ou não queriam realizar. [...] **Desde o princípio viu-se que o ensino podia converter-se em um dos meios fundamentais de dominação ideológica** e, portanto, em um instrumento essencial para alcançar e consolidar a hegemonia da classe no poder. O estado de classe estava intimamente ligado ao ensino de classe. **Ainda que não sem tensões, o aparato escolar se convertia em um apêndice da classe dominante** (Grifos nossos).

Tonet (2015) expressa que como consequência da influência da teoria educacional burguesa apresenta-se uma complexa contradição entre o discurso e a realidade objetiva. Tal teoria enfatiza que deve haver uma universalidade do direito à educação, além da necessidade da formação integral do ser humano. Porém, na realidade objetiva, esta configuração nega o acesso universal à educação e contradiz a possibilidade de uma formação integral. Além de ser incapaz de compreender a relação entre subjetividade e objetividade, tal teoria tem um discurso vazio, pois é claramente favorável e funcional à reprodução dos interesses da classe dominante.

Esta institucionalização e a necessidade de ampliação do aparato escolar levou a uma crescente dependência do Estado, sob a justificativa liberal de que a educação deveria ser abarcada no sentido de uma necessidade social, como um direito de todos os cidadãos. Lombardi (2008) considera que Marx e Engels não duvidavam da necessidade de instituições públicas serem responsáveis pela educação, porém repudiavam o controle estatal sobre elas. Esta negação se dava no sentido de impedir que a burguesia, que já controlava diversos campos, passasse a dominar também o sistema educacional. Marx e Engels recusavam qualquer tipo de interferência político-ideológica na escola, independentemente de sua origem, as intervenções dos autores se davam favoráveis a uma educação pública, gratuita, laica e livre da influência

das classes e do Estado burguês direcionada para ações formativas pautadas no método experimental e científico. Além do mais, a educação na perspectiva indicada por Marx direcionava um importante instrumento de desalienação do proletariado, com vistas à formação da classe no intuito de consolidar a revolução proletária. Tais reflexões ficam claras quando observamos as orientações expressas para a Comuna de Paris:

Naturalmente, a Comuna não teve tempo de reorganizar a educação pública. No entanto, eliminando os fatores religiosos e clericais, tomou a iniciativa de emancipar intelectualmente o povo. Em 28 de abril nomeou uma comissão encarregada de organizar o ensino primário e profissional. Ordenou que todos os instrumentos de trabalho escolar, tais como livros, mapas, papel etc. sejam administrados gratuitamente pelos professores, que os receberão de suas respectivas alcaidarias. Nenhum professor está autorizado, sob nenhum pretexto, a solicitar de seus alunos o pagamento por estes materiais de trabalho escolar (28 de abril). [...] Expropriando todas as igrejas na medida em que sejam proprietários, eliminando o ensino religioso de todas as escolas públicas e introduzindo simultaneamente a gratuidade do ensino, enviando todos os sacerdotes ao sereno retiro da vida privada e para viverem da esmola dos fiéis, liberando todos os centros escolares da tutela e da tirania do Governo, a força ideológica da repressão deve se romper: a ciência não só tornar-se-á acessível para todos como também livrar-se-á da pressão governamental e dos prejuízos de classe (MARX & ENGELS 2011, p. 131-133).

Lombardi (2008) complementa que o mérito de Marx e Engels se sistematiza em alguns princípios que desvelam o caráter revolucionário de suas propostas para a educação. O primeiro está na centralidade dialética do trabalho enquanto princípio educativo e que vai dar origem à proposta da educação omnilateral¹⁶ em oposição à unilateral, impressa na educação burguesa. Este tipo de educação deve abarcar a educação intelectual, produção material e instrução com exercícios físicos e trabalho produtivo. Esta medida tem o objetivo de eliminar a diferença entre trabalho manual e intelectual e entre concepção e execução, fazendo com que todos os homens tenham a possibilidade de compreender o processo de produção integralmente. Outro princípio defendido por Marx e Engels era a relação entre educação e sociedade “[...] expressa quer na análise do caráter ideológico e utilitário da educação na sociedade burguesa, quer como projeto de construção de uma sociedade igualitária” (LOMBARDI, 2008, p. 21).

Esta transformação da educação proposta por Marx implicaria em uma profunda mudança no modo de produzir dos homens, alterando também a divisão social do trabalho e,

¹⁶ De acordo com as apreensões de Lombardi (2010), o conceito de omnilateralidade é de grande importância para a reflexão sobre educação em Marx. Tal conceito se refere à formação humana oposta à unilateral burguesa, que é provocada pelo trabalho alienado, por relações de estranhamento e pela divisão social do trabalho. Trata-se de um rompimento amplo e radical com o homem restrito da sociedade capitalista.

consequentemente, eliminando a diferenciação entre trabalho intelectual e trabalho manual, fazendo com que paulatinamente se reaproximasse ciência e produção.

Ao tentar compreender o movimento histórico em que se constitui o ser social – a partir da compreensão do trabalho sob as bases da ontologia marxiana – tem-se a preocupação de entender a forma como o homem se desenvolveu e construiu os alicerces de sua formação no plano histórico e social. Tal percurso nos possibilita avançar na apreensão da categoria educação e seu papel mediador na formação do ser social. Deste modo, como sinalizado por Dallago (2014), a educação é parte constitutiva da vida em sociedade e é por meio de sua interface com o trabalho que ela se apresenta das mais diversas formas e nas mais diversas culturas, guardando em seu íntimo o sentido ontológico de formação do ser social. Por este motivo é de suma importância apreender sua ontologia e seu papel na vida social. Assim como explicita Sader (2008) no prefácio da obra de Mészáros *Educação para além do Capital*:

Ao pensar a educação na perspectiva da luta emancipatória, não poderia senão restabelecer os vínculos – tão esquecidos entre educação e trabalho, como que afirmando: diga-me onde está o trabalho em um tipo de sociedade e eu te direi onde está a educação. Em uma sociedade do capital, a educação e o trabalho se subordinam a essa dinâmica da mesma forma em que uma sociedade em que se universalize o trabalho – uma sociedade em que todos se tornem trabalhadores –, somente aí se universalizará a educação (p. 17).

Partindo deste direcionamento (em que refletimos sobre trabalho e educação – suas aproximações e distanciamentos), traçaremos uma reflexão sobre a questão da cidadania, para isto, faremos uma importante distinção entre a concepção de emancipação política e emancipação humana. De modo que a primeira vai ocorrer no âmbito da nossa sociedade sob a tutela do capital e do Estado, e a segunda apenas poderá ocorrer em uma outra forma de sociedade¹⁷ que não a que vivemos até hoje. Retomaremos mais adiante o debate sobre estas concepções.

Na sociedade de classes organizada para manutenção da ordem vigente – onde sempre prevalecerá os interesses da classe dominante – a educação não pode ser considerada como único elemento emancipatório. Nestes moldes, ela tem justamente o papel oposto. A educação se apresenta como reprodutora das relações sociais dominantes. É por este motivo que se faz

¹⁷ De acordo Tonet (2005), “[...] emancipação humana, para Marx, nada mais é do que um outro nome para comunismo, embora a primeira enfatize a questão da liberdade e o segundo o conjunto de uma nova forma de sociabilidade. Por que, então não fazer uso desta última categoria? Porque, ao nosso ver, ela foi tão deformada pelos embates da luta ideológica que torna extremamente difícil uma discussão mais serena a seu respeito. Preferimos então utilizar a categoria da emancipação humana até pelo fato de que esta categoria põe imediatamente no centro da problemática a questão da liberdade que também é posta com chave na perspectiva liberal” (p. 79).

necessário compreender o lugar da educação neste modo de produção, para não aceitar o discurso de cidadania como horizonte formativo, sem incorporar os limites impostos pelo capital.

Nesta perspectiva, Tonet (2005b) aborda que na contemporaneidade a cidadania se tornou um lugar comum no discurso pedagógico até mesmo da esquerda. “É comum ouvir-se falar, por estes autores, em educação cidadã, educar para a cidadania, formar cidadãos críticos” (p. 470). Para o autor, embora haja diferenças ao tratar do tema, de maneira geral a cidadania tem sido utilizada como sinônimo de liberdade. Embora assumidos os aspectos positivos e fundamentais na história da humanidade, pode-se incorrer no risco de entendê-la como uma liberdade limitada.

No intuito de situar a abrangência e importância do conceito cidadania, não iremos aprofundar a historicidade do termo nem buscaremos aqui definir a etimologia do conceito desde os seus primórdios, que datam a partir dos Hebreus, das Cidades-Estados gregas e de Roma. Nossa sinalização sobre o conceito abordará brevemente a definição de cidadania na sociedade contemporânea a partir da definição liberal de T. H. Marshall (1967) em sua obra *Cidadania, Classe Social e Status*. Vale salientar que o autor escreveu sobre cidadania na realidade histórica e sociológica da Inglaterra em torno dos anos 1950, devendo-se considerar o tempo e o espaço a que se limitava.

Marshall (1967) dividiu o conceito de cidadania em três elementos: direito civil, político e social, relacionando o desenvolvimento da cidadania a cada um destes três direitos que surgem linearmente nos séculos XVIII (os direitos civis), XIX (direitos políticos) e XX (direitos sociais). Para ele, a cidadania se define em um processo histórico de unificação e especialização.

O conceito moderno de cidadania formulado por Marshall está essencialmente vinculado ao Estado; ou seja: o indivíduo precisa necessariamente estar ligado a estes três direitos (concedidos/referendados) pelo Estado para obter *status* de cidadão. Ligando desta forma a condição de cidadania diretamente às ordens do Estado.

Logo, compreendemos que a noção de cidadania moderna destrói o vínculo do indivíduo com a comunidade. A relação individual do “cidadão” passa a ser com o Estado e não com a comunidade/classe à qual pertence.

Por outro lado, para T. H. Marshall as desigualdades sociais são naturais, consideração que implica diretamente em sua definição de cidadania. Utilizada como um extremo complexo de entificação, a cidadania é vista como um instrumento que visa equilibrar (e não erradicar) as desigualdades sociais. De acordo com Ivo Tonet:

Em seu clássico *Cidadania, classe social e status* (1967), Marshall parte expressamente do pressuposto de que existem classes sociais antagônicas e de que a luta pela conquista de direitos democráticos se dá no quadro desta situação considerada natural. Ao Estado cabe o papel de mediador para que as desigualdades sociais não se ampliem de tal modo a ferir o direito de todos ao acesso a um mínimo razoável de riqueza social. O que se pode ver, deste modo, é que, pelo menos na ótica liberal clássica, a vinculação da democracia e da cidadania com a existência das classes sociais jamais é escamoteada. Do mesmo modo, jamais se afirma que elas sejam um instrumento para a supressão total das desigualdades sociais, justamente porque estas são consideradas insuprimíveis (2005a, p. 49).

Para Tonet (2005a), sob a ótica liberal clássica, a vinculação da democracia e da cidadania com a existência das classes sociais jamais é escamoteada. Assim como também não se assegura que sejam um instrumento para a eliminação total das desigualdades sociais, justamente por serem consideradas insuprimíveis.

Porém, mesmo que a cidadania moderna seja derivada da sociedade capitalista, o conceito não pode ser restrito a este tipo de sociabilidade. De acordo com Tonet (2005a), quando analisamos a cidadania por meio dos direitos civis, políticos e sociais, fica evidente que eles resultam das lutas dos trabalhadores contra a burguesia, e que não são consentimentos dados espontaneamente pela burguesia para a classe trabalhadora. Assim como expressada por Coutinho (1999):

Cidadania é a capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso de uma democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado. [...]. A cidadania não é dada aos indivíduos de uma vez para sempre, não é algo que vem de cima para baixo, mas é resultado de uma luta permanente, travada quase sempre a partir de baixo, das classes subalternas, implicando um processo histórico de longa duração (p. 42).

Nesta direção, reforça que mais do que os direitos políticos, os direitos sociais são uma conquista da classe trabalhadora. Para o autor, a luta de classes é que determina o alcance das políticas sociais e torna indiscutível esse avanço, o que não impede que, a depender da correlação de forças presente num dado momento, a burguesia se utilize das políticas sociais para desmobilizar e cooptar a classe trabalhadora e ainda gerar lucro.

Iasi (2013) também faz uma crítica a esta concepção de cidadania e de evolução de direitos compreendida por Marshall. Para o autor, não basta a consolidação desses direitos enquanto um conjunto de instituições de acesso à justiça, ou com uma gama de legislações

vigentes, para que haja um quadro institucional que se permita o “florescer dos direitos sociais” (p. 184).

Nota-se, portanto, que, no âmbito da efetivação da tríade dos direitos, existe uma certa prevalência dos civis sobre os políticos e sociais, “por que são os direitos políticos e sociais que se atrasam em sua efetivação? [...] porque são os sociais entre eles que se adiam indefinidamente sem se realizar, mesmo no quadro de uma efetivação de direitos políticos” (IASI, 2013, p. 184). A partir desta observação é possível compreender que o que determina o ritmo dos direitos são as correlações de forças estabelecidas na luta de classes aliadas à capacidade de mobilização dos movimentos sociais e populares. Todavia, este ritmo não é determinado apenas por estes dois fatores, mas também pela resistência das classes dominantes, não apenas por seu conservadorismo e vontade de manter a ordem vigente, mas também por vincular cada campo do direito ao ser do capital. “Não é, portanto, surpreendente que o capitalismo exija direitos civis, aceite conviver com direitos políticos e, sempre que pode, se contraponha aos direitos sociais como ameaça aos direitos civis e às liberdades políticas [...]” (Ibidem, 2013, p. 185).

Julgamos de fundamental importância a compreensão sobre a categoria educação para traçarmos as devidas distinções sobre a efetivação da emancipação humana, principalmente na ordem do capital vigente. Desta maneira fez-se necessário apresentar também essa distinção entre a emancipação humana e a emancipação política, considerando de que forma elas se apresentam para a educação formal na ordem social sob os ditames do capital.

Em sua obra *Sobre a questão judaica*, de 1844, Karl Marx faz uma crítica às revoluções burguesas e ao idealismo hegeliano quando indica as insuficiências da emancipação política¹⁸. Marx considera que a emancipação política significa um grande progresso, ela se caracteriza como uma derradeira etapa da emancipação humana na sociedade capitalista. Para ele, a emancipação política é o estágio mais avançado a que se pode conseguir alcançar em uma sociedade desigual e exploradora. Necessitando, portanto, de uma emancipação mais ampla – que abarque até mesmo a emancipação política – capaz de emancipar, além do proletariado, toda a sociedade.

Marx reconhece a importância da emancipação política no processo histórico, porém ela não pode ter o fim em si mesma. Ela transmite a ilusão da igualdade perante a lei, mas de fato não resolve o problema concreto da desigualdade. Isto se justifica por dois motivos: primeiro porque afirmar que todos são iguais perante a lei não garante que todos tenham acesso aos bens

¹⁸ “Desde as Glosas Críticas, de 1844, até a Crítica do Programa de Gotha, Marx enfatizou a diferença radical existente entre emancipação política e emancipação humana”. (TONET, 2005b, p. 7).

públicos e segundo que torna o problema da desigualdade apolítico, tirando-o do âmbito do Estado e transferindo para a sociedade civil. “No Estado, em contrapartida, no qual o homem equivale a um ente genérico, ele é o membro imaginário de uma soberania fictícia, tendo sido privado de sua vida individual real e preenchido com uma universalidade irreal (MARX, 2010, p. 40-41).

É nesta direção que Marx (2010) aponta que “[...] o que se torna realmente utópico é ‘a revolução parcial, somente política’, que deixaria de pé ‘os pilares da casa’” (p. 16). Esta revolução parcial meramente política emancipa apenas uma parte da sociedade – a burguesa – e estabelece sua dominação geral sob toda a sociedade.

Para Netto e Braz (2007), no período revolucionário a burguesia condensou um projeto de emancipação humana que ficou marcado pela bandeira da Igualdade, Liberdade e Fraternidade, no entanto:

[...] a emancipação possível sob o regime burguês, que se consolida nos países da Europa Ocidental na primeira metade do século XIX, não é a *emancipação humana*, mas somente a *emancipação política*. Com efeito, o regime burguês emancipou os homens das relações de dependência pessoal vigentes na feudalidade; mas a liberdade política, ela mesma essencial, esbarrou sempre num limite absoluto, que é próprio do regime burguês: nele a igualdade *jurídica* (todos são iguais perante a lei) nunca pode se traduzir em *igualdade econômico-social* – e, sem esta, a emancipação *humana* é impossível (Ibidem, 2007, p. 19, grifo dos autores).

Apesar de a revolução burguesa ter inovado as relações econômicas, culturais, éticas e educacionais, ela não conduziu ao reino da liberdade e da igualdade para o qual estava projetada, colocando limites insuperáveis para a realização da emancipação humana. Assim como considera Dallago (2014) que, no seu estágio de desenvolvimento, a revolução burguesa, ao invés de produzir o reino da liberdade, ocasionou um estado de necessidades gigantesco, o qual teve suas características fundantes na separação entre proprietários dos meios de produção e forças produtivas e que, por sua vez, marcou enfaticamente a exploração e a desigualdade econômica e social desta sociedade.

Em Marx, podemos buscar uma interpretação mais crítica ao discurso dos Direitos Humanos que engloba a questão da emancipação política. Como considerado anteriormente, apesar de necessário, ele é incompleto, pois em seu corpo histórico, teórico e jurídico não se evidencia efetivamente uma melhoria/supressão de grande parte dos problemas sociais, em especial os de natureza econômica, mas pelo contrário: legitima o modo de produção capitalista e representa os interesses do cidadão burguês. Nas palavras de Marx (2010):

Os *droits de l'homme*, os direitos humanos, são diferenciados *como tais* dos *droits du citoyen*, dos direitos do cidadão. Quem é esse *homme* que é diferenciado do *citoyen*? Ninguém mais ninguém menos que o *membro da sociedade burguesa*. Por que o membro da sociedade burguesa é chamado de “homem”, pura e simplesmente, e por que os seus direitos são chamados de *direitos humanos*? A partir de que explicaremos esse fato? A partir da relação entre o Estado político e a sociedade burguesa, a partir da essência da emancipação política. Antes de tudo constatemos o fato de que os assim chamados *direitos humanos*, os *droits de l'homme*, diferentemente dos *droits du citoyen*, nada mais são do que os direitos do *membro da sociedade burguesa*, isto é, do homem egoísta, do homem separado do homem e da comunidade (p. 48).

Tais aproximações com a discussão sobre estas duas concepções (emancipação política e humana) nos leva aos apontamentos de Tonet (2005a, p. 154), quando indica que embora não haja uma vinculação direta entre o capital e as objetivações democrático-cidadãs, elas integram um conjunto da sociabilidade cuja matriz está constituída pelas relações que os homens estabelecem entre si sob o núcleo do capital, e que se manifestam na emancipação política. O autor esclarece ainda que não devemos nos limitar a desqualificar e/ou menosprezar a importância da emancipação política, pois ela teve e terá grande importância na história da humanidade até mesmo na luta pela superação do capital. Porém, o cuidado se deve a limitar a sociabilidade democrático-cidadã (emancipação política) como objetivo maior e último da humanidade.

A verdadeira emancipação humana, entendida como um momento histórico para além do capital, tem como direção reparar os problemas sociais pretensamente apolíticos que estão na sociedade civil, espaço este onde a burguesia opera não permitindo a autoconstrução humana plenamente livre,

Contudo, [...] a emancipação humana não é nem uma utopia ou simples ideia reguladora, nem um acontecimento inevitável. É uma possibilidade, certamente a mais conveniente para a humanidade, mas apenas uma possibilidade que dependera da ação dos próprios homens para tornar-se realidade. (TONET, 2005a, p. 155)

A compreensão destas duas formas de emancipação necessita de um certo nível de abstração¹⁹, pois a realidade concreta já está posta sob as bases do modo de produção capitalista

¹⁹ “É sumamente importante que se acentue este caráter por um lado abstrato, mas por outro lado, não especulativo. [...] Em primeiro lugar, porque qualquer ação educativa tem – explícita ou implicitamente – uma fundamentação filosófica. Isto implica uma concepção de mundo, de homem, de história; uma concepção acerca da problemática do conhecimento, da relação teoria-prática, etc. E toda fundamentação filosófica, por mais que procure estar articulada com a realidade concreta, sempre terá, por sua própria natureza, um caráter abstrato e sua relação com a realidade sempre será indireta. Em segundo lugar, porque estando toda a realidade social, hoje, organizada sob a perspectiva das classes dominantes – o que inclui a atividade educativa – qualquer atividade que responda a outra

e organizada pelas classes dominantes. Na emancipação política, esta abstração é necessária para entender o que está obscuro e escondido sob os alicerces do capital, e na emancipação humana para não cair em especulações fatalistas nem messiânicas, entendendo que ela não se passa na realidade concreta, mas pode e deve ser uma possibilidade de um vir a ser. É nesta direção que devemos compreender que uma atividade educativa que tenha o objetivo de contribuir para a formação de homens livres e sujeitos de sua própria história deve ter o objetivo de alcançar a emancipação humana e não se limitar apenas à cidadania.

É neste meio contraditório e prolixo que a educação se encontra tanto exercendo papel de protagonista como de vilã. Mészáros (2008) se utiliza de Paracelso para explicitar que “a aprendizagem é a nossa própria vida, desde a juventude até a velhice, de fato quase até a morte; ninguém passa dez horas sem nada aprender”, porém, o questionamento que ele faz é no sentido de saber o que de fato aprendemos neste percurso. Sob o que temos registrado na história até os dias atuais, nos indagamos se esta aprendizagem descrita por Mészáros conduz à autorrealização dos indivíduos, ou está a serviço da perpetuação da ordem social alienante e incontrolável do capital? Em síntese:

Em uma sociedade de classes, o interesse das classes dominantes será sempre o polo determinante da estruturação da educação. O que significa que ela será configurada de modo a impedir qualquer ruptura com aquela ordem social. Em consequência, a educação, quer formal, quer informal, sempre terá um caráter predominantemente conservador (TONET 2005b, p. 478).

Todavia, esclarecemos com Mészáros (2008) que para que seja possível pensar uma educação efetivamente a favor de processos emancipatórios para a humanidade, primeiramente deve-se partir da compreensão de que não há como pensar processos de reformulação da educação sem realizar uma profunda transformação em todo o quadro social. Não há como aceitar uma noção de reforma que se proponha a realizar correções marginais sem alterar de fato as estruturas da sociedade se conformando com as exigências da lógica do capital. As reformas educacionais apenas remédiam as implicações catastróficas da ordem social vigente, não extinguindo seus “fundamentos causais antagônicos e profundamente enraizados” (Ibidem, 2008, p. 26).

Em suma, o desafio fundamental posto para a educação pública na sociedade de classes é apresentado por Saviani (2008), quando pontua que o desenvolvimento da educação entra em contradição com as exigências limitadoras da sociedade de classes capitalista. Ao mesmo tempo

perspectiva, não poderá adquirir teórica e praticamente um caráter concreto e sistemático” (TONET, 2005a, p. 128).

que exige a universalização escolar, não a realiza plenamente, pois como instrumento de manutenção da ordem o acesso aos seus fundamentos implicaria na sua própria superação, ou seja, o acesso de todos às escolas públicas – organizadas com o mesmo padrão de qualidade – viabilizaria a aproximação dos saberes por parte dos trabalhadores. Logo, sendo a sociedade capitalista fundada na apropriação privada dos meios de produção, conseqüentemente o trabalhador (despossuído dos meios de produção), não poderá ter acesso ao saber.

Em suma, na sua radicalidade, o desafio proposto pela sociedade de classes do tipo capitalista à educação pública só poderá ser enfrentado em sentido próprio, isto é, radicalmente, com a superação desta forma de sociedade. A luta pela escola pública coincide, portanto, com a luta pelo socialismo, por ser este uma forma de produção que socializa os meios de produção superando sua apropriação privada. Com isso socializa-se o saber viabilizando sua apropriação pelos trabalhadores, isto é, pelo conjunto da população. (SAVIANI, 2008, p. 257)

Retornamos a Mészáros (2008) para dar continuidade a esta lógica. O autor reconhece que a educação institucionalizada serviu, nos últimos 150 anos, para equipar um conjunto de categorias técnicas e humanas para a expansão do capital, ao mesmo tempo em que colaborou para abrigar valores que legitimam os interesses dominantes e que negam quaisquer alternativas possíveis fora deste modelo. Nesta direção, defende que não basta reformar o sistema escolar formal já estabelecido, porque este movimento demonstraria apenas uma mudança institucional isolada. “O que precisa ser confrontado é todo o sistema de internalização, com todas as suas dimensões, visíveis e ocultas” (Ibidem, 2008, p. 47).

Os processos educativos, escolares ou não, constituem-se em práticas sociais mediadoras constituintes da sociedade que subordina o trabalho, os bens da natureza, a ciência e tecnologia como propriedade privada, valores de troca e a conseqüente alienação e exclusão de milhões de seres humanos da vida digna ou de sua radical transformação (FRIGOTTO, 2001, p. 79).

Retomando epígrafe de Paracelso, na direção de compreender a educação como um processo contínuo de aprendizagem. “Temos de reivindicar uma educação plena para toda a vida, para que seja possível colocar em perspectiva a sua parte formal, a fim de instituir, também aí, uma reforma radical” (MÉSZÁROS, 2008, p. 55). A educação formal precisa se desprender do chão da lógica do capital e ir em direção das práticas educacionais mais abrangentes

O papel da educação é soberano, tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a automudança consciente dos indivíduos chamados a concretizar

a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente (MÉSZÁROS, 2008, p. 65).

Em síntese, sob as reflexões de Tonet (2005b), entendemos que é preciso ter conhecimento consistente e profundo sobre a natureza da emancipação humana, que é o objetivo que se pretende atingir. Além do mais, é necessário também fazer a distinção entre cidadania, emancipação política e humana, no intuito de construir argumentos concretos que permitam amparar uma convicção de que a emancipação humana tem uma finalidade superior e possível e não apenas desejável. Ou seja, o domínio sólido a respeito da finalidade da educação não garante que ela seja emancipadora, porém, a ausência desse fundamento contribui para a desorientação desta atividade.

Nesta direção, sob a orientação dos subsídios para a atuação de assistentes sociais na Política de Educação (CFESS, 2013) sob a fundamentação de Carlos Nelson Coutinho, compreendemos que a concepção de emancipação que deve basear a compreensão de educação, e que deve orientar a atuação das(os) assistentes sociais neste campo, depende da garantia do respeito à diversidade humana, da “[...] afirmação incondicional dos direitos humanos, considerando a livre orientação e expressão sexual, livre identidade de gênero [...]” (p. 22). A condição para uma educação emancipadora será alcançada por processos de luta constituídos por sujeitos coletivos, os quais qualificam a democracia como um processo e não como um valor liberal. Esta perspectiva democrática constitui as bases para a construção de processos de emancipação humana, e conseqüentemente uma educação fundada nesta compreensão.

2.2 A inserção de Assistentes Sociais na Assistência Estudantil: A produção do conhecimento como campo de análise

Como já discutimos no capítulo anterior, sabemos que o Serviço Social, é uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, e convive com as contradições presentes na sociedade capitalista, e por consequência as (os) assistente sociais, vendem sua força de trabalho aos detentores dos meios de produção e/ou ao Estado – seu maior empregador. São nas contradições presentes desde a gênese da profissão que estão tencionados os maiores dilemas dos profissionais inseridos nos mais diversos espaços sócio ocupacionais, devendo estes profissionais atuarem na contradição entre os interesses dos empregadores e os sujeitos de direito, em sua relação direta na operação das políticas sociais.

Neste sentido, para dar continuidade a nossas reflexões, contextualizaremos, mesmo que de maneira breve a constituição histórica das políticas sociais no Brasil, tendo como foco a consolidação da Assistência Estudantil no Ensino Superior Público, principalmente após a implantação do Reuni, resultando na inserção de um grande número de Assistentes Sociais atuando neste campo e, por conseguinte, produzindo conhecimento sobre este espaço de trabalho e inserção profissional.

Behring e Boschetti, (2006) sinalizam que no Brasil a política social não acompanhou o mesmo ritmo de evolução dos demais países capitalistas centrais. No século XIX o Brasil vivia a realidade de um país escravista, não havendo radicalização de lutas operárias e o reconhecimento dos trabalhadores enquanto classe. A “questão social” no Brasil está presente desde o que chamamos de seu “descobrimento”, um país de natureza capitalista com manifestações gritantes de pauperismo e injustiças sociais. Principalmente após o fim a escravidão “legalizada”, teve dificuldades imensas em incorporar os escravos libertos ao mundo do trabalho. Estas questões só são colocadas em pauta e tratadas como questão política no século XX, a partir da ação e mobilização dos trabalhadores buscando as primeiras iniciativas de legislação para o mundo do trabalho. Segundo as autoras,

É interessante notar que a criação dos direitos sociais no Brasil resulta da luta de classes e expressa a correlação de forças predominante. Por um lado, os direitos sociais, sobretudo trabalhistas e previdenciários, são pauta de reivindicações dos movimentos e manifestações da classe trabalhadora. Por outro, representam a busca de legitimidade das classes dominantes em ambiente de restrição de direitos políticos e civis- como demonstra a expansão das políticas sociais no Brasil nos períodos de ditadura (1937- 1945 e 1964-1984), que as instituem como tutela e favor (...). (BEHRING, BOSCHETTI, 2006, p.79)

Neste processo de desenvolvimento, a economia do país avançou a passos largos enquanto o âmbito social permaneceu estagnado. “O Estado brasileiro nasceu sob o signo de forte ambiguidade entre um liberalismo formal como fundamento e o patrimonialismo como prática no sentido da garantia dos privilégios das classes dominantes”. (BEHRING, BOSCHETTI, 2006, p. 75). Ampliou-se as necessidades da maioria da população, o que aumentou também a demanda por serviços sociais. Esta ambiguidade se choca com a restrição de recursos para investimento nas políticas sociais governamentais, como consequência tem-se o desmonte das políticas públicas de caráter universal, ampliando ainda mais a seletividade para acesso aos programas de combate à pobreza favorecendo o incentivo a mercantilização dos

serviços sociais associado a capitalização do setor privado. O direito social passa a ser submetido à disponibilidade orçamentária.

É nesta direção que Yazbek (2012, p.293) assinala que, “a pobreza é uma face do descarte de mão de obra barata”, a qual faz parte da expansão capitalista, tendo no trabalho os efeitos devastadores de sua expansão, decorrente das mudanças que vem ocorrendo no processo de acumulação, reestruturação produtiva e financeirização do capital.

Como consequência, Vieira (1992) lembra que no neoliberalismo os direitos são transformados em mercadorias (planos de saúde, previdência privada, educação, etc). Nesta lógica, a política social não é tratada como direito de fato, ela se transforma em ações pontuais desenvolvidas a partir de medidas paliativas, de tal modo que o que se instituiu como ação institucionalizada pelo Estado não é de fato política social. Nestes termos, a miséria humana não é vista como violação de direitos nem caracterizada como cruel pela dominação/exploração do capital, pelo contrário, ela é naturalizada a tal ponto que é tratada como uma inaptidão pessoal, ou como mera exclusão. A política social possível no cenário neoliberal são programas fragmentados, descontínuos, incompletos, seletivos, sem planejamento e investimento de recurso por parte do Estado.

Por estas características problemáticas encontradas nas políticas sociais, Yazbek (2012) aponta que uma das mais significativas está vinculada a transferência monetária, a autora questiona a real efetividade deste tipo de ação no que diz respeito a sua eficácia enquanto política pública de enfrentamento a pobreza no país. Qual o real impacto deste tipo de ação sobre as famílias quando se pensa a possibilidade de elevar o nível de escolaridade, melhorar as condições de saúde, nutrição e sua inserção social? Os programas de transferência de renda têm sido orientados pela lógica neoliberal e alteram profundamente o direcionamento das políticas sociais. A mudança mais significativa que ocorreu é a substituição de políticas e programas universais por programas focalizados na pobreza e na extrema pobreza, tratando política social como algo isolado e exclusivo direcionado a um grupo específico da população.

Outra constatação apontada pela autora, é que estes programas apenas aliviam as consequências da pobreza, se desenvolvendo junto com políticas econômicas não permitem movimentar sua estrutura, “ou seja, as determinações estruturais geradoras da pobreza e da desigualdade social não são consideradas, limitando-se essa intervenção a melhorias imediatas nas condições de vida dos pobres (...)” Yazbek (2012 p. 30).

Os dados trazidos por Castro (2011) exemplificam esta questão quando aponta os efeitos econômicos das políticas de transferência de renda sobre o PIB e a renda das famílias privilegiando os benefícios econômicos.

Quando detalhado por tipo de gasto, observa-se que, no caso das transferências monetárias, o maior multiplicador do PIB e da renda das famílias pertence ao Programa Bolsa Família (PBF). Para cada R\$ 1,00 gasto no programa, o PIB aumentará em R\$ 1,44 e a renda das famílias em 22,5%, após percorrido todo o círculo de multiplicação de renda na economia. Este programa gera mais benefícios econômicos do que custa. (CASTRO 2011, p. 93)

Assim vemos que os efeitos da pobreza, aliados aos programas de transferência de renda se tornam altamente lucrativos e contribuem para a manutenção da economia do país. Conforme nos aponta Siqueira (2012), esta pobreza nos moldes do modo de produção capitalista não pode ser vista como um fenômeno isolado, ela é um produto necessário para sua manutenção: acumulação de capital x pauperização²⁰. Boschetti explica que,

Ora, o investimento em programas assistenciais pífios, focalizados e recheados de condicionalidades, aliado à manutenção do desemprego estrutural e ao não investimento em políticas universais, longe de indicar um novo modelo de desenvolvimento social, é uma estratégia útil ao capitalismo para regular o mercado a baixo custo. A forte tendência imperante na América Latina e Caribe de adotar os programas de transferência de renda nada mais é do que uma forma de minorar a pobreza e indigência, absolutamente necessária para a reprodução das relações capitalistas. (BOSCHETTI, 2012, p. 54).

A política social se transformou em um importante instrumento pelo qual a economia nacional realizou transferência de renda para um grupo significativo de famílias pobres, mas simultaneamente conseguiu com um golpe de mestre ampliar a economia e criar um amplo mercado consumidor interno. “(...) a política social assume papel estratégico como alavancadora da economia nacional, particularmente no momento da crise de 2008, quando o valor e o número de benefícios cresceram”. (CASTRO 2011, p. 94)

Assim como afirma Kerstenetzky (2014), a política social contemporânea tem se afastado do seu propósito de garantir proteção social a classe trabalhadora, há uma inversão violenta nos valores “ao transformar em direito o seu antípoda: o trabalho assalariado, espoliador e agora configurado como uma atividade precária e desprotegida” Kerstenetzky (2014, p. 24). Para a autora, a política social, principalmente a voltada para os segmentos sociais

²⁰ Pauperização absoluta, é tendencialmente permanente e ineliminável no desenvolvimento capitalista, que se constitui e expande a pauperização absoluta. Já a pauperização relativa, pode ser caracterizada como processo de progressivo aumento da distância entre o valor produzido pelo trabalhador e a parcela dessa riqueza da qual este se apropria. (SIQUEIRA, 2012, p. 372-373)

mais empobrecidos vem estampando traços de penitência, passando por um processo de laborização, monetização e desassistencialização.

Nesta direção, e em conformidade com o que foi discutido no item anterior sobre o conceito de educação, é notório que a política de educação, - nos moldes adotados no modo de produção capitalista - ocupa lugar estratégico na sociedade de classes, com o objetivo de reproduzir e legitimar a ideologia dominante, por meio de práticas educativas subalternas adotadas principalmente para à classe trabalhadora. Por outro lado, sabemos que apesar desta fragilização, a educação também pode ser vista como um espaço de enfrentamento e de ampliação de direitos, como política social.

Direcionando a discussão para o âmbito da educação superior, Castro (2010), apud Guedelho (2017), indicam que as políticas educacionais são vistas como um núcleo estratégico para fomentar os processos de desenvolvimento econômico nos países em desenvolvimento, e que impulsiona o investimento nas reformas da educação superior em detrimento dos incentivos à educação básica, que é primordial para a consolidação da educação pública de qualidade como direito social. É nesta direção que a realidade brasileira se apresenta nas últimas décadas:

(...) não rompe com a lógica neoliberal, posto que o processo de mercantilização das políticas sociais convive com ações estatais de caráter social e econômico com vistas à inclusão social, tanto por meio de ações voltadas à inserção pelo consumo, isto é, a ampliar o mercado de consumo de massa, incluindo as camadas mais pobres, bem como por meio de ações que se concretizam em programas governamentais voltados à igualdade de oportunidades. Guedelho (2017, p.74)

Portanto, para garantir que o direito à educação superior seja acessado, os governos traçam um conjunto de ações no intuito de viabilizar esta ponte. Principalmente nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e continuando no governo de Dilma Rousseff várias medidas permitiram a reestruturação da rede federal de educação superior no país.

Conforme sinaliza Cislighi (2010), em 2007 o governo de Luiz Inácio Lula da Silva lança o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, que consistia em um conjunto de programas, decretos, resoluções e portarias apresentados como um “plano executivo” que tinha por objetivo o alcance de metas determinadas pelo Plano Nacional de Educação - PNE além de colocar em prática questões já preconizadas desde a Constituição Federal de 1988²¹.

²¹ Para Borsato (2015, p. 89), a política de expansão da educação superior foi uma ação que deu visibilidade e legitimidade ao Governo Lula, cujo um de seus objetivos foi o de atender ao desafio colocado pelo PNE (2001-2010): “a) Prover, até o final da década, a oferta da educação superior para 30% da faixa etária de 18 a 24 anos, e; b) Estabelecer uma política de expansão que diminua as desigualdades de oferta existentes entre as diferentes regiões do país” (BRASIL, 2001, p. 43).

De acordo com a autora, para o ensino superior, o PDE apresentava princípios como: expansão da oferta de vagas; garantia de qualidade; promoção da inclusão social; ordenação territorial; desenvolvimento econômico e social através da formação de recursos humanos qualificados e do desenvolvimento científico-tecnológico. Nesta direção Cislighi (2010), enfatiza os programas criados neste período relativos ao ensino superior foram: PROUNI (Programa Universidade para Todos), que consiste em programa de crédito educativo somado ao FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) que já estava em evidência desde 2005; o SINAES (Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior) vigente desde 2004; a UAB (Universidade Aberta do Brasil), que consiste em programa de ensino a distância criado em 2005; o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) implementado em 2008, além de outros programas referentes à pesquisa a extensão e à pós-graduação.

Além destes, citamos também o que Borsato (2015) apresenta para compor este processo de expansão da rede pública de educação superior federal no país, o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e o processo de Integração de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica foram os principais programas que marcaram esta proposta. Para a autora, por meio do Decreto nº 6.096/2007, o Governo Lula implanta o (Reuni), que apresenta como justificativa a meta de expansão da oferta de educação superior constante no item 4.3.2 do Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001)²², ampliando assim significativamente o número de novas instituições públicas e privadas.

O processo de expansão aumentou e interiorizou a oferta de vagas no ensino superior, porém assim como nos aponta Borsato (2015), tais ações por si só não garantiram o acesso de grupos historicamente excluídos ao ensino superior, sendo assim mostrou-se necessário a implementação de ações complementares para garantir que o acesso ao ensino superior fosse garantido. Nesse sentido, citamos o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), o Sistema de Seleção Unificada (SISU) e o sistema de reserva de vagas para acadêmicos provenientes do ensino médio público, negros e indígenas (Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades e institutos federais e sua regulamentação pelo Decreto nº

²² Um panorama geral do processo de expansão das Instituições Federais mostra que no início da gestão Lula, em 2003, havia 1.859 instituições, sendo 207 públicas (11,13%) e 1.789 privadas (88,97%). No final do mandato, em 2010, o número total de instituições evoluiu para 2.378, o que corresponde a um aumento de 27,91%. Na esfera pública, foram criadas 71 instituições, um aumento percentual de 34,29%, e na esfera privada foram criadas 448 novas instituições, o que corresponde a um aumento de 27,11%. Com essa expansão, em 2010 as instituições públicas passaram a compor 11,69%, e as instituições privadas 88,31% do total de instituições de educação superior (ROSA, 2013). Nota-se que houve uma expansão progressiva no número de instituições, o que contribuiu, inclusive, para aumentar proporcionalmente, mesmo que de forma tímida, as instituições do setor público. (BORSATO, 2015, p.93)

7.824, de 11 de outubro de 2012). Com relação aos programas de permanência para acadêmicos inseridos no ensino superior, já citamos os PROUNI e o FIES, como estratégias governamentais utilizadas para garantir a permanência e conclusão do curso dos acadêmicos inseridos na educação superior privada.

Sobre as ações que possibilitaram a chamada democratização do ensino superior público a partir dos anos 2000, destacamos o protagonismo do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Kowalski (2012), indica que o FONAPRACE (Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis) e a UNE (União Nacional dos Estudantes) foram órgãos responsáveis pela promoção dos debates que incluíram a assistência estudantil nas Instituições Federais de Ensino Superior do Brasil, para que assim se estabelecessem políticas voltadas ao acesso, permanência e conclusão dos cursos de graduação, principalmente para os estudantes de baixa renda, tendo como premissa a democratização das universidades públicas a inclusão destes estudantes.

Com a articulação e pressão destes grupos de interesse, a Assistência Estudantil entra na agenda governamental das políticas públicas no ano de 2010, com a criação do PNAES (Programa Nacional de Assistência Estudantil)²³ e passa a ser considerada pelo MEC como política de governo. Portanto, esse processo significa o “resultado de relações complexas e contraditórias que se estabelecem entre Estado e sociedade civil, no âmbito dos conflitos e luta de classes que envolvem o processo de produção e reprodução do capitalismo” (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p.36). Seguindo a análise,

É importante ressaltar que o reordenamento da Assistência Estudantil e a sua relação de complementaridade às outras ações, que compõem o pacote da democratização da educação superior, teve terreno fértil para a sua regulamentação. Isso porque a crise vivenciada pelo capitalismo nos anos 00 exigiu o reordenamento do Estado de forma a garantir a lucratividade do capital, colocando-o como importante promotor do desenvolvimento. Nesta conjuntura, a educação passa a ser vista como uma importante ferramenta de combate à pobreza e promotor de desenvolvimento. (BORSATO, 2015, p.109-110)

Sendo assim, a partir da instituição do Decreto as universidades passam desenvolver ações específicas para garantir a permanência estudantil não apenas através de repasses

²³ Durante o período de expansão das Instituições Federais de Ensino por meio do Reuni, cria-se o PNAES através do Decreto nº 7.234, de 19 de julho 2010, que tem por objetivo: I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

financeiros, mas também atendimentos sociais, culturais, incentivo ao esporte e lazer, atenção à saúde, creche e apoio pedagógico. As ações de Assistência Estudantil nas universidades devem levar em consideração ações que viabilizem igualdade de oportunidades, no intuito de melhorar o desempenho acadêmico contribuindo para minimizar as taxas de retenção e evasão acadêmicas.

A partir destas iniciativas há a entrada de novo perfil de estudantes nas universidades públicas, o que acarretará também uma mudança em todas as dimensões da vida material e social tanto dos estudantes quanto dos profissionais envolvidos e na estrutura da universidade. Estas modificações são reflexos da mescla de atores, regiões, valores e culturas diversas em um mesmo espaço. É dentro desta nova realidade apresentada que se inserem as (os) assistentes sociais na Política de Educação, requisitadas pelo Estado para desenvolver ações ligadas à Assistência Estudantil, tendo como foco principal ações de garantia ao acesso e à permanência de estudantes, ao ensino superior público contribuindo para a diminuição das taxas de evasão.

Neste contexto, (CFESS/ CRESS, 2013) sinaliza que as principais estratégias de ampliação do acesso à educação escolarizada vieram amparadas em pressupostos apoiados tanto nas ações do Estado quanto de alguns setores da sociedade civil e do próprio empresariado, como parte de um amplo esforço de legitimação do consenso em torno da sociabilidade burguesa. Esses “acordos” que visam a ampliação das taxas de lucro em um redimensionamento do fundo público foram modificados pelo discurso de democratização do acesso à educação. Tais ações podem ser vistas em: incentivos fiscais ao setor privado, ampliação de programas assistenciais e da modalidade de educação à distância, ampliação dos programas de crescimento da rede educacional pública, sob pactos de adesão para recebimento de recursos adicionais, fomento à contratação de crédito para financiamento dos estudos e contratação de assessorias privadas para a elaboração e avaliação de projetos pedagógicos.

Corroborando a relação entre política social e expansão do mercado de trabalho para as e os assistentes sociais no país, compreende-se que

É neste contexto que ganha visibilidade a ampliação da requisição pela inserção de assistentes sociais nos estabelecimentos que implementam a Política de Educação, para operarem diretamente com as “políticas”, programas e projetos no campo da assistência estudantil e das ações afirmativas, na esfera pública, e de organização e execução das “políticas”, programas e projetos de concessão de bolsas, na esfera privada empresarial e filantrópica. Mesmo considerando a diversidade das formas de inserção e atuação dos/as assistentes sociais nos estabelecimentos educacionais, a predominância desse tipo de demanda institucional impacta decisivamente na imediata associação entre o desenvolvimento de tais “políticas”, programas e projetos e a sua atividade profissional, provocando equívocos e tensões que

também se apresentam em outras políticas sociais e que merecem um vigoroso e coerente posicionamento por parte da categoria quanto à distinção entre os mesmos. (CFESS, 2013, p. 40)

Partindo destes pressupostos, reforçamos que a presente pesquisa visa investigar como as teses e dissertações dos PPGSS na área do Serviço Social discutem as concepções existentes sobre Assistência Estudantil no Ensino Superior Público. Desta forma, para dar materialidade a esta proposta, realizamos um levantamento do universo das produções encontradas sobre o tema e que apresentaremos no item a seguir.

2.2.3 Panorama das teses e dissertações dos PPGSS sobre a temática Assistência Estudantil

Como já enfatizamos anteriormente e reafirmado por Gazotto (2019), é a partir do ano de 2010 que a discussão sobre assistência estudantil aparece no âmbito do Serviço Social com maior expressividade, seja nos espaços das entidades representativas da categoria profissional ou ainda em eventos como o ENPESS e CBAS, alinhado com a ampliação da inserção de assistentes sociais na esfera federal de Ensino Superior, principalmente via concursos públicos para atender aos princípios estabelecidos pelo PNAES impulsionado pela expansão das Universidades Federais no período.

Esse contexto ampliou também a busca pela inserção destes profissionais na Pós-Graduação, neste sentido, refletir sobre a concepção de Assistência Estudantil que vem sendo discutida neste espaço de produção do conhecimento, implica ter um olhar crítico sobre a realidade. Contribuindo assim para perceber de que maneira o Serviço Social vem se apropriando e dando significado ao debate sobre a Assistência Estudantil no ensino superior público. Sabendo de tal relevância apresentaremos a seguir qual universo se apresenta a fonte dos dados coletados e o percurso metodológico seguido para tal na presente pesquisa.

A perspectiva metodológica que conduz esse trabalho está referenciada no campo da teoria social crítica vinculada a tradição marxista. Para elaborar e dar sustentação a tal pesquisa, utilizaremos como perspectiva teórico metodológica o materialismo histórico dialético, a fim de promover as análises de forma crítica e propositiva. Por não ser um método que se restringe a realização de mera interpretação, a dialética oportuniza uma perspectiva de movimento e transformação da realidade.

Em razão do problema e objetivos propostos, decidiu-se abordar o tema qualitativamente, quantificando os dados quando necessário²⁴, de modo que a filtragem realizada no levantamento documental e bibliográfico será submetido à diferentes tipos de leituras²⁵, as quais explicamos a maneira como procedemos mais adiante.

Conforme aponta Netto (2009), a teoria é o movimento do real, é o objeto transposto para o cérebro do pesquisador que, posteriormente, interpreta-o em seu pensamento. Ou seja, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que ele pesquisa. Essa reprodução, que constitui o conhecimento teórico será mais concreta e verdadeira se o sujeito que a interpreta for fiel ao objeto estudado. Compreendemos que realizar a pesquisa a partir desta perspectiva é de fundamental importância, pois o método de Marx se dá por uma compreensão de mundo concebido como um conjunto de processos nunca acabados e sempre em transformação.

Como já apresentamos na introdução desta dissertação, a escolha pelo tema da pesquisa foi impulsionada pela vivência profissional a partir da aproximação com a realidade do espaço sócio ocupacional de trabalho como Assistente Social na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PRAE da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA em Foz do Iguaçu/PR. Tendo em vista as indagações feitas sobre aquela realidade e também por observar que no Programa de Pós-Graduação ao qual a pesquisadora está vinculada, um número considerável de dissertações defendidas até o ano de 2018 abordaram temas relacionados à Assistência Estudantil no ensino superior, a provocação do tema se consolidou na pesquisa. Sendo assim, para além da vivência profissional e acadêmica compreendemos necessário aprofundar a pesquisa para que o estudo se afaste do senso comum e tenha condições de contribuir para a produção de reflexões científicas para a categoria e para a sociedade.

²⁴ O conjunto de dados quantitativos e qualitativos, porém, não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia. (MINAYO, 1994, p. 22)

²⁵ “**Leitura de reconhecimento do material bibliográfico** – consiste em uma leitura rápida que objetiva localizar e selecionar o material que pode apresentar informações e/ou dados referentes ao tema.(...)”

Leitura exploratória – (...); requer conhecimento sobre o tema, domínio da terminologia e habilidade no manuseio das publicações científicas. Momento de leitura dos sumários e de manuseio das obras, para comprovar de fato a existência das informações que respondem aos objetivos propostos.

Leitura seletiva – procura determinar o material que de fato interessa, relacionando-o diretamente aos objetivos da pesquisa. Momento de seleção das informações e/ou dados pertinentes e relevantes, quando são identificadas e descartadas as informações e/ou dados secundários.

Leitura reflexiva ou crítica – estudo crítico do material orientado por critérios determinados a partir do ponto de vista do autor da obra, tendo como finalidade ordenar e sumarizar as informações ali contidas. É realizada nos textos escolhidos como definitivos e busca responder aos objetivos da pesquisa.

Leitura interpretativa – (...) tem por objetivo relacionar as ideias expressas na obra com o problema para o qual se busca resposta. Implica na interpretação das idéias do autor, acompanhada de uma interrelação destas com o propósito do pesquisador. (...)” Salvador (1986), apud Lima e Miotto (2007) (p.41)

Com o objetivo de realizar um mapeamento destas produções, iniciamos a pesquisa pelo levantamento bibliográfico a partir do Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Desta maneira, delimitamos que o universo da pesquisa seria balizado pelos 36 Programas de Pós Graduação em Serviço Social em nível de Mestrado e Doutorado no Brasil vinculados a área nº 32 da CAPES. Para isto, utilizamos da Plataforma Sucupira, para localizar tais programas, conforme segue:

Tabela 1 - Cursos Avaliados e Reconhecidos pela Capes.

Nome	Área de Avaliação	Total de Programas de pós-graduação							Totais de Cursos de pós-graduação				
		Total	ME	DO	MP	DP	ME/DO	MP/DP	Total	ME	DO	MP	DP
ECONOMIA DOMÉSTICA	SERVIÇO SOCIAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SERVIÇO SOCIAL	SERVIÇO SOCIAL	36	16	0	0	0	20	0	56	36	20	0	0

(ME): Mestrado Acadêmico. (DO): Doutorado Acadêmico. (MP): Mestrado Profissional. (DP): Doutorado Profissional. (ME/DO): Mestrado Acadêmico e Doutorado Acadêmico. (MP/DP): Mestrado Profissional e Doutorado Profissional.
Fonte: Elaborado a partir da Plataforma Sucupira (2019) área de avaliação 32

Após relacionar os programas pelo site da Plataforma Sucupira, entramos no link de cada instituição a fim de verificamos qual Programa se tratava especificamente de cursos vinculados à área do Serviço Social.

Cabe destaque aqui um dado trazido pelo documento de área da Capes (2019), sobre a distribuição regional dos Programas da área 32 – Serviço Social – de acordo com a quadrienal 2017. Do total de 36 Programas, 12 ficam localizados na Região Sudeste o que equivale a 36,4%, 11 Programas na Região Nordeste resultando em 33,3%, 5 deles ficam na Região Sul, correspondendo a 15,2%, 3 na Região Centro-Oeste sendo 9% e 2 na Região Norte correspondendo a 6%. Ou seja, 69,7% dos Programas encontram-se concentrados no Sudeste e no Nordeste do país.

Em síntese, a situação dos 34 PPG em relação à área básica, em 2016, era a seguinte: 23 Programas em Serviço Social (67,6%); 06 em Política Social (17,6%); 03 em Políticas Públicas (8,8%) e 02 em Economia Doméstica (5,9%). À exceção dos 02 Programas em Economia Doméstica, os outros 32 PPG guardam interlocução com o objeto do Serviço Social e suas interfaces com a política social e as políticas públicas. (CAPES, 2019, p.7)

Seguindo nosso levantamento, e considerando estes dados, a pesquisa contemplou as dissertações e teses produzidas nos Programas de Pós-Graduação da área do Serviço Social, utilizando os seguintes critérios de exclusão para delimitar que:

- 1) Foram observados os Programas vinculados à área específica do Serviço Social, sendo que dos 36 programas²⁶, selecionados foram excluídos os 02 de Economia Doméstica e da Escola Superior de Ciência da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM), por se tratar de uma instituição de ensino superior privada sem fins lucrativos;
- 2) Neste levantamento foram selecionadas apenas as produções que continham pesquisas que apresentavam como tema/objeto da pesquisa a Assistência Estudantil vinculados às Universidades Federais, sendo excluídas as produções desenvolvidas em: a) Institutos Federais, por ser uma instituição que atende o ensino técnico e o foco da pesquisa e o ensino superior público; b) as universidades estaduais, por não receberem recursos federais do PNAES para investimento na Assistência Estudantil, e c) Instituições privadas/filantrópicas, também por não receberem recursos do PNAES.

Com relação do corte temporal, a pesquisa foi demarcada dentro da terceira fase ou a chamada fase atual²⁷ da Educação Superior Brasileira que foi marcada pela institucionalização do PNAES aliado às ações da contrarreforma universitária dentro de programas como o REUNI. Principalmente quando - na gestão do presidente Lula - transformou o PNAES em Decreto de Lei nº 7.234 de 19 de julho de 2010. Este documento representa a luta coletiva de grupos organizados como o FONAPRACE, UNE e a ANDIFES na consolidação da Assistência Estudantil como instrumento legal que garante - no âmbito institucional das IES - a Assistência Estudantil enquanto política pública. Sendo assim, delimitaremos a coleta dos das produções entre os anos de 2010 à 2018, justificando o ano de promulgação do PNAES por Decreto presidencial, até o ano de início da pesquisa.

A primeira aproximação com o material levantado no intuito de visualizar um panorama mais geral sobre o cenário pretendido, foi realizado pela plataforma de Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, aplicando os seguintes filtros para refinar os resultados: Busca: “Assistência Estudantil”; Ano: 2010-2018; Grande Área Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas; Área Conhecimento: Serviço Social e Fundamentos do Serviço Social. Como

²⁶ Justificamos aqui que na *Tabela (02) Relação dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil*, aparecem 33 universidades listadas, porém na Universidade Federal Fluminense UFF existem 02 Programas, por este motivo o resultado do levantamento considera 34 programas.

²⁷ A terceira fase (fase atual) da política de assistência estudantil se constituiu a partir de 2007 através da aprovação do Decreto nº 6.096 de 24 de abril desse mesmo ano, que instituiu o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que preconiza a criação de condições para ampliação do acesso e garantias de permanência aos estudantes na educação superior. (...). Vale lembrar que, neste mesmo ano foi aprovado o PNAES instituído em 12 de dezembro de 2007 pela Portaria Normativa nº 39 do MEC. Esse documento foi elaborado pelo FONAPRACE, o qual, por muitos anos, vinha discutindo em pautas nacionais, a importância da assistência estudantil no decorrer da vida acadêmica e também como um recurso fundamental na incorporação dos estudantes de baixa renda no processo de democratização da universidade pública e gratuita. (KOWALSKY, 2012, p. 97)

resultado desta busca inicial foram localizadas um total de 64 (sessenta e quatro) produções, e após serem aplicados os critérios de exclusão estabelecidos anteriormente chegamos ao resultado de 36 (trinta e seis) trabalhos.

Porém, no intuito de dar maior confiabilidade e abrangência ao universo da pesquisa, após ter sido feito este primeiro levantamento por meio do Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, realizamos uma busca nos *sites* de cada PPG em seus respectivos bancos de dados/bibliotecas depositárias para realizar a aferição das produções e arquivá-las para posteriormente utilizar como fonte da pesquisa. O levantamento realizado nos sites das bibliotecas e repositórios dos Programas de Pós-Graduação destas universidades foi realizado aplicando filtros com títulos sobre “Assistência Estudantil” entre os anos de “2010 a 2018”. Foram considerados apenas títulos que estivessem disponíveis nestas plataformas *online*.

Sendo assim, chegamos ao levantamento de 46 produções, destas 04 são teses de doutorado e 42 dissertações de mestrado, confirmando assim que houve uma diferença numérica de 10 trabalhos para a busca realizada apenas pelo site da Capes. Outra informação verificada é que dos 34 programas selecionados, apenas foram localizadas produções que tratam do tema de nosso objeto em 17 deles. Abaixo apresentaremos o quadro das universidades em que foram localizadas as produções e o quantitativo de cada uma.

Tabela 2 - Quantitativo de produções por Universidade vinculada ao PPG

Nº	Instituição de Ensino	Total de Produções
1	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO PUC-RIO/ RJ	06 (05 dissertações e 01 tese).
2	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE/ PE	05 (4 dissertações e 01 tese)
3	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UERJ /RJ	04 dissertações
4	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANA - UNIOESTE/ PR	04 dissertações
5	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL - PUC/RS	03 (02 dissertações e 01 tese)
6	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS – PUC/GO	03 dissertações
7	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - UFJF/ MG	03 dissertações
8	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS	03 dissertações
9	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - FUFSE /SE	02 dissertações

(Continuação)

Nº	Instituição de Ensino	Total de Produções
10	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA - UEL /PR	02 dissertações
11	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO, FRANCA - UNESP-FR/SP	02 dissertações
12	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, JOÃO PESSOA - UFPB/JP	02 dissertações
13	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC/SC	02 dissertações
14	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - UFRN/ RN	02 dissertações
15	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA/ PA	01 dissertação
16	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO (UFMT)	01 dissertação
17	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES) -	01 dissertação

Fonte: Elaboração própria com base nas informações disponíveis nos nas bibliotecas e repositórios dos PPGSS.

O quadro acima demonstra que, pelo levantamento podemos sinalizar duas características: a primeira diz respeito a natureza da instituição em que a pesquisa foi desenvolvida, sendo que 09 foram feitas por pesquisadores matriculados em Programas vinculados à Universidades Federais, 04 em Universidades Estaduais e 04 em Universidades Comunitárias de natureza confessional (Católicas). A segunda, característica se refere aos Programas que concentram maior número de produções sobre o tema. Em maior volume temos a PUC-RIO/RJ, seguidos pela UFPE/ PE, UERJ /RJ e UNIOESTE/ PR. Ressaltamos aqui o PPGSS da UNIOESTE – *Campus* de Toledo/PR, o qual a pesquisadora está vinculada; que apesar de ser um programa relativamente novo, com início de funcionamento em 2013 já apresenta expressiva produção sobre o tema.

A seguir apresentaremos a relação das teses e dissertações coletadas nos repositórios e bibliotecas digitais dos PPG da área de Serviço Social que tiveram como tema de suas pesquisas a Assistência Estudantil no período de 2010 à 2018.

Tabela 3 – Relação de dissertações e teses coletadas na pesquisa

TÍTULO	AUTOR(A)	VINCULO	ANO	TIPO
Análise do exercício profissional do assistente social na política de assistência estudantil da universidade federal de Sergipe.	Danielle Lima Menezes	FUFSE /SE	2018	Dissertação
A assistência estudantil no contexto da "Reforma" do ensino superior público do Brasil: um estudo da assistência estudantil da UFS a partir da implantação do PNAES'	Maria Rosangela Albuquerque Melo	FUFSE /SE	2013	Dissertação
Assistência Estudantil na Educação Superior Pública: O programa de bolsas implementado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro' Trabalho anterior à Plataforma Sucupira.	Simone Cazarin de Menezes	PUC-RIO/RJ	2012	Dissertação
A relação entre as políticas de ação afirmativa e permanência na educação de ensino superior nas Instituições federais de ensino: as especificidades do benefício moradia para os discentes de graduação da UFRJ'	Leandro Duarte de Oliveira	PUC-RIO/RJ	2014	Dissertação
Assistência Estudantil e o seu papel na Permanência dos Estudantes de Graduação: A Experiência da Universidade Federal do Rio de Janeiro'	Roselia Pinheiro de Magalhaes	PUC-RIO/RJ	2013	Dissertação
Evasão estudantil nos cursos de matemática, química e física da Universidade Federal Fluminense: Uma silenciosa problemática'	Claudia Macêdo	PUC-RIO/RJ	2012	Dissertação
As dificuldades de permanência nas Universidades: Uma experiência dos jovens do Programa de Apoio Estudantil da Associação de Assistência ao Adolescente'	Patricia Maciel Pereira	PUC-RIO/RJ	2016	Dissertação
A política de assistência estudantil da UFF em duas faces: a institucionalidade dos processos e as perspectivas da demanda estudantil	Giselle Pinto	PUC-RIO/RJ	2015	Tese
Os (Des) Caminhos da Política de Assistência Estudantil e o Desafio na Garantia de Direitos'	Aline Viero Kowalski	PUC/RS	2012	Tese
A Política de Assistência Estudantil: estudo sobre condicionalidades'	Juliana Barreto da Silva	PUC/RS	2016	Dissertação
A política de assistência estudantil na universidade federal: da escola pública para o ensino superior'	Betina Graeff da Cunha	PUC/RS	2014	Dissertação
A Assistência ao Estudante nas IFES em contexto brasileiro: O Programa Saudavelmente da Procom-UFG.'	Lila De Fatima de Carvalho Ramos	PUC/GO	2012	Dissertação
O trabalho de assistentes sociais na moradia estudantil universitária da Universidade Federal de Goiás.	Beatriz Cristina de Almeida	PUC/GO	2015	Tese
Competências, atribuições e requisições profissionais do serviço social em instituições federais de educação em goiás: limites impostos pela imediaticidade.'	Priscilla Marques Borges Frazao	PUC/GO	2016	Dissertação
A Educação Superior e a Assistência Estudantil: requisições e respostas do trabalho do assistente social frente sua expansão no contexto de contrarreforma do Estado'	Amanda Silva Belo	UERJ /RJ	2017	Dissertação
O Processo de trabalho do (a) assistente social na Universidade pública: Análise da política de assistência estudantil? da Universidade do Estado do Rio de Janeiro'	Cristiane Queiroz Leite Carvalho	UERJ /RJ	2012	Dissertação

(Continuação)

TÍTULO	AUTOR(A)	VINCULO	ANO	TIPO
Ações afirmativas e Assistência Estudantil: uma abordagem sobre as medidas de permanência da UERJ	Sabrina Albuquerque Santos	UERJ /RJ	2015	Dissertação
O trabalho do assistente social na assistência estudantil no contexto de contrarreforma da Educação Superior.	Cila Ferreira Portugal Ramos	UERJ /RJ	2016	Dissertação
O trabalho do assistente social na assistência estudantil: a prática profissional frente a realidade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná'	Tatiane Agostinho Martins	UEL /PR	2016	Dissertação
A configuração da assistência estudantil da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul após a implantação do PNAES	Francieli Piva Borsato	UEL /PR	2015	Dissertação
Acesso e permanência estudantil na Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Realeza: uma equação possível?'	Aline Juliana Scher	UNIOESTE/ PR	2017	Dissertação
Assistência Estudantil no ensino superior: uma análise do programa auxílio estudantil da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, campus Toledo'	Amalia Senger Piana	UNIOESTE/ PR	2018	Dissertação
Acesso e permanência da classe trabalhadora na universidade pública: contradições de uma conquista	Bruna Gimenes Ferreira Arroyo Poggere	UNIOESTE/ PR	2017	Dissertação
A contradição das classes sociais presente no ensino superior: considerações sobre assistência estudantil	Kleber Rodrigo Durat	UNIOESTE/ PR	2015	Dissertação
Políticas públicas educacionais: uma análise sobre a política nacional de assistência estudantil no contexto da Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFMT.'	Mireille Alves Gazotto	UNESP- FR/ SP	2014	Dissertação
Reflexões sobre o trabalho do assistente social na assistência estudantil.'	Anayara Raissa Pereira de Souza	UNESP- FR/ SP	2017	Dissertação
O programa nacional de assistência estudantil(PNAES) e sua contribuição para a efetivação do direito de acesso e permanência à/na universidade: o caso da UFPB	Suellem Dantas Mariz	UFPB/JP	2012	Dissertação
O programa nacional de assistência estudantil/PNAES: uma análise a partir dos/as assistentes sociais da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)'	Sebastiao Rodrigues Marques	UFPB/JP	2014	Dissertação
A relação entre os recursos do Programa Nacional de Assistência Estudantil e a ampliação do acesso na UFJF no contexto de contrarreforma universitária nos anos 2000'	Thassia Cristina da Silva Soares	UFJF/ MG	2017	Dissertação
A trajetória da assistência estudantil no processo de reestruturação e expansão das universidades federais: A implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil na Universidade Federal de Juiz de Fora no período de 2007 a 2017'	Paula Helena Macedo Nascimento	UFJF/ MG	2018	Dissertação
A intervenção do assistente social na assistência estudantil.	Aline Souza Araújo	UFJF/ MG	2015	Dissertação
Assistência estudantil e contrarreforma universitária nos anos 2000'	Clara Martins do Nascimento	UFPE/ PE	2013	Dissertação
Assistência a estudante na universidade pública: de qual permanência falamos?'	Lucas Pinheiro Araujo	UFPE/ PE	2018	Dissertação

(Continuação)

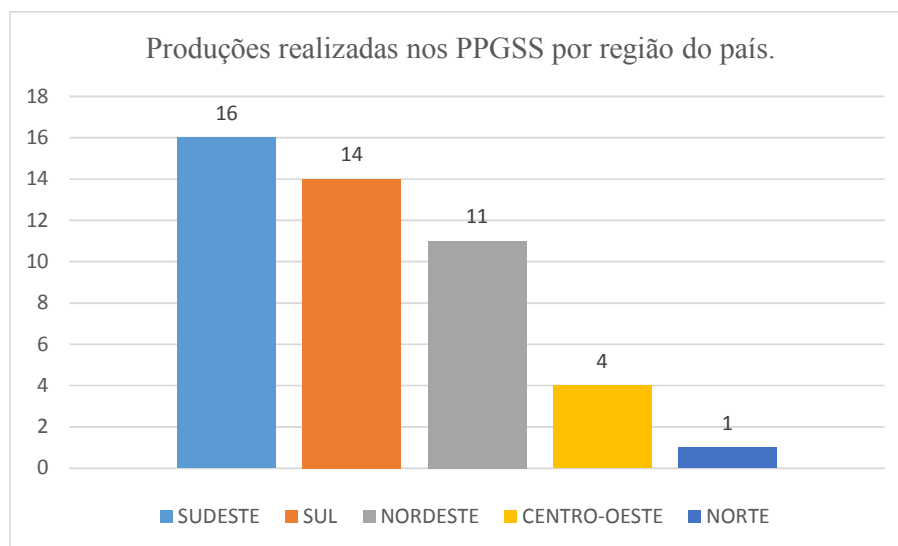
TÍTULO	AUTOR(A)	VINCULO	ANO	TIPO
O programa nacional de assistência estudantil (PNAES) na Universidade Federal de Pernambuco: um estudo sobre a trajetória acadêmica dos estudantes bolsistas'	Ines Virginia Aleixes da Cunha	UFPE/ PE	2017	Dissertação
Educação e Serviço Social: um estudo sobre o exercício profissional do/a assistente social nos programas de assistência estudantil das universidades federais de Pernambuco.	José Albuquerque Constantino	UFPE/ PE	2015	Dissertação
As múltiplas determinações do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES nos governos Luiz Inácio Lula da Silva.	Josimeire de Omena Leite	UFPE/ PE	2015	Tese
A autonomia relativa do assistente social na política de assistência estudantil da Universidade Federal de Santa Catarina'	Lilian Mann dos Santos de Oliveira	UFSC/ SC	2017	Dissertação
A política de assistência estudantil na educação superior pública: uma avaliação do Programa Bolsa Permanência da UFSC (2008-2013).	Nelize Moscon Marafon	UFSC/ SC	2015	Dissertação
A política de assistência estudantil na UFPA: um estudo do Programa de Assistência Estudantil Permanência'	Ellana Barros Pinheiro	UFPA/ PA	2017	Dissertação
O exercício profissional do assistente social na educação superior: a particularidade da dimensão educativa na assistência estudantil'	Fabricia Dantas de Souza	UFRN/ RN	2016	Dissertação
O trabalho do assistente social na educação: ampliação do espaço ocupacional e precarização na assistência estudantil'	Sheine Santos do Nascimento	UFRN/ RN	2018	Dissertação
Cotas sociais e reflexos na política de assistência estudantil: estudo de caso da Universidade Federal de Pelotas	Carmen de Fátima De Mattos do Nascimento	UCPEL	2015	Dissertação
A Assistência Estudantil no Ensino Superior: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras.	Miriam Moreira Da Silveira	UCPEL	2012	Dissertação
A assistência estudantil como política social no contexto da UFPEL: concepções, limites e possibilidades.	Vivianne Satte Alam Gonçalves	UCPEL	2011	Dissertação
Assistência estudantil na UFMT: Trajetória e desafios	Denise Pereira de Araújo Campos	UFMT	2012	Dissertação
O financiamento da assistência estudantil na UFES no contexto de contrarreforma da educação superior.	Fernanda Meneghini Machado	UFES	2016	Dissertação

Fonte: Elaboração própria com base nas informações disponíveis nos nas bibliotecas e repositórios dos PPG.

Diante deste quadro, podemos perceber que a partir da leitura dos títulos dos trabalhos, as pesquisas se concentram em desvelar as especificidades do exercício/atuação profissional da(o) assistente social na assistência estudantil; o papel da Assistência Estudantil no acesso e permanência dos estudantes, bem como questões que envolvem a evasão nas universidades estudadas; análise do impacto do programa nas mais diversas universidades e seus desdobramentos no âmbito institucional e/ou na vida dos usuários; e estudos sobre a trajetória da Assistência Estudantil nas universidades principalmente no curso dos anos 2000.

Para dar continuidade a nossa pesquisa, com as produções já coletadas e armazenadas em arquivo pessoal da autora, podemos identificar, por exemplo, qual a região do país em que as pesquisas foram desenvolvidas, obtendo o resultado que apresentamos no gráfico a seguir.

Gráfico 2 - Demonstração da distribuição das produções por região do país



Fonte: Gráfico gerado pela autora.

Se fizermos uma análise comparativa do diagnóstico da área 32 da Capes sobre a distribuição dos PPGSS por região do país, com o quantitativo de produções sobre Assistência Estudantil localizadas para esta pesquisa, podemos considerar que seguem a mesma linha de concentração geográfica. Ou seja, o maior número de produções sobre o tema em questão se deu nas regiões Sudeste, Sul e Nordeste, assim como a demonstra a distribuição dos programas:

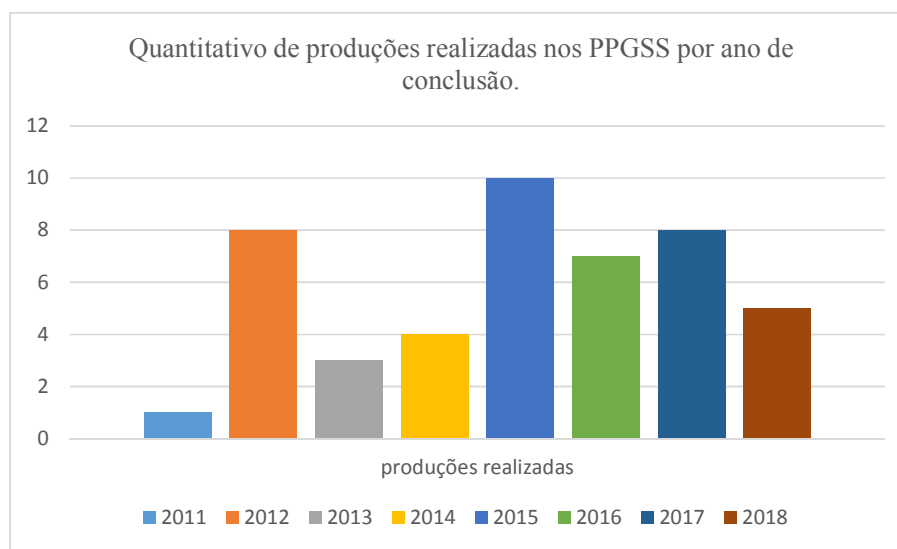
(...) dos 34 Programas da área 32 estavam assim distribuídos: **12 na Região Sudeste (36,4%)**, **11 na Região Nordeste (33,3%)**, 5 na **Região Sul (15,2%)**, 3 na Região Centro-Oeste (9%) e 2 na Região Norte (6%). Como se percebe, 69,7% dos Programas encontram-se concentrados no Sudeste e no nordeste do país. (CAPES, 2019, p.6) (grifo nosso)

Vemos, portanto, que neste caso quanto maior a concentração de Programas por região do país, maior foi o quantitativo de dissertações e teses elaboradas naquela região. Desta maneira vemos que quanto maior a oferta de cursos, mais oportunidades de desenvolver pesquisas sobre as mais diversas demandas. Esta é uma inferência a ser aprofundada.

Carvalho & Silva (2005) consideram que o Serviço Social e o conhecimento que o fundamenta, só podem ser compreendidos por meio do movimento histórico de mudanças sócio

políticas e econômicas de nossa sociedade além de sua inserção, construção e reconstrução nesses espaços “(...) mediante um movimento que não é homogêneo nem linear” (p. 135). E essa compreensão só é possível pela possibilidade de desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre a realidade concreta.

Gráfico 3 - Demonstração da distribuição das produções por ano de conclusão



Fonte: Gráfico gerado pela autora.

Em relação aos anos da publicação, percebemos que há uma prevalência de publicações nos anos de 2015 com 10 trabalhos, seguidos pelos anos de 2012 e 2017 com 08 trabalhos concomitantemente, 2016 (07 trabalhos), 2018 (05 trabalhos), 2014 (04 trabalhos), 2013 (03 trabalhos) e 2011 (01 trabalho). Vemos portanto, que apesar de algumas universidades já desenvolverem ações de Assistência Estudantil antes mesmo da instituição do PNAES, a partir do ano de 2010 quando esse programa se expande para as universidades como um dos pilares do Reuni, é que as pesquisas sobre o tema também se intensificam. Reflexo este que podemos perceber no comparativo das produções localizadas entre os anos de 2011 e 2012. Se considerarmos que o ingresso nos PPG geralmente ocorre 2 anos (no caso de mestrado) antes da conclusão das pesquisas quem defendeu suas dissertações no ano de 2011 ingressou no PPG possivelmente entre 2009 e 2010, momento em que o PNAES ainda não estava em vigência; e quem realizou a defesa em 2012, ingressou entre 2010 e 2011 quando as ações de Assistência Estudantil permeadas pelo PNAES nas universidades, estavam em fase de implantação. Além disto nota-se que quantitativamente a partir de 2015 manteve-se uma média de 7 trabalhos por

ano de publicação, ou seja, conforme o PNAES foi se estabelecendo as pesquisas sobre o tema também se acrescem.

No intuito de proporcionar maior aproximação com os sujeitos de nossa pesquisa, - apesar de utilizarmos de fontes bibliográficas - e complementar as informações sobre os autores das produções selecionadas, utilizamos da Plataforma Lattes do CNPq buscando nominalmente o currículo de cada autor, o qual foram extraídos as seguintes informações: a) Qual o vínculo institucional que a (o) pesquisadora estava ligado no momento da defesa de seu trabalho, b) Se a (o) pesquisadora manteve seu vínculo institucional no momento da busca pelo currículo Lattes (entre maio e junho de 2019), e c) se o pesquisador deu continuidade à formação acadêmica²⁸.

Com relação ao vínculo institucional, observamos que dos 46 pesquisadores selecionados 33 estavam atuando como assistentes sociais em Universidades Federais Públicas, 02 em CEFETs e Institutos Federais, 03 atuavam como professoras em cursos de Serviço Social, 03 eram bolsistas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, 02 atuavam como assistentes sociais no Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, 01 atuava como assistente social em uma Unidade de Pronto Atendimento, 01 uma Associação de Assistência ao Adolescente no Rio de Janeiro, e 01 pesquisadora está vinculada a uma Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis de uma Universidade Federal porém não tem formação em Serviço Social, é psicoterapeuta.

Desta maneira, vemos que majoritariamente as pesquisas foram desenvolvidas por assistentes sociais trabalhadoras das universidades e institutos federais que estão neste campo de atuação. Diante deste dado, podemos considerar que assim como Mota (2013) já sinalizou em seus estudos, o Serviço Social demonstra cada vez mais sua capacidade de sair do campo estritamente interventivo, para o campo da produção do conhecimento sobre a realidade com que desenvolve sua atuação profissional. A autora afirma que

(...) o Serviço Social brasileiro, ao se constituir numa área do conhecimento, adensa a sua intervenção na realidade através da construção de uma cultura intelectual, de cariz teórico-metodológico crítico, redefinindo a sua representação intelectual e social até então caracterizada, prioritariamente, pelo exercício profissional, no qual a dimensão interventiva tinha primazia sobre o estatuto intelectual e teórico da profissão. (MOTA, 2013, p. 18)

Com relação a qualificação profissional, sobre a continuidade da formação acadêmica, identificamos que 10 deles ingressaram em Programas de Doutorado após a conclusão de suas

²⁸ A tabela contendo as informações sobre *O Perfil das (os) autoras (es)* está no anexo desta dissertação.

pesquisas de mestrado. Deste total, 08 se vincularam a Programas de Pós-Graduação em Serviço Social e 02 em outras áreas (psicologia e ciências e biotecnologia), sobre os demais autores não foi possível localizar a informação no Lattes.

Um estudo realizado por Yamamoto (2009a, p.6) a autora indicava que naquele momento “A qualificação dos assistentes sociais brasileiros é a seguinte: 55,34% têm graduação; 35,26% têm título de especialista; 6,49% têm mestrado; 1,24%, doutorado e 0,67%, pós-doutorado”. Se considerarmos o universo da presente pesquisa, de um total de 46 autores a que tivemos acesso a informação pelo currículo Lattes, 10 deles ingressaram em Programas de Doutorado, o que equivale a 21,73% deste grupo. Podemos assim dizer que, este espaço sócio ocupacional e conseqüentemente campo de pesquisa é um local privilegiado para a construção do conhecimento e para a formação de pesquisadores.

Dando continuidade à análise da pesquisa, no próximo capítulo apresentaremos de maneira mais específica de que maneira realizamos o recorte das produções utilizadas para análise de conteúdo que contribuíram para a resposta ao nosso problema: como as produções científicas no âmbito dos Programas de Pós-Graduação na área de Serviço Social discutem a concepção de Assistência Estudantil no Ensino Superior e como elas relacionam a Política de Assistência Social e a Política de Educação?

3 O DEBATE SOBRE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NOS PROGRAMAS DE PÓS GRADUAÇÃO DA ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL

Neste terceiro capítulo, trataremos de apresentar as aproximações que foram coletadas a partir do objeto que nos propusemos para estudo, como as discussões feitas nas teses e dissertações dos PPGSS na área do Serviço Social debatem a concepção de Assistência Estudantil no âmbito do ensino superior público. Principalmente no que diz respeito à vinculação da Assistência Estudantil com uma concepção associada à política de Assistência Social e / ou de Educação. Pretendemos identificar de que forma as/os assistentes sociais têm apresentado tal discussão para a categoria através de suas pesquisas realizadas no âmbito das IFES.

A estrutura e os eixos de análise da presente dissertação, partem dos dados coletados no material selecionado para a pesquisa. As análises feitas oportunizam compreender o universo em que os sujeitos - em grande parte trabalhadoras (es) da área – estavam inseridas (os) e a maneira como materializaram suas compreensões a partir das realidades vivenciadas, apontando assim para as leituras e concepções que estas (es) fazem sobre o espaço que atuam.

De acordo com os apontamentos de Cislaghi (2010) o processo de expansão da Educação Superior no Brasil trouxe consigo inúmeros problemas e limites originados das formas anteriormente praticadas no país e ditadas por organismos internacionais²⁹. Este modelo de expansão em massa e interiorização das universidades no país possibilitou em grande parte a ampliação da oferta de vagas no país, porém como nos indica Borsato (2015) não garantiu por si só o acesso de grupos historicamente excluídos, para tanto foi necessário a implantação de outras ações complementares como o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), o Sistema de Seleção Unificada - Sisu e o Sistema de Reserva de Vagas para estudantes do provenientes do ensino médio público, negros e indígenas (Decreto nº 7.824 de 11 de outubro de 2012).

²⁹ Em 2007, o governo lançou o PDE, um conjunto de programas, decretos, resoluções e portarias apresentado como um “plano executivo” para atingir as metas determinadas pelo PNE e colocar em prática questões preconizadas desde a Constituição de 1988 (MEC, 2007). Segundo o sítio do MEC, seu objetivo principal é garantir uma educação básica de qualidade e para alcançar essa meta investir também em ensino superior e ensino profissional, por estarem ligados direta ou indiretamente. Metas bastante de acordo com as propostas do Banco Mundial, e que reforçam a dualidade histórica da educação brasileira ao deixar de lado os investimentos públicos no ensino médio. Ainda segundo o sítio do MEC, o Plano foi baseado no Compromisso Todos pela Educação. (...). É importante destacar que o “movimento” Todos pela Educação, que deu impulso a essa “ampla mobilização social”, nas palavras do MEC, é patrocinado por alguns dos maiores bancos – Itaú, Unibanco, Real e Bradesco, e por algumas das maiores empresas – Odebrecht, Gerdau, Camargo Correa e Suzano, do país, lembrando as preocupações do Banco Mundial de que a pobreza pode gerar um clima desfavorável para os negócios, e de que a educação é necessária para aliviar as tensões do desemprego estrutural (LEHER, 1999). (CISLAGHI, 2010, p. 115-116)

É neste direcionamento, de desenvolvimento e ampliação do acesso à educação superior, principalmente nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e posteriormente no governo de Dilma Rousseff, que várias medidas no sentido da reestruturação da rede federal de educação superior no país foram tomadas, a exemplo da implantação da política de cotas, vagas reservadas para indígenas, estrangeiros, refugiados, aumento da oferta de cursos superiores na distância na modalidade – EAD; e ainda, podemos citar os programas de expansão, reestruturação e financiamento do ensino superior no país, como o PROUNI (Programa Universidade para Todos), REUNI (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) e FIES (Fundo de Financiamento Estudantil). Em resumo pode-se dizer que nos governos citados ocorreram certo "avanço" no que se refere a democratização do acesso ao ensino superior para a classe trabalhadora, entretanto, esta leitura deve ser realizada com a clareza da relação destes avanços também com as necessidade de qualificação da força de trabalho para o mercado.

Kowalski (2012), indica que o FONAPRACE (Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis) e a UNE (União Nacional dos Estudantes) foram órgãos responsáveis pela promoção dos debates que incluíram a assistência estudantil nas IFES do Brasil, para que assim se estabelecessem políticas voltadas ao acesso, permanência e conclusão dos cursos de graduação, principalmente para os estudantes de baixa renda, tendo como premissa a democratização das universidades públicas a inclusão destes estudantes. Resultando na promulgação do Decreto que instituiu o PNAES em 2010, passando a ser executado nas IFES como uma política de governo.

É neste cenário que configurou-se a inserção de assistentes sociais na Política de Educação, - em especial na educação superior - ao longo das últimas duas décadas. De acordo com o documento do CFESS (2013), esta inserção ocorre principalmente a partir de requisições sócio institucionais de ampliação das condições de acesso e permanência da população nos diferentes níveis e modalidades de educação, por meio de programas governamentais que foram instituídos a partir da mediação e da pressão de sujeitos políticos. Se por um lado apresenta-se como resultado dessa luta dos movimentos sociais em defesa de uma educação pública, por outro acaba sendo subordinada às exigências de organismos multilaterais que estão em sintonia com o grande capital no que se refere à formação e a qualificação da força de trabalho. Estes profissionais se inserem:

(...) na dinâmica contraditória das lutas societárias em torno dos processos de democratização e qualidade da educação, cujo resultado mais efetivo tem se traduzido na expansão das condições de acesso e permanência, a partir do incremento de programas assistenciais, o que caracterizou a intervenção do

Estado no campo das políticas sociais na primeira década deste século.
(CFESS, 2013, p. 37)

Como um dos resultados desse processo de expansão e interiorização das universidades, percebemos, na análise de Souza (2016) a particularidade da ampliação do mercado de trabalho dos assistentes sociais na Educação Superior Pública:

A via da ampliação do mercado de trabalho do assistente social na Educação Superior se deu através de concursos públicos, não se caracterizando, portanto, como uma inserção precária do ponto de vista do vínculo empregatício, tendo em vista que os profissionais ocupam cargos estatutários efetivos. Em contraposição à situação de fragilização do vínculo empregatício a que estão expostos os assistentes sociais, através da lógica da terceirização, que dentre outras implicações, refletem na ausência de proteção social e direitos trabalhistas. (SOUZA 2016 p. 66)

A autora traz dados importantes que apresentam que em 2015, exercendo a função técnica no ensino superior tinha-se o número de 3.199 (três mil cento e noventa e nove)³⁰ profissionais assistentes sociais distribuídos em 63 (sessenta e três) universidades federais lembrando que esses profissionais estavam inseridos nos complexos universitários de saúde, na assistência ao servidor, nos programas e projetos de extensão, dentre outros.

Destaca-se a observação da autora quanto a especificidade da inserção profissional das (os) assistentes sociais neste espaço em comparação a outros campos de trabalho duramente precarizados. O ingresso no serviço público federal, em comparação com outros espaços de atuação, pode ser considerado de maior estabilidade seja no aspecto salarial como de manutenção do vínculo estatutário. Outro fato relevante a ser destacado diz respeito ao Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, o qual garante ao servidor a possibilidade de receber o incentivo a qualificação³¹. Podendo ainda usufruir do direito de afastamento integral para pós-graduação *Stricto Sensu*, mediante condições estabelecidas pelas

³⁰ Encaminhamos uma solicitação via Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação para atualização destes dados. Nossa solicitação foi encaminhada para o Inep, porém nos forneceu os dados do Censo da Educação Superior 2018, com este material conseguimos coletar apenas a informação do número total de funcionários Técnico-Administrativos (Em Exercício e Afastados), sem distinção de nível de carreira, desta forma não foi possível atualizar a informação trazida pela autora após 2015.

A título de informação o número total de Técnico-Administrativos atuando em órgãos públicos federais vinculados a: Universidades Federais Públicas, Centros Universitário, Faculdades, IFs - Instituto Federal de Educação, e CEFETs - Centro Federal de Educação Tecnológica em 2018 era de 146.620 funcionários.

³¹ Para o nível E (que é o nível que as (os) assistentes sociais se enquadram no plano de carreira) o acréscimo no vencimento básico varia de acordo com o grau de especialização realizado. Para Especialização (superior ou igual a 360h) é de 27% , Mestrado 52% e Doutorado 75%.

IFes³². Aspectos estes que garantem quali e quantitativamente que os profissionais inseridos nestes espaços se qualifiquem profissionalmente.

Este panorama do mercado de trabalho profissional do assistente social exercendo a função técnica no ensino superior é uma das particularidades de inserção do assistente social no âmbito da política de Educação, a qual as possibilidades de atuação são mediadas pela dimensão sócio-educativa de sua intervenção. Está expressa a direção social que o profissional imprime à sua prática, tendo em vista que a sociedade estratificada em classes sociais é tensionada por projetos societários que da mesma forma tensionam a educação e o exercício profissional do assistente social, em razão dos interesses antagônicos que os movem. (SOUZA, 2016 p. 67)

E é principalmente - mas não só -, sob as bases do Programa Nacional de Assistência Estudantil que o trabalho destes Assistentes Sociais vai ser requisitado nestes espaços. Como já sinalizado anteriormente, em 19 de julho de 2010 o PNAES o que até então era uma portaria do MEC, foi transformada em decreto presidencial nº 7234, e sob esta realidade Cislighi (2010) sinaliza às principais características do PNAES quanto às políticas de redução da evasão nas universidades:

(...) a ampliação de bolsas, a flexibilização dos currículos, ampliação da mobilidade entre os cursos, melhoria geral na infraestrutura de laboratórios e bibliotecas, ampliação de atividades de reforço e tutoria, ampliação dos cursos noturnos e utilização de EAD. As atividades de assistência estudantil são genericamente apresentadas contando com: reforma e ampliação de moradias estudantis, ampliação e construção de novos restaurantes universitários, distribuição de passes para transporte, ampliação na assistência à saúde dos discentes associado a atividades de esporte e lazer e inclusão digital, com ampliação do acesso dos alunos a computadores. Destaca-se, ainda, que em todas as áreas algumas universidades optam por bolsas: Bolsa Moradia, Bolsa Alimentação, Bolsa Transporte, Bolsa Permanência. Bolsas que diferem das acadêmicas pela sua característica eminentemente assistencial e focalizada. Essa lógica tira do debate a universalização da assistência estudantil por meio de ações como a ampliação de infraestrutura (moradia, restaurantes) das universidades associadas a ampliação de direitos como o passe livre para estudantes universitários no transporte público, por exemplo. (CISLAGHI, 2010, p.163)

³² No ano de 2019 houve mudanças significativas na política de desenvolvimento dos servidores público federais. Por meio de decreto o Ministério da Economia reestruturou a política de desenvolvimento dos servidores e através de instrução normativa estabelece regras que os órgãos devem seguir para implantar a política. O novo Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019, dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quanto a licenças e afastamentos para ações de desenvolvimento.

Sob as contradições presentes nas ações de assistência estudantil desenvolvidas nas universidades se inserem as (os) assistentes sociais na Política de Educação. O trabalho desenvolvido por estas (es) profissionais tem sido marcada pelas ações voltadas à garantia do acesso e permanência à educação escolarizada, porém de acordo com os Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação (2013), esta deve ser compreendida para além dos discursos de defesa do acesso a educação como forma de transpor as desigualdades sociais, que são particulares do movimento do capital, colocando nas ações governamentais - fragmentadas e paliativas - a solução para todos os problemas.

Para Cislighi (2010), os programas de assistência estudantil desenvolvidos nas universidades federais, baseiam-se em grande proporção no repasse de algum tipo de suporte financeiro para estudantes que se enquadram em um recorte de renda muito específico, e é sob esta realidade posta que as (os) assistentes sociais desenvolvem seu trabalho e conseqüentemente sobre esta realidade elaboram suas pesquisas.

Conforme nos sinaliza Iamamoto (2009), o “Estado tem sido historicamente o maior empregador dos assistentes sociais, atribuindo uma característica de servidor público a esse profissional”. E esta é uma das características presente nesta pesquisa, em resumo, as obras aqui estudadas, estão diretamente relacionadas com a política de educação, e os autores destas produções acadêmicas são trabalhadores servidores públicos do ensino superior.

Para Iamamoto (2009), um dos elementos que envolve o trabalho desta categoria no âmbito do trabalho realizado no aparelho do Estado é a burocracia³³. Apesar disto, o espaço da universidade é também um campo de possibilidades e oportunidades para um grupo de trabalhadores que ingressaram neste espaço sócio ocupacional, que além de venderem sua força de trabalho, veem ali um campo de possibilidades para qualificação profissional e produção de conhecimento sobre seu próprio processo de trabalho. É aqui que Guerra (2009) ressalta a importância da dimensão investigativa na profissão:

³³ Sobre o pensamento fetichizado da miséria da Razão, Coutinho (1972) apresenta a burocracia, para ele, é através dela que se criam as condições para que o capitalismo se perpetue, pois ela garante as condições para a reprodução da espontaneidade da economia de mercado, distanciando-se cada vez mais da totalidade, submetendo todas as contradições decorrentes do capitalismo em uma “homogeneização formalista” (p. 28). A burocracia tece papel fundamental, pois envolve um arcabouço racional e irracional cuja práxis burocrática não questiona. É por meio da burocracia que as ações humanas se tornam cada vez mais empobrecidas, quando o simples fato de questionar ou transformar uma realidade é substituído por atos mecânicos e repetitivos naturalmente. “Esse caráter repetitivo da ação burocratizada bloqueia o contato criador do homem com a realidade, substituindo a apropriação humana do objeto por uma manipulação vazia de “dados””. (p.27)

(...) ela é a dimensão do novo – questiona, problematiza, testa as hipóteses, permite revê-las, mexe com os preconceitos, estereótipos, crenças, superstições, supera a mera aparência, por questionar a “positividade do real”. Permite construir novas posturas visando a uma instrumentalidade de novo tipo: mais qualificada, o que equivale a dizer: eficiente e eficaz, competente e compromissada com os princípios da profissão. (GUERRA, 2009, p.16)

E a autora reforça, que no âmbito das competências teórico-metodológicas, através da pesquisa sólida e rigorosa, que se torna possível a (o) assistente social desenvolver sua capacidade de compreender seu papel profissional no contexto das relações sociais numa perspectiva de totalidade social.

E é neste contexto contraditório que o Serviço Social se insere na Política de Educação, devendo portanto, ter clareza do lugar que esta profissão ocupa na sociedade de classes tensionada entre seu compromisso com o exercício profissional e as requisições do Estado, mediando as demandas da classe trabalhadora e as contradições do Estado burguês.

Por este motivo que é preciso problematizar e diferenciar com mais atenção noções e concepções sobre assistência no âmbito da educação na perspectiva do direito social. Dutra e Santos (2017) nos advertem que no cenário político e econômico atual, é necessário maior atenção e defesa para assistência estudantil enquanto um direito fundamental, para que se garanta a continuidade e a expansão de um programa que é fruto de lutas históricas e que é essencial no âmbito da educação superior. É preciso manter a resistência diante dos ataques que o programa e as universidades vêm sofrendo do próprio governo, lutando para que não haja retração ou até mesmo extinção deste programa que muito contribui para a democratização da educação superior no país.

Vale lembrar ainda os desafios que se apresentam na atual conjuntura; principalmente após o golpe que retirou a Presidenta Dilma da presidência da república temos vivenciado na pele dia após dia a ofensiva neoliberal perversa, principalmente quanto a retirada de direitos e políticas sociais, trabalhistas, culturais, ambientais, etc, além do severo ataque as universidades públicas e a credibilidade do conhecimento científico, o que faz com que a luta por uma universidade pública, laica e de qualidade se torne pauta de todos, em especial dos trabalhadores da educação.

3.1 O recorte para análise: as produções acadêmicas e suas respectivas autoras

Conforme foi apresentado no segundo capítulo, sob o total das 46 produções identificadas nos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social que trataram do tema Assistência Estudantil em universidades públicas federais, optou-se por fazer um recorte mais restrito de trabalhos para analisar seu conteúdo e buscar responder: como as produções discutem a concepção de Assistência Estudantil no Ensino Superior Público? como as produções discutem a relação entre Política de Assistência Social e a Política de Educação na Assistência Estudantil?

O processo de seleção dos trabalhos para análise dos conteúdos foi de fato desafiador, o conjunto de produções localizadas traziam uma gama de elementos e riqueza de detalhes que dialogavam com o objeto desta pesquisa. Durante as breves leituras iniciais dos resumos e sumários, muitos destes trabalhos pareciam contemplar os assuntos que nos interessava, justamente por terem sido selecionados pelas aproximações do tema. O desafio maior posto para a presente pesquisa foram os prazos os quais obrigaram-nos a eleger critérios que delimitassem o universo de produções a serem analisadas. Previamente já sabíamos que não seria viável fazer a leitura e analisar o universo dos 46 trabalhos coletados (03 teses e 43 dissertações), portanto teríamos que fazer a escolha por um número reduzido de trabalhos, mas que representassem o universo da pesquisa.

Considerando que o levantamento foi feito em todos os PPGSS do Brasil e que dentre eles foram localizadas mais dissertações que teses - para abarcar uma representatividade mais abrangente - optamos por selecionar uma dissertação por região do país e manter as 03 teses localizadas no levantamento inicial, totalizando assim 8 produções. Desta forma, para chegar às 05 dissertações, buscamos aplicar critérios de eliminação.

Após termos feito a pesquisa nos currículos Lattes de todas (os) as (os) autoras (es), conforme apresentamos no capítulo anterior e ler os resumos dos trabalho, conseguimos obter algumas informações sobre estes sujeitos e seus estudos, sendo assim aplicou-se os seguintes critérios de eliminação: a) extinguímos as produções em que as autoras não fossem assistentes sociais, b) suprimimos as produções em que as autoras não estivessem atuando como assistentes sociais na universidade em que a pesquisa foi realizada e c) as pesquisas que tivessem sido desenvolvidas em Institutos Federais. Após estas eliminações ainda restaram 17 trabalhos.

Tendo em mãos as 17 produções, partimos para a seleção de uma dissertação por região do país. Nas regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte, restaram apenas 01 dissertação em cada região, não sendo necessário aplicar mais nenhum filtro. Para a região Sul haviam 08

trabalhos, dos quais utilizamos como critério final de escolha, um que fosse do PPGSS da universidade em que a pesquisadora está vinculada atualmente. Para a região Sudeste, dos 06 trabalhos restantes retiramos os que realizados na UFRJ por já ter uma tese de doutorado selecionada neste estado, restando um trabalho da UNESP-FR do ano de 2014 e um da UFJF/MG de 2017 dos quais por critério de ano de conclusão mais recente selecionamos a dissertação da autora da UFJF.

A partir de então, realizamos a leitura dos resumos, sumário, introdução e considerações finais dos trabalhos. Em síntese os critérios aplicados para seleção do universo da pesquisa foram: 1) trabalhos com a temática sobre Assistência Estudantil desenvolvidos em universidades federais públicas; 2) trabalhos realizados em instituições públicas em um dos PPGSS do Brasil; 3) uma dissertação por região do país; 4) trabalhos realizados por assistentes sociais que atuavam no espaço sócio ocupacional estudado e 5) considerando o número reduzido e a relevância da produção, foram mantidas as três teses de doutorado.

De acordo com Lima e Miotto (2007, p. 42), para prosseguir com a leitura interpretativa dos trabalhos, é necessário um roteiro de identificação e caracterização da obra e suas contribuições para o estudo. Tal apresentação é relevante e amplia a aproximação das possibilidades do pesquisador com as obras, sendo assim, a seguir faremos uma breve apresentação das autoras e conteúdos das dissertações e teses selecionadas para compor o universo de análise desta pesquisa. Inicialmente apresentaremos as teses e suas respectivas autoras e em seguida as dissertações. Por se tratar de pesquisa bibliográfica, para trazer maiores informações sobre a trajetória profissional das autoras utilizamos como fonte de coleta de dados a plataforma de currículo Lattes.

A autora *Aline Viero Kowalski*³⁴ realizou a defesa de sua tese de doutorado no ano de 2012, com o título: **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**³⁵, tendo como tema de pesquisa: Política de Assistência Estudantil e a efetivação de direitos para os alunos que ingressam nas instituições federais de ensino superior do Rio Grande do Sul. A pesquisa foi realizada em uma instituição de natureza pública (federal), no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

³⁴ *Aline Viero Kowalski* possui trajetória profissional como assistente social na Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, de 2004 a 2014, período em que cursou e concluiu o doutorado, atualmente é Assistente Social no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, IFRS, desde 2014.

³⁵ O trabalho completo se encontra disponível para leitura na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUC-RS

Em sua pesquisa Aline Viero Kowalski se propôs a desvelar como a política educacional de assistência estudantil se efetiva na garantia de direitos aos alunos de instituições federais de ensino superior do Rio Grande do Sul, tendo como sujeitos de estudo os técnicos-administrativos em educação, gestores e alunos da Universidade Federal de Santa Maria e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, além de análises em documentos institucionais. Os resultados permitiram identificar que as medidas políticas adotadas pelos governantes nas últimas décadas incidiram a contrarreforma universitária, que rebatem na retração das políticas de educação superior para que se tornassem mais diversificadas, flexíveis e competitivas com a contenção dos gastos, conforme as tendências do mercado. Para tanto, a autora estruturou o trabalho em capítulos, sendo:

1. Política pública da educação superior e suas atuais configurações no Brasil.
2. A política de assistência estudantil nas universidades públicas: a particularidade no Rio Grande do Sul.
3. Direito à assistência estudantil na perspectiva dos usuários e dos operadores da política.
4. Conclusão

*Giselle Pinto*³⁶ autora da tese de doutorado intitulada: **A política de assistência estudantil da UFF em duas faces: a institucionalidade dos processos e as perspectivas da demanda Estudantil, realizou sua defesa no de 2015**³⁷. O tema de pesquisa desenvolvido por ela foi sobre o debate por democratização do acesso e permanência no sistema de educação pública superior no Brasil. Mais especificamente, foca nas mudanças promovidas pelas ações assistenciais das universidades federais nos últimos anos. Tal pesquisa foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio localizado na região Sudeste do país.

Em seu estudo buscou trazer elementos para compreender as recentes mudanças ocorridas no âmbito da Universidade Federal Fluminense a partir da adesão ao Programa de Apoio à Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) em 2007, o qual gerou avanços importantes na democratização do acesso à Universidade com a ampliação da oferta de vagas na graduação, o aumento de número de cursos noturnos e a implantação de polos no interior do Estado do Rio de Janeiro. Como reflexo dessas políticas de expansão

³⁶ A autora *Giselle Pinto* realizou sua pesquisa a partir da experiência como profissional na Divisão de Serviço Social (DSS) do antigo Departamento de Assuntos Comunitários da UFF, órgão da Universidade responsável pelo atendimento social da comunidade acadêmica. É Assistente Social na Universidade Federal Fluminense, UFF desde 2009.

³⁷ O trabalho completo se encontra disponível para leitura pelo repositório da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio

evidenciou uma ampliação na demanda estudantil por recursos assistenciais, em número muito acima das vagas ofertadas. Concomitante a isso, observou a expansão e reestruturação na Política de Assistência Estudantil desenvolvida pela UFF com o incremento de recursos advindos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) implantando em 2008. Resultando em uma maior oferta de serviços para apoio à permanência estudantil, o que consequentemente implicou em mudanças na estrutura burocrática da universidade em resposta às novas demandas. Organizou seu estudo em cinco capítulos:

1. Assistência Estudantil, afinal do que se trata?
2. Política de Assistência Estudantil da UFF: entre a expansão e a opressão burocrática
3. A outra face da Política de Assistência Estudantil da UFF: os demandantes
4. As perspectivas dos estudantes sobre a Política de Assistência Estudantil da UFF
5. Considerações Finais.

A autora, *Josimeire de Omena Leite*³⁸ realizou a defesa de sua tese de doutorado no ano de 2015 sob o título: **As múltiplas determinações do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES nos governos Luiz Inácio Lula da Silva**³⁹, tendo como tema de pesquisa: Os determinantes do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e sua materialização nas Instituições Federais de Ensino Superior brasileiras, no contexto do social-liberalismo. Tal pesquisa foi realizada no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco na região Nordeste do país.

Em sua pesquisa a autora trouxe o processo investigativo norteado pela seguinte questão: Quais são as determinações do Programa Nacional de Assistência ao Estudante - PNAES no governo Luiz Inácio Lula da Silva e como elas se materializam nas IFES? A que interesses o PNAES atende? No trajeto desta pesquisa a autora buscou: identificar as reivindicações da União Nacional de Estudantes, da Secretaria Nacional de Casas de Estudantes e do Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, no campo da assistência ao estudante universitário, nos governos Luiz Inácio Lula da Silva; descreveu como o PNAES se materializou nas IFES brasileiras e a que interesses atende. Utilizou como procedimento metodológico a pesquisa documental, cuja fonte foram os documentos produzidos pela UNE, SENCE e FONAPRACE no período 2003-2010, e os relatórios de gestão das IFES pesquisadas.

³⁸ *Josimeire de Omena Leite*, atuou como Assistente Social na Universidade Federal de Alagoas, UFAL de 1997 a 2008. A partir de 2008 passou a atuar como professora adjunta da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas e manteve seu vínculo de docente até a atualidade. Descreve em sua tese que no início dos anos 2000 teve contato direto, como assistente social na Pró-Reitoria de Assistência Estudantil-PROEST /UFAL.

³⁹ O trabalho completo se encontra disponível para leitura pelo repositório digital da UFPE.

A autora, organizou sua tese em 07 capítulos conforme segue:

1. Ascensão e crise da proposta nacional-desenvolvimentista e a perspectiva neoliberal de desenvolvimento.
2. O social-liberalismo internacional, educação e a assistência ao estudante universitário no contexto do Neodesenvolvimentismo e do social liberalismo brasileiro.
3. O movimento de aproximação ao real: em busca das determinações do Pnaes.
4. Os determinantes do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, no campo da educação superior, nos Governos Luiz Inácio Lula da Silva.
5. Os determinantes do pnaes nas reivindicações do Movimento estudantil e do Fonaprace, nos governos Luiz Inácio Lula da Silva.
6. A materialização do Programa Nacional de Assistência ao Estudante - PNAES nas Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras.
7. A síntese das múltiplas determinações do PNAES nos Governos de Luiz Inácio Lula da Silva.

Em sua dissertação de mestrado defendida no ano de 2015 pelo Programa de Pós-graduação da Escola de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Goiás da região Centro-Oeste do país, *Beatriz Cristina de Almeida*⁴⁰ apresentou sob o título: **O trabalho de assistentes sociais na moradia estudantil universitária da Universidade Federal de Goiás**⁴¹ trazendo como tema o trabalho de assistentes sociais na Moradia Estudantil da Universidade.

O trabalho desenvolvido por *Beatriz Cristina de Almeida* tem como objeto analisar o trabalho de assistentes sociais na Moradia Estudantil da Universidade Federal de Goiás, no período de 1990 a 2014. Expondo, como ele se concretiza, sua direção social e política, com ênfase ao processo educativo de participação coletiva de estudantes moradores de Casas de Estudantes Universitários (CEUs) na efetivação da política de assistência social e na interface com a educação superior pública. Analisa como parte integrante do Movimento Estudantil/Movimento de Casas de Estudantes, com instâncias de organização e participação política em âmbitos nacional, regional e local.

A autora, organizou sua dissertação em 03 capítulos conforme segue:

1. Nas condições históricas e sociais, o capitalismo monopolista e o Estado Moderno

⁴⁰ Beatriz relata em sua dissertação que a opção pela temática estudada por ela explica-se pela característica do cotidiano do trabalho como componente da equipe de assistentes sociais na Moradia Estudantil. De acordo com as informações coletadas pelo currículo Lattes, atua como Assistente Social na Universidade Federal de Goiás desde 1999.

⁴¹ O trabalho completo se encontra disponível para leitura pelo site da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da PUC Goiás

2. A política social e o trabalho de assistentes sociais na educação superior pública.
3. O trabalho de assistentes sociais na PROCOM/UFG e o movimento estudantil/movimento de casas de estudantes.

*Ellana Pinheiro Barros*⁴² defendeu sua dissertação de mestrado no ano de 2017 sob o título: **A Política de Assistência Estudantil na UFPA: um estudo do Programa de Assistência Estudantil Permanência**⁴³, com o tema: refletir as relações presentes na política de assistência estudantil a partir da trajetória e implementação da assistência estudantil na UFPA. A autora cursou seu processo de formação no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará na região Norte do país.

Ellana Pinheiro Barros realizou seu estudo sobre o Programa Permanência na implementação da Assistência Estudantil da UFPA. Utilizou como fonte de pesquisa levantamento bibliográfico e documental desenvolvido a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos, e de materiais que ainda não haviam recebidos um tratamento analítico, tais como documentos institucionais: editais, instrução normativas, atas de reuniões. A autora conclui que, a partir da identificação da importância da assistência estudantil enquanto alternativa para a democratização da permanência do discente oriundo da classe trabalhadora empobrecida, o entendimento de colaboração da Assistência Estudantil com objetivos propostos pela política de educação, delineada ao longo dos séculos em meio às disputas e conflitos na esfera da sociedade civil, sendo fruto dos movimentos sociais comprometidos com a questão educacional, orientada no sentido de ampliação, qualidade dos serviços prestados e reconhecimento das demandas.

A autora, organizou sua dissertação em 03 capítulos conforme segue:

1. Estado e políticas públicas
2. Educação superior e assistência estudantil
3. A trajetória de implantação das políticas de assistência estudantil na UFPA.

A autora *Fabrcia Dantas de Souza*⁴⁴ teve sua dissertação apresentada sob o título: **O exercício profissional do assistente social na educação superior: a particularidade da**

⁴² Ellana apresenta em sua dissertação que foi a partir sua inserção ao quadro técnico responsável pela gestão e operacionalização das políticas de assistência estudantil realizadas na Universidade Federal do Pará (UFPA) em 2014, que fomentou o interesse de refletir as relações presentes na política de assistência estudantil a partir da trajetória e implementação das ações na instituição, estudando o Programa Permanência, programa de assistência estudantil de maior demanda na UFPA. Em relação a sua atuação profissional, Ellana foi assistente social na Universidade Federal do Pará, UFPA de 2013 a 2017 e posteriormente em 2017, ano em que concluiu o mestrado ingressou como Assistente Social no Instituto Nacional do Seguro Social, INSS.

⁴³ O trabalho completo pode ser localizado na página do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará.

⁴⁴ Fabrcia Dantas de Souza apresenta em sua dissertação que o interesse por essa temática foi objetivado pela vivência no exercício profissional como assistente social na Universidade Federal Rural do Semi-Árido

dimensão educativa na assistência estudantil⁴⁵, no ano de 2016, pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte localizado na região Nordeste do país.

Fabrcia Dantas de Souza desenvolveu sua pesquisa sobre o exercício profissional do assistente social na Educação Superior, na perspectiva de demarcar a particularidade da dimensão educativa na política de assistência estudantil, executada no âmbito das Instituições Federais do Ensino Superior (IFES) no Rio Grande do Norte. Para isto, mapeou e caracterizou as IFES do RN e localizou a inserção do Serviço Social em seus quadros técnico-profissionais, identificando as condições objetivas e subjetivas de trabalho, bem como as ações desenvolvidas pelos assistentes sociais, na perspectiva de apreender as ações pedagógico-interpretativas que particularizam a dimensão educativa desenvolvidas no exercício profissional do assistente social na assistência estudantil.

A autora, organizou sua dissertação em 03 capítulos conforme segue:

1. Serviço social na educação: as particularidades no ensino superior e a política de assistência estudantil.
2. O exercício profissional do assistente social na assistência estudantil: análise da dimensão educativa.
3. Conclusões

O autor *Kleber Rodrigo Durat*⁴⁶, conclui sua dissertação no ano de 2015 pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná Unioeste /Toledo-PR localizado na Região Sul do país, tendo como título: **A contradição das classes sociais presente no ensino superior: considerações sobre assistência estudantil**⁴⁷. O tema de seu trabalho contou com o objetivo de analisar as ações de assistência estudantil previstas no PNAES e seus impactos na diminuição da evasão acadêmica na Universidade Tecnológica Federal do Paraná UTFPR, Campus de Francisco Beltrão com a implantação do programa Bolsa Permanência da UTFPR.

(UFERSA/Campus Angicos), desde 2013, onde a assistência estudantil constitui-se como maior requisição que se apresenta aos profissionais de Serviço Social. Pela consulta realizada no currículo Lattes a autora permanece atuando como assistente social na mesma universidade.

⁴⁵ O trabalho completo se encontra disponível para leitura pelo site do Repositório institucional da UFRN.

⁴⁶ Na introdução de sua dissertação, Kleber se apresenta como servidor efetivo da UTFPR do campus onde realiza a pesquisa. Pela pesquisa realizada na plataforma Lattes o autor é servidor efetivo da universidade Departamento de Educação desde 2010 e ingressou no doutorado em Serviço Social e Política Social na Universidade Estadual de Londrina, UEL em 2017.

⁴⁷ O trabalho completo pode ser localizado na página do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná Campus de Toledo/Pr.

O autor desenvolveu sua dissertação utilizando de pesquisa bibliográfica, realizando levantamento de informações em leis, decretos, portaria e principalmente levantamento de dados junto aos cadastros dos alunos e o sistema informacional da UTFPR, sendo possível sistematizar as informações. Avaliou se as ações desenvolvidas pela Universidade no período de 2008 à 2012 contribuíram para a permanência na UTFPR e para a diminuição da evasão no Campus de Francisco Beltrão.

O autor, organizou sua dissertação em 05 capítulos conforme segue:

1. Introdução
2. O debate sobre as políticas sociais
3. A educação escolarizada e a formação da classe trabalhadora
4. A assistência estudantil: contexto histórico e construção política e social
5. Considerações

E a autora *Thássia Cristina da Silva Soares*⁴⁸ que desenvolveu sua dissertação de mestrado no ano de 2017 intitulada: **A relação entre os recursos do Programa Nacional de Assistência Estudantil e a ampliação do acesso na UFJF no contexto de contrarreforma universitária nos anos 2000**⁴⁹, com o tema: política de assistência estudantil na universidade pública federal em meio à expansão do acesso promovida no contexto de contrarreforma universitária instaurada nos anos 2000, desenvolveu sua pesquisa pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social, da Universidade Federal de Juiz de Fora na região Sudeste do país.

Thássia Cristina da Silva Soares realizou sua pesquisa, tendo como espaço temporal para a análise o período entre os anos de 2006 até 2016. Realizou o caminho metodológico de pesquisa bibliográfica a partir de levantamento de material publicado na internet, em livros, revistas, monografias, dissertações e teses, que envolvam a historicidade da educação superior, a ação dos sujeitos nesse processo; estudo crítico da legislação existente relacionada ao objeto de estudo. Além da pesquisa bibliográfica investigou as legislações que em cada período específico normatizaram a política de educação e assistência estudantil. Além disso, buscou na realidade dados que possuíam relação com o objeto estudado. Em âmbito geral, analisou os números referentes às vagas e ao financiamento das universidades federais e da assistência estudantil, bem como os percentuais destinados à educação no orçamento geral da União.

⁴⁸ Sobre a trajetória profissional da autora, ela relata em sua dissertação que empiricamente, a definição do tema guarda relação com a vivência profissional junto à política de assistência estudantil da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), o que em consulta ao seu currículo Lattes se confirma que está atuando neste espaço sócio ocupacional desde 2013.

⁴⁹ O trabalho completo pode ser localizado no repositório institucional da UFJF.

Estudou ainda, os dados referentes ao quantitativo de discentes matriculados, orçamento da assistência estudantil; número de ingressantes e vagas ofertadas e discentes participantes do programa de assistência estudantil da UFJF.

A autora, organizou sua dissertação em 04 capítulos conforme segue:

1. Capítulo 1 – contrarreforma do ensino superior no brasil: origens e dinâmica histórica.
2. Capítulo 2 – a política assistência estudantil do ensino superior brasileiro
3. Capítulo 3 - o financiamento da educação superior no brasil: os recursos da assistência estudantil.
4. Capítulo 4 - acesso e permanência na universidade federal de juiz de fora no contexto de contrarreforma universitária.

Destes 8 trabalhos selecionadas para análise, percebemos que 7 profissionais atuavam como assistentes sociais no espaço sócio ocupacional da universidade onde a pesquisa foi desenvolvida, e apenas uma era docente, com relação ao gênero dentre elas 07 mulheres e 01 homem. A identificação étnica racial dos pesquisadores não foi possível identificar, por não constar a informação no currículo Lattes.

Este dado, - das pesquisas terem sido realizadas majoritariamente por mulheres - nos leva a apresentar mesmo que brevemente uma reflexão que julgamos de extrema relevância dado a importância do debate para o momento atual. Sob as leituras de Cisne (2012) e Yamamoto (2009b), sabemos ser notório que a profissão tem uma forte marca vinculada ao perfil feminino desde a sua constituição, a qual a acompanha em certa medida até os dias atuais. Assim, podemos apontar duas características importantes que estão vinculadas a profissão, a primeira remete a constituição de profissionais formadas predominantemente por mulheres com forte presença da identidade de gênero, e a segunda conforme nos aponta Yamamoto (2009b, p.100), “(...) que o assistente social é herdeiro de uma cultura profissional que carrega fortes marcas profissionais em sua fundação histórica(...)” e que alguns destes traços se atualizam no presente através do discurso laico que se reatualiza por meio da herança conservadora de origem.

Porém, é neste ponto que Cisne (2020)⁵⁰ nos coloca como um dos desafios da profissão: entendermos que a profissão não se situa apenas dentro de uma divisão sócio técnica do trabalho, mas também dentro de uma divisão sexual e racial do trabalho, e isso é o que explica inclusive em grande medida a subalternidade, o baixo status em relação à profissão, baixos salários, fortes relações de hierarquia e poder, enfrentadas nos diferentes espaços sócio

⁵⁰ Fala da Professora Mirla Cisne durante o encontro ABEPSS ao vivo, transmitido pelo canal do YouTube com o tema "Apropriação do tempo das mulheres: trabalho, maternidade e militância", o encontro contou ainda com a participação das expositoras Priscila Cardoso, Verônica Ferreira e a mediação de Rayane Noronha.

ocupacionais. A autora enfatiza que precisamos romper com a ideia de que o serviço social é naturalmente uma profissão predominantemente feminina, ele é resultado desta divisão do trabalho em que nos inserimos. Cisne (2020) ressalta, se referindo a Yamamoto (2009b) em seu livro *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*, que a categoria acaba carregando fragmentos de subalternidade, preconceitos e desvalorização que as mulheres sofrem de modo geral e isso reflete na profissão. Desta maneira, o processo de renovação do serviço social está vinculado também a luta feminista, a luta de todas as mulheres de forma individual e coletiva.

Retomando a discussão sobre os achados da pesquisa, outro ponto observado foi o de verificar quais as palavras-chave as (os) autoras (es) apresentam em suas produções, o intuito foi identificar quais as temáticas mais referenciadas para tratar da discussão sobre assistência estudantil no ensino superior. Considerando que a palavra-chave apresenta ao leitor, - juntamente com o resumo - as principais questões que serão expostas no trabalho. Desta maneira apresentamos o quadro com as palavras citadas pelas autoras e a frequência com que apareceram.

Quadro 1 - Distribuição das Palavras-chave encontradas nas teses e dissertações dos PPGSS.

Palavras-chave	Total de repetições
Política de Educação Superior	5
Assistência Estudantil	7
Exercício Profissional/ Serviço Social/ assistentes sociais	3
Universidades Federais	1
Expansão do ensino superior	1
Contrarreforma universitária	1
Ampliação do acesso	1
Permanência	1
Política institucional	1
Garantia de Direitos	1
Social-liberalismo	1
Neodesenvolvimentismo	1
Políticas Sociais	1
Trabalho	1
Moradia Estudantil	1
Participação política	1
Dimensão Educativa	1

Fonte: Dados organizados pela pesquisadora (2020).

Assim como observado na tabela 3 do capítulo 2 sobre os títulos das produções localizadas, a maior incidência das palavras-chave se relaciona também a conceitos que direcionam suas pesquisa para o âmbito do exercício profissional do serviço social, política de educação superior e assistência estudantil.

Outra questão verificada na pesquisa, foi em relação aos principais autores que são utilizados para sustentação teórica nas produções em análise. Primeiramente realizamos o levantamento pelas referências bibliográficas das dissertações observando os autores que mais se repetiam entre os trabalhos. Posteriormente separamos os autores de acordo com a temática abordada, sendo elas: “Ensino Superior/Educação”, “Serviço Social na Educação”, “Assistência Estudantil”, “Serviço Social”, “Política Social - Seguridade Social - Assistência Social” e os principais autores clássicos e contemporâneos que discutem os temas “Trabalho, Capital/Capitalismo, Estado, Ontologia e ser social”. Ressaltamos que os temas estão estreitamente relacionados com o objeto de estudo de nossa pesquisa, e também dão base às nossas reflexões. Seguindo estes passos obtivemos o seguinte resultado:

Quadro 2 - Distribuição dos principais autores utilizados para referenciar os trabalhos.

TEMA	PRINCIPAIS AUTORES
Ensino Superior/Educação	Nelson Cardoso Amaral, Marilena Chaui, Florestan Fernandes, Gaudêncio Frigotto, Roberto Leher, Katia Regina de Souza Lima, Luiz Antônio Cunha.
Serviço Social na Educação	Ney Luiz Teixeira de Almeida
Assistência Estudantil	Maria Paula Araujo, Juliana Fiuza Cislighi, Aline Viero Kowalski, Clara Nascimento Martins.
Serviço Social	Marilda Villela Iamamoto, Yolanda Guerra, Carlos Montañó, José Paulo Netto
Política Social - Seguridade Social - Assistência Social	Elaine Rossetti Behring, Ivanete Boschetti, Potyara Pereira, Ana Elizabete Mota
Autores clássicos e contemporâneos que discutem os temas “Trabalho, Capital/Capitalismo, Ontologia, Ser Social e Estado	Karl Marx, Friedrich Engels, Antonio Gramsci, István Mészáros, Ricardo Antunes, Carlos Nelson Coutinho, Norberto Bobbio

Fonte: Dados organizados pela pesquisadora (2020).

Após realizar levantamento dos principais autores que aparecem, ou seja, fundamentam as dissertações e teses em análise, podemos observar que tais pesquisas tem uma fundamentação teórica embasada em autores alinhados a uma perspectiva teórica crítica, e possibilita observar e apreender e observar o movimento do real, o qual a (o) assistente social está inserido como parte do conjunto da sociedade civil e do Estado. Apesar de apenas dois dos trabalhos

selecionados tratem efetivamente sobre o Trabalho da(do) Assistente Social na Assistência Estudantil⁵¹, de maneira geral as pesquisas trazem elementos que envolvem a realidade em que se inserem estes profissionais, e está intimamente imbricado em seu fazer profissional. Tal similaridade na fundamentação teórica entre as produções, aponta para uma formação consistente que se preocupa com o movimento da sociedade e que constantemente precisa buscar elementos para decifrar a realidade.

Essas projeções coletivas da categoria, materializadas nas ações de seus pares, apoiam-se em conhecimentos teórico-metodológicos concernentes ao Serviço Social nas relações entre o Estado e a sociedade de classes nas particularidades nacionais e em princípios éticos e políticos balizadores do comportamento dos profissionais, que moldam as ações empreendidas. Em outros termos, conhecimentos e princípios éticos alimentam projeções profissionais historicamente determinadas, materializando a dimensão teleológica do trabalho do assistente social: a busca, por parte da categoria, de imprimir nortes ao seu trabalho, afirmando-se como sujeito profissional. (IAMAMOTO, 2009, p.8)

Importante ressaltar ainda, que dentre as autoras que foram mais referenciadas nas teses e dissertações para tratar sobre o tema: Assistência Estudantil (objeto central de nosso estudo), destacamos que *Aline Viero Kowalski, Clara Nascimento Martins e Juliana Fiuza Cislaghi*, foram recorrentemente reportadas neste grupo de produções selecionadas. Destas autoras, 02 são docentes e 01 atua como assistente social na universidade em que desenvolveu sua pesquisa.

Este é um dado importante que demonstra a relevância da produção do conhecimento no Serviço Social. Nesta direção é que Mota (2013) sinaliza que é significativo o número de intelectuais do Serviço Social requisitados tanto para participação em bancas examinadoras de teses e dissertações de áreas afins.

Todas essas observações levaram-me a trabalhar a hipótese de que o Serviço Social brasileiro, ao se constituir numa área do conhecimento, adensa a sua intervenção na realidade através da construção de uma cultura intelectual, de cariz teórico-metodológico crítico, redefinindo a sua representação intelectual e social até então caracterizada, prioritariamente, pelo exercício profissional, no qual a dimensão interventiva tinha primazia sobre o estatuto intelectual e teórico da profissão. (MOTA, 2013, p. 18)

⁵¹ As demais produções teóricas analisadas, por esta pesquisa, tem como objeto principal de estudo questões que envolvem a discussão do Programa Nacional de Assistência Estudantil abordando particularidades específicas desde o contexto da reforma universitária, contradições de classe presentes nessa dinâmica, e particularidades específicas das universidades e períodos estudadas.

É nesta direção que Gazotto (2019) reforça que o Serviço Social busca através da pesquisa decifrar a realidade e encontrar formas para seu enfrentamento. Por este motivo as investigações feitas por estes profissionais, a partir de suas realidades demonstram articulação teórica, com movimento dialético que permite ir além do aparente (...) “por aproximações sucessivas na busca da essência dos fenômenos analisados” (p.190).

3.2 A Assistência Estudantil no Ensino Superior, entre a Educação e a Assistência Social.

Já evidenciamos até aqui a efervescência e o crescente interesse da categoria profissional nos últimos anos pelo debate sobre Assistência Estudantil no Ensino Superior, as leituras das teses e dissertações, motivaram a identificação de compreensões distintas sobre a concepção de Assistência Estudantil das autoras. Essa percepção de uma certa divergência dentro da categoria não é nova, ela vem sendo pesquisada e debatida seja em pesquisas acadêmicas e/ ou diversos encontros da área, apresentando-se como tendências, sem uma definição específica.

A partir deste momento, apresentaremos elementos que evidenciem como estas produções discutem a concepção de Assistência Estudantil no Ensino Superior Público, e como elas relacionam Política de Assistência Social e Política de Educação na Assistência Estudantil em seu debate teórico. Não temos a pretensão de desqualificar às pesquisas realizadas, tampouco estabelecer conclusões definitivas ou apontar para soluções permanentes sobre o tema, o intuito é contribuir para o processo de construção de conhecimento e ampliar o debate a partir do diálogo entre as produções selecionadas para análise e o arcabouço teórico que sustenta nossa pesquisa.

A ideia da investigação foi de identificar as concepções teóricas, que permeiam o debate sobre Assistência Estudantil. Importante destacar que a proposta não é realizar um estudo aprofundado dos autores nem desvendar todas as discussões que compõem os trabalhos selecionados; apesar do material ser extremamente rico e conter elementos que pudessem balizar este feito, o próprio tempo do mestrado é relativamente curto para tal. A proposta, portanto, é, - sem fazer análises comparativas ou agregar juízo de valor - embasar o estudo através da interlocução com as temáticas e categorias apresentadas nos capítulos anteriores e discutir o que se apresenta para o Serviço Social na atualidade.

Nesta lógica, a fim de buscar as concepções das (os) autoras (es) que direcionam seus trabalhos, vamos fazer o exercício de perceber e analisar os trechos das pesquisas em que tal debate pode se apresentar.

Com os 08 trabalhos já selecionados, após ter sido realizada as fases de *Identificação da obra* e *Caracterização da Obra* conforme direciona Lima e Miotto (2007, p.42), partimos para uma leitura mais atenta delas, buscando ressaltar o que as autoras denominam de *Contribuições da obra para o estudo proposto* – que “consistem no registro das reflexões, dos questionamentos e encaminhamentos suscitados pela leitura da obra, bem como na indicação de como podem ser utilizados na elaboração do texto final” (p.42).

Por óbvio sabemos que o Programa Nacional de Assistência Estudantil é um programa executado por universidades federais que estão vinculadas ao Ministério da Educação, e esta não é a questão que se apresenta para o debate. Assim como nos coloca Dutra e Santos (2016), a Assistência Estudantil no cenário brasileiro vem sendo debatida e construída a partir de muitas reflexões, debates e práticas implementadas ao longo da história por diferentes grupos/ atores sociais envolvidos em sua construção. Sua constituição está intimamente ligada às transformações sócio políticas do país e seus impactos na educação superior brasileira, e assim, nos diferentes contextos sócio-históricos em que vai sendo abordada, adquire sentidos diversos consequentemente vai provocando também diferentes posicionamentos quanto a sua implementação e concepção.

Após a leitura dos trabalhos, coletamos trechos em que pudéssemos observar divergências e /ou similaridades nas concepções sobre Assistência Estudantil. As que mais se destacaram foram: 1) entendimento sobre a Assistência Estudantil dentro da Política de Educação 2) a Assistência Estudantil como Política de Assistência Social 3) justificando porque Assistência Estudantil e Assistência Social são iguais e 4) justificando porque Assistência Estudantil e Assistência Social são distintas.

Neste sentido, a proposta foi a de identificar nas obras trechos em que as (os) autores apresentassem elementos que coadunam com os eixos elencados.

No que diz respeito aos trabalhos **que entende a Assistência Estudantil dentro da Política de Educação** analisaremos qual concepção se apresenta nos trabalhos que possibilitam um entendimento da Assistência Estudantil ao contexto da Política de Educação. Verificaremos se estes trabalhos têm relacionado os elementos que se apresentam para fundamentar suas pesquisas com subsídios que envolvem o Programa de Assistência Estudantil intrinsecamente vinculado à Educação. É neste curso que *Barros (2017)*, *Durat (2015)*, *Soares (2017)*, *Kowalski (2012)* e *Leite (2015)* apresentam seus argumentos:

Nesta perspectiva apresentamos sob a ótica de Durat (2015) seu entendimento sobre essa vinculação entre a Assistência Estudantil e a Educação. O autor apresenta que é a partir da entrada de novo perfil de estudantes nas universidades públicas, que há também uma mudança em todas as dimensões da vida material e social tanto dos estudantes quanto dos profissionais envolvidos e na estrutura da universidade. Estas modificações são reflexos da mescla de atores, regiões, valores e culturas diversas em um mesmo espaço. E deste modo este entendimento está intimamente ligado:

É na política de educação e, principalmente, na educação de ensino superior que têm acontecido as principais mudanças na formatação dos parâmetros educacionais, tornando a educação voltada cada vez mais aos interesses do mercado de trabalho, despreocupada com a formação de seres humanos para a vida. (...) Uma das estratégias utilizadas pelo Estado brasileiro para atender à demanda por mão-de-obra qualificada para atuar no mercado de trabalho é a inserção massiva da classe trabalhadora no ensino superior. Por meio do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), o governo tem buscado garantir que os estudantes em maior vulnerabilidade socioeconômica concluam sua graduação nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), por meio de transferência de recursos e disponibilidade de ações interdisciplinares nas universidades. (DURAT, 2015, p.8)⁵²

Barros (2017) constrói em sua dissertação um item específico o qual apresenta “A trajetória da assistência estudantil no contexto da política de educação” em que discute como nas décadas anteriores à Constituição Federal de 1988 até a consolidação do PNAES, a educação superior era um privilégio de um grupo seleto de pessoas oriundas de famílias de médio e alto poder aquisitivo, fazendo com que as ações de assistência estudantil fossem reduzidas em função da pequena participação da classe trabalhadora nesta modalidade de ensino. Nesta direção a autora apresenta as conquistas em relação à política de assistência estudantil em grande parte alcançadas pelas correlações de forças de movimentos e órgãos como União Nacional Dos Estudantes (UNE), Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) e do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE).

O arcabouço legal de normativas e diretrizes da educação superior no contexto de redemocratização política se revela como a síntese das correlações de forças presente nos distintos projetos em disputa no seio da sociedade civil, portanto, a política que se apresenta traz consigo também, as contradições e conflitos de tais momentos, haja vista são justamente o

⁵² Como se trata de pesquisa bibliográfica de conteúdo coletado de dissertações e teses, destacaremos em itálico os trechos utilizados para análise do conteúdo a fim de trazer um destaque para o texto e facilitar a compreensão do leitor.

reflexo e a síntese desse conflito de classe. Assim, a trajetória política da assistência estudantil imbricada à política de educação só tem entendimento no seio do movimento de crescente socialização política presente no contexto segundo Schlesener (2007, p.27) de “vínculo concreto entre as forças materiais e as ideologias, entre o econômico-social e o ético-político”.

Portanto, considera-se necessário estabelecer as relações pertinentes no contexto das trajetórias políticas em meio aos distintos momentos históricos de socialização política presente na relação de conflitos e disputas a partir da trajetória da assistência Estudantil no contexto da política de educação. (BARROS, 2017 p.53-54) (grifo nosso)

Durat (2015) segue a mesma linha de Barros (2017) quando reafirma que a assistência estudantil não surgiu com o REUNI, e sim é fruto de um processo histórico de luta dos movimentos de estudantes que por décadas em um contexto de avanço do Estado brasileiro, puderam concretizar as propostas que estavam sendo solicitadas. Sinaliza ainda a importância de considerar que a dimensão histórica da assistência estudantil está ligada a lógica da pobreza e da vulnerabilidade advindas das condições de exploração da classe trabalhadora que são reflexo da conjuntura de desigualdade brasileira. Para o autor, o surgimento da demanda pela assistência estudantil está vinculado a entrada do estudante na universidade, ou seja, se não existir a possibilidade de o estudante cursar a graduação não existe o surgimento da assistência estudantil. Direcionando seu discurso para esta vinculação da Assistência Estudantil à Educação.

Em relação à dimensão econômica da assistência estudantil também está intimamente ligada à política de educação, pois não é a assistência estudantil que garante a produção e reprodução da classe trabalhadora. Esse papel é melhor desempenhado pela educação, que atende em maior ou menor grau as exigências do capital, direciona os caminhos da qualificação e faz disseminar a ideologia da classe dominante. A dimensão política da assistência estudantil, por sua vez, está ligada ao desenvolvimento da correlação de forças presente na educação, pois é a educação que sofre as pressões das classes fundamentais no jogo de disputas pelo poder. A assistência estudantil pressiona para que exista uma descentralização de recursos em prol da classe trabalhadora, propiciando que essa tenha um acesso ao ensino superior de qualidade e com seus gastos custeados. (DURAT, 2015 p.119) (grifo nosso)

Por sua vez Soares (2017), descreve que a configuração do horizonte da assistência estudantil assim como da educação não estão pré-determinados e não acontecem linearmente, a autora afirma que são movimentos contraditórios, permeados por conflitos e disputas de interesses, seja no campo dos movimentos sociais, como também na relação entre o Estado e os aparelhos hegemônicos do capital nacional e internacional.

*Neste trabalho, compreendemos a AE como política social **materializada no âmbito de uma política pública, que é a Política de Educação** sendo esta última, um dos direitos sociais garantidos constitucionalmente. Nesse sentido, a política de **assistência estudantil integra o conjunto de ações desenvolvidas no âmbito da educação**, tendo por finalidade contribuir para a permanência dos e das discentes nas instituições educacionais, por meio da destinação de mecanismos e recursos (materiais e imateriais) para que possam permanecer nas universidades e concluir os estudos (COSTA, 2009; NASCIMENTO, 2014). (SOARES, 2017 p.101-102) (grifo nosso)*

Nas elaborações da tese de doutorado de Kowalski (2012) a autora é mais enfática nesta defesa quando apresenta que no período mais recente da história, a assistência estudantil é formalizada como política de educação e passa a garantir legalmente o direito de acesso e permanência aos alunos das IFES.

*Na intenção de perseguir os rastros históricos da **constituição da assistência estudantil como uma política de educação superior**, há necessidade primeira de mencionar que ela está conjugada ao cenário da educação superior no país, o qual é marcado por grandes transformações que legitimam de maneira incisiva o desenvolvimento de ações voltadas para o reconhecimento e o atendimento das necessidades materiais daqueles sujeitos que acessam as IFES, apesar do caráter elitista e seletivo do sistema de acesso. (KOWALSKI, 2012 p.83) (grifo nosso)*

*(...) a assistência estudantil se configura como uma **política de educação superior** em que se envolvem diferentes atores, governamentais e não governamentais na disputa pela concretização de direitos sob a formatação da então política de assistência estudantil. (KOWALSKI, 2012 p.141) (grifo nosso)*

A autora defende que a assistência estudantil como política de educação precisa envolver questões de ordem econômica, mas não só, as instituições devem se preocupar em envolver aspectos sociais, pedagógicos e psicológicos articulando o ensino a pesquisa e a extensão a fim de viabilizar o caráter transformador na relação entre universidade e sociedade.

Outro aspecto é o entendimento dos operadores da assistência estudantil como sinônimo da política de assistência social, o que significa rebaixar a política de educação a uma “política de pobre para pobre” que se afirma por meio da “bolsificação” num processo de “alívio da pobreza” e “passivização da questão social”. Nisso ainda há um processo de depreciação do próprio direito à educação, que se configura como uma política universal a ser usufruída por todos os estudantes, independente de sua condição social. (KOWALSKI, 2012 p.159)

Leite (2015) retrata em sua tese de doutorado a defesa da assistência estudantil tendo características específicas que a colocam organicamente dentro da política de educação superior, apresentando como justificativa para sua tese os dispositivos legais que a amparam.

A implementação de um conjunto de ações de corte assistencial para a garantia da permanência e conclusão de curso dos estudantes de baixa renda nas IFES brasileiras, ocorre através do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Este se configura como um programa de governo que se materializa no interior de uma política pública: a política de educação superior. (LEITE, 2015 P.180) (grifo nosso)

(...)

Historicamente, ganha forma e expressão, no âmbito da educação superior pública federal, a Assistência ao Estudante Universitário. Esta não é apenas transversal, mas orgânica à política de educação superior. Um primeiro aspecto que demonstra essa relação de organicidade encontra-se nas bases legais nas quais se ampara a Assistência ao Estudante. Vê-se que a Constituição Federal de 1988 consagra a educação como dever do Estado e da Família (art. 205, caput) e tem como princípio a igualdade de condições de acesso e permanência na escola (art. 206, I). Entende-se que este dispositivo legal aponta, sem sombra de dúvida, para a assistência ao estudante como direito. (LEITE, 2015 p.373) (grifo nosso)

Percebemos que 5 das 8 produções trouxeram elementos que aproximaram o entendimento que a Assistência Estudantil se materializando na Política de Educação sem fazer referência a Assistência Social.

Sobre os trabalhos que percebemos trechos que **vinculam a Assistência Estudantil à Política de Assistência Social** - apresentaremos como as pesquisas expõem seus argumentos no decorrer dos trabalhos de modo que justificam essa aproximação / conexão da Assistência Estudantil com a Política de Assistência Social. Para o recorte realizado nesta pesquisa, esta aproximação foi encontrada apenas nos estudos de *Almeida* (2015) e sob outra perspectiva, apresentaremos neste eixo, as exposições de *Pinto* (2015) e *Kowaski* (2012) porém estas duas últimas demonstraram em seus estudos compreensões de assistência social para a assistência estudantil em dados coletados de entrevistas com usuários e trabalhadores da Política de educação respectivamente, não sendo um entendimento das autoras sobre o programa.

No decorrer de sua dissertação, *Almeida* (2015) utiliza-se do termo “política de assistência social voltada para o segmento estudantil” ou “assistência social do segmento estudantil”. O oposto das concepções apresentadas no eixo anterior, *ibidem* (2015) expõe que é um equívoco denominar o termo “assistência estudantil”, e para justificar destaca:

É preciso lembrar que a assistência social, já no início da década de 1990, adquire status de política pública com a Lei Orgânica de Assistência Social

(LOAS) e que os serviços por ela materializados, de objeto de benevolência e favor, passam a ser matéria de direito reclamável. É nesse patamar que se coloca a propriedade de bem situar – no caso de instituições públicas de ensino superior – a política de assistência social na sua interface com a política de educação, e não como ações de assistência estudantil ou congêneres, como quer o senso comum presente nas instituições de educação de nível superior, reproduzido até mesmo em alguns dos artigos de assistentes sociais apresentados no 14º CBAS. (ALMEIDA, 2015 p.80-81) (grifo nosso)

Sobre a equivocada denominação “assistência estudantil” dada à política de Assistência Social, conclui-se que essa distinção está fundada em um erro e, no seu extremo, leva a outro: a concepção estigmatizadora de assistência social como uma política voltada para atender a situações de extrema pobreza. A denominação “assistência estudantil”, além de configurar-se como uma linguagem induzida pela legislação, expressa as tendências, no interior das universidades, de diferenciar o contingente de estudantes oriundos de famílias de baixa renda, dos usuários da assistência social, os miseráveis para quem se voltam os mínimos sociais. (ALMEIDA, 2015 p.137) (grifo nosso)

A perspectiva que a autora busca reafirma em sua dissertação pressupõe, “radicalizar no que diz respeito à concepção da assistência social segundo suas qualidades substantivas, em detrimento de diferenciações adjetivas” (p.82), Pereira (2001) apud Almeida (2015) a autora entende como política pública de seguridade social, pautada na noção de necessidades humanas, e não de mínimos sociais.

É no mínimo ingênua a crença de que diferenciar assistência estudantil da assistência social levaria à ruptura dos aspectos da seletividade, pontualidade e precariedade dessa última, e, conseqüentemente, representaria condição para a ampliação e efetivação de direitos sociais dos segmentos estudantis nas universidades. A menos que se esteja, é claro, na posição de diluição dos projetos de classes sociais, e que a defesa de uma suposta “assistência estudantil” se configure como um desses “consensos de classes” (MOTA, 2007). A luta por direitos, trabalho e democracia não pode reafirmar a fragmentação no atendimento assistencial, sob pena de se estar fragmentando a luta mesma. (ALMEIDA, 2015 p.138) (grifo nosso)

Podemos dizer que a posição assumida pela autora diante das divergências de concepções para tratar sobre a Assistência Estudantil são pretensiosas, acabam por sair do campo do debate teórico que é natural e próprio do Serviço Social. Chama a atenção quando intitula de “senso comum”, “equivocada” e “ingênua” a denominação de *assistência estudantil* discutida por profissionais e autores da área, citando alguns artigos apresentados no 14º CBAS. É preciso destacar que o termo “assistência estudantil” está estabelecido pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 que dispõe sobre o PNAES, além do que as publicações apresentadas

nos congressos da categoria são parte de uma vasta apropriação de realidade transformada em produção do conhecimento.

Sob outra perspectiva, mas também é interessante apresentar como um dos achados da deste estudo, *Pinto* (2015) traz em sua pesquisa - realizada sob dados informados por estudantes nos questionários socioeconômicos preenchidos quando de sua inscrição no processo seletivo para as bolsas -, apontando que esta concepção de Assistência / Assistência Social também está presente na compreensão dos usuários desta política. Sob a perspectiva das respostas encontradas nos questionários, a autora localiza que uma parcela dos estudantes concebe a assistência estudantil como “(...) “assistência” que faz jus àqueles que comprovam estar em condição de pobreza, de “carência”, e que, portanto, não conseguirão permanecer no curso superior com recurso pessoal ou familiar” (*PINTO*, 2015, p.204). Para a autora, este tipo de denominação acaba por distanciar o entendimento do campo do direito.

A autora reafirma ainda que o uso recorrente destes termos nas solicitações dos estudantes parece indicar que pelo fato de terem que passar por averiguação de sua condição socioeconômica (previstos nos editais de seleção) faz com que os candidatos entendam que quanto mais pobres conseguirem comprovar sua condição familiar, com maior facilidade atenderão aos critérios burocráticos da universidade para acesso ao auxílio. Desta maneira a autora justifica o porquê da vinculação destes termos.

No Brasil, historicamente o termo assistência foi relacionado a uma conotação negativa na cultura brasileira enquanto benemerência pública ou privada, voltada a satisfazer necessidades apresentadas pela população pobre. Nesse sentido, apresentar-se como “necessitado”, “pobre” e “carente” foram durante longo período as saídas encontradas pela população na busca pelos serviços de “assistência”, que, por sua vez, eram ofertados através de ações governamentais, mas vistos socialmente como “ajudas circunstanciais” resultantes da bondade do governante (Sposati, 2006: 10). Apesar dos avanços em relação aos direitos sociais e ao reconhecimento da dignidade do cidadão no texto da Constituição de 1988, muitos elementos dessa cultura são ainda persistentes nas relações sociais construídas na sociedade brasileira e se apresentam inclusive nas falas dos estudantes coletadas na pesquisa. (PINTO, 2015 P.204-205)

Na pesquisa de *Kowalski*, (2012), a autora também expõe que encontrou um entendimento de política de assistência estudantil como assistência social no grupo focal que realizou a pesquisa. A coleta dos dados para análise foi realizada com servidores Técnicos Administrativos em Educação da universidade que trabalham na execução da Assistência Estudantil. Para exemplificar, como este entendimento também se apresenta na fala dos

executores da política, apresentamos aqui um trecho de uma fala que a autora descreve em sua pesquisa:

A Política de Assistência Estudantil é quase igual a Política da Assistência Social, porque ambas têm um público definido, é para quem dela necessitar, ela não é universal como a saúde e nem a educação, então tem este diferencial que é importante: não é para todos, é para todos que dela precisarem... (TAE-UFRGS) (KOWALSKI, 2012 p. 146)

Vemos, portanto, que essa concepção de Assistência Estudantil vinculada a Assistência Social está presente no entendimento seja de pesquisadores da área do Serviço Social, de usuários da política e também de trabalhadores que a executam.

Quando buscamos identificar os trabalhos que traziam **justificativas para dizer porque Assistência Estudantil e Assistência Social são similares**, encontramos os argumentos que Almeida (2015), utilizou em sua dissertação para explicar porque as duas “políticas” estão no mesmo campo. Apresentamos aqui os trechos em que a autora exhibe tais similaridades.

Quanto ao emprego do termo “auxílio”, cabe uma reflexão. Essa palavra coloca-se em um campo semântico comum na assistência social e que se contrapõe à concepção de política de assistência social como direito, colocando-se na direção mesma do “feitiço da ajuda”, como denomina Mota (1987), que é, em síntese, uma das formas de reprodução do conservadorismo no trabalho de assistentes sociais. Não há dúvida de que as legislações que orientam o funcionamento dos programas e projetos sociais nessa área utilizam a palavra auxílio e têm induzido ao seu uso equivocado nas rotinas de trabalho. É fato que nem sempre são os/as assistentes sociais que elaboram os documentos, tais como resoluções, editais etc., que normatizam os projetos e programas desenvolvidos na política de assistência social ao segmento estudantil. (ALMEIDA, 2015 p. 79) (grifo nosso)

*Isso significa, portanto, **tomá-la como política pública de seguridade social, pautada na noção de necessidades humanas, e não de mínimos sociais**, como destaca Pereira (2001). A autora quer que ações de cunho assistencial sejam inerentes à política de educação, no entanto, ações não têm estatuto de política, salvo em situações em que haja uma identidade entre a sua natureza (entende-se por natureza de uma coisa a sua razão mesma, a sua razão de ser) e a política a que julga corresponder. **Ações de cunho assistencial só podem remeter a uma política determinada: àquela que o próprio nome remete – assistência social.** (ALMEIDA, 2015 p.82) (grifo nosso)*

*Foi possível identificar a concepção de Moradia Estudantil que fundamenta o trabalho de assistentes sociais: Casas de Estudantes são equipamentos sociais que compõem, ao mesmo tempo, **a estrutura da política de Educação Superior no Brasil e a estrutura da política de Assistência Social**, ambas em processo de construção continuada, como parte das políticas públicas desenvolvidas pelo Estado brasileiro (ALMEIDA, 2015, p.133) (grifo nosso)*

Diante destas exposições recorremos a Lemos (2009) quando aponta para a centralidade atribuída à Política de Assistência Social anos 2000. A autora indica que nos marcos de uma orientação macroeconômica dirigida pelos interesses do capital financeiro e descolada de um sistema de Seguridade Social, a assistência social torna-se “(...)depositária das esperanças de um instrumento de transformação ou reforma social que, de fato, ela não é. (p. 189)”

E por fim na identificação dos trabalhos que **justificam porque Assistência Estudantil e Assistência Social são distintas**, objetivamos identificar como as autoras trouxeram as especificidades da Política de Assistência Social e do Programa Nacional de Assistência Estudantil para explicitar essa distinção entre elas. Aqui apresentamos trechos retirados das produções de *Souza (2016)*, *Soares (2017)*, *Leite (2015)* e *Pinto (2015)*.

Souza (2016) por sua vez, apresenta em sua dissertação que existe uma tendência errônea de confundir a assistência estudantil com a política pública de Assistência Social. Esclarece que esta tensão se justifica pela similaridade de ambas quanto aos seus aspectos de focalização e seletividade além dos critérios de elegibilidade dos usuários e enfatiza que as duas (AE e AS) são políticas distintas, que apesar de apresentar similaridades com a política de assistência social seguem a tendência de assistencialização presente nas políticas sociais no Estado neoliberal, baseadas nos critérios de focalização, seletividade e bolsificação, e reforça:

A assistência estudantil está inserida no contexto da política de Educação, não se submetendo, portanto, aos preceitos da regulamentação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), devendo, assim, ser entendida enquanto política educacional visto que trata de ações de cunho assistencial desenvolvidas no âmbito da Educação. (SOUZA, 2016 p. 79)

Cabe destaque ainda o apontamento que *Soarez (2017)* faz sobre o critério de renda per capita estabelecido pela Lei nº 12.711/2012⁵³, que é o mesmo definido no PNAES. Para a autora a similaridade nos critérios de renda para o acesso em ambos os casos pode induzir a uma interpretação enviesada da política de permanência no sentido de entender que somente discentes que ingressaram pelo sistema de reserva de vagas, com critério renda per capita possam ter direito aos programas de assistência estudantil.

No entanto, apesar de estarmos tratando de uma política social focalizada, que estabelece previamente critérios de participação, entendemos que independente do grupo de acesso qualquer discente se configura público da política de assistência estudantil”. (SOARES, 2017, p. 190)

⁵³ A “Lei de cotas”, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

Já na tese de *Leite* (2015) a autora pontua que os parâmetros legais “que contém os objetivos, diretrizes e princípios da política de assistência social e os parâmetros que dão formatação à política de assistência ao estudante universitário nas IFES brasileiras diferem entre si” (nr 85, p. 176). Desta maneira justifica que a assistência ao estudante não se pode ser explicada ou operacionalizada tendo como parâmetro a política de assistência social enquanto uma política que compõe o tripé da Seguridade Social brasileira. A diferença fundamental entre elas é que uma está no campo da política social e a outra ainda se configura como política de governo:

(...) com a Constituição Federal de 1988 e com a LOAS, a assistência social situa-se no campo da política social, precisamente no campo da seguridade social e da proteção social pública. Em síntese, encontra-se no —campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal (COUTO et al., 2010, p. 33), devendo ser entendida como área de política de Estado. Já a assistência ao estudante se configura como uma política de governo, pois, apesar dos avanços decorrentes das lutas históricas do movimento estudantil e do Fórum Nacional de Pró-Reitorias de Assuntos Comunitários e Estudantis, ela ainda não se situa no campo dos direitos, nem no campo da responsabilidade estatal. O Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, formado por um conjunto de ações de corte assistencial, é um programa de governo que se materializa no interior de uma política pública: a política de educação superior. (LEITE, 2015, nota de rodapé n° 85) (grifo nosso)

Também em sua tese, *Pinto* (2015), chama a atenção para outro risco de se atrelar as duas (Assistência Estudantil e Assistência Social), devido ao fato não possuírem os mesmos objetivos de atendimento, mesmo que em muitos casos nas Universidades as ações assistenciais ofertadas, são principalmente através de bolsas aos estudantes oriundos dos grupos sociais mais excluídos do acesso aos bens socialmente produzidos.

Nesse sentido, tomar uma pela outra pode trazer, como consequência, uma redução do impacto da primeira a uma política de “combate à pobreza”, sob o risco de trazer para dentro da Universidade responsabilidades e demandas que extrapolam sua atuação institucional, além do fato de estarem atreladas a outras políticas públicas e, portanto, outras fontes de financiamento. (PINTO, 2015 p.221)

E complementa que:

Contudo o objetivo de ambas se difere em muito, pois enquanto a assistência social busca prover o que seriam os mínimos sociais para a reprodução humana daqueles que dela necessitam (Brasil, 1993), o objetivo principal da assistência estudantil no ensino superior, ao longo de sua história, vem sendo apoiar a manutenção educacional dos estudantes com reconhecida

dificuldade de empreender sua trajetória escolar somente por meios próprios ou familiares. (PINTO, 2015 p.220)

Enfim, ao analisar os trechos das produções em relação a concepção de Assistência Estudantil nos PPGSS, de modo geral não encontramos uma unanimidade de direcionamento na fundamentação das ideias, o que já era o esperado. Mas é importante observar a maioria das produções apontou para a direção de localizar a Assistência Estudantil no campo da Educação.

A grande questão que se coloca quando o debate sobre a Assistência Social aparece enviesada em outras políticas, como aqui é o caso da Assistência Estudantil na Educação Superior, faz-se necessário compreender melhor os fundamentos históricos e teóricos de cada uma para não perder a direção nem o lugar de onde partimos.

Pelas reflexões de Lemos (2009) compreendemos que a Política de Assistência Social tem grande importância no conjunto das políticas sociais brasileiras, porém ela só tem efetividade no marco abrangente da Seguridade Social em articulação com as demais políticas, deslocá-la deste marco dando responsabilidade a outra esfera ou dar centralidade a ela dentro de outra política se torna no mínimo perigoso.

Em poucas palavras: nenhuma política de Assistência Social é capaz de incidir mais além das expressões imediatas da - questão social. Isto não lhe retira a importância nem a justificação – entretanto, fora do marco abrangente da Seguridade Social, a política de Assistência Social só cobre emergencialidades, ainda que estas – como no caso brasileiro – sejam de magnitude enorme. A Assistência Social, como direito e como política, não dará conta, nunca, da —questão social - ela é subsidiária de múltiplas intervenções e não mais que isto (sem prejuízo de, no caso brasileiro, atualmente dispor de um locus específico na estrutura da administração pública). (LEMOS, 2009, p.189)

Além disto, diante do cenário atual de desmonte das políticas públicas, retirada de direitos e desvalorização da educação é preciso ter um cuidado muito grande ao fazer esse tipo de associação trazendo similaridade entre a Política de Assistência Social e a Assistência Estudantil que dentre tantos riscos, possa ser descaracterizado o papel da Assistência Estudantil na Educação Superior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do problema proposto para esta pesquisa, retomamos ao ponto inicial no intuito de buscar algumas respostas e apontar outros questionamentos que se fizeram presentes durante o percurso. Mesmo que o objeto ainda esteja aberto a outras mediações, apresentaremos nossas considerações sobre o caminho percorrido para este estudo e o conhecimento adquirido na aproximação proporcionada pela pesquisa.

Apreender o movimento em que se apresentam as dinâmicas que envolvem o trabalho como assistente social em determinado espaço de atuação, e para além disto, transformar questionamentos e inquietações em objeto de pesquisa é de fato desafiador e necessita de um rigor teórico-metodológico que é essencial. Rigor este que só se tornou possível com as bases dadas pelas discussões, estudos, orientações e possibilidades de debate promovidos durante o decurso do mestrado.

O início de minha atuação profissional como assistente social se deu no ano de 2012, como servidora pública municipal momento em que trabalhava nos serviços da política de assistência social, porém foi apenas a partir do ingresso no espaço de trabalho da universidade no ano de 2014 que vi a oportunidade/possibilidade de ponderar o ingresso em um processo de qualificação profissional no campo *stricto-sensu*. No ano de 2018 tive a oportunidade de participar do processo de seleção do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – nível de mestrado na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste - *Campus* de Toledo, o qual fui aprovada. A entrada nesta nova etapa do processo de formação profissional, foi possibilitada primeiramente pelo vínculo institucional; a carreira de técnico-administrativo em educação no serviço público federal permite que o servidor ingresse no processo de qualificação profissional, podendo usufruir da licença para capacitação. Outro motivo que tornou possível o ingresso no mestrado, foi o apoio e incentivo das profissionais da Seção de Serviço Social daquele espaço.

O ingresso nesta nova realidade de trabalho, - tendo que atuar com uma nova política social - mostrava grandes oportunidades para pensar a educação superior. A Assistência Estudantil permitiu identificar avanços na construção desta política, mas também foi determinante para refletir a realidade em que tal política vem sendo construída e as condições concretas para efetivá-la. Tais inquietações trouxeram também novas expectativas, associadas a responsabilidade de encontrar respostas para as questões que se apresentavam.

Nesta conjuntura é que se apresenta o chão de nossa pesquisa. Com a expansão e maior democratização do ensino superior público no país, apresentaram-se também as contradições

entre uma universidade historicamente feita para a burguesia e a realidade de estudantes que tiveram a oportunidade de acesso à universidade seja pela política de cotas ou não, mas que vem de uma realidade socialmente mais vulnerável com poucos ou nenhum recurso financeiro para arcar com despesas de necessidades básicas da vida universitária. Há portanto, a entrada de novo perfil de estudantes nas universidades públicas, o que acarretará também uma mudança em todas as dimensões da vida material e social tanto dos estudantes quanto dos profissionais envolvidos e na estrutura da universidade. Estas modificações são reflexos da mescla de atores, regiões, valores e culturas diversas em um mesmo espaço nesta sociabilidade.

No quadro de expansão do mercado de trabalho apresentam-se as condições para a inserção de um grande número de assistentes sociais na Política de Educação ao longo últimas duas décadas. De acordo com o documento do CFESS (2013), ocorre principalmente a partir de requisições sócio institucionais de ampliação das condições de acesso e permanência da população nos diferentes níveis e modalidades de educação, por meio de programas governamentais que foram instituídos também pela mediação e força dos sujeitos políticos envolvidos.

Para chegar a esta configuração que se apresenta hoje, é salutar que retomemos a importância da trajetória histórica do Serviço Social brasileiro desde a sua gênese até sua maturidade, reforçando seu protagonismo para a produção do conhecimento nas últimas décadas com a expansão da Pós-graduação na área. Destacamos que houve um salto qualitativo na formação profissional com o desenvolvimento de um projeto de formação a partir de novas alternativas de intervenção que vinham sendo construídas, principalmente, pela inserção do Serviço Social no contexto universitário e conseqüentemente o avanço da produção acadêmica e da pós-graduação *Stricto-sensu*. Além disto, a inserção de assistentes sociais em atividades de pesquisa e na produção do conhecimento passa a ser considerada, também, atribuição profissional.

Carvalho & Silva (2007) retratam que a Pós-Graduação *stricto sensu* se inicia no Brasil nos anos de 1960, vinculada ao Ministério da Educação, porém é apenas em 1975 que se institui o Sistema Nacional de Pós-Graduação. Para as autoras, um dos elementos impulsionadores para a criação e a expansão da Pós-Graduação em Serviço Social no país já na década de 1970, foi sua interlocução e diálogo com as diferentes áreas do saber e entre diferentes tendências teórico-metodológicas presentes no debate profissional. Este processo de expansão se desenvolveu consideravelmente principalmente a partir dos anos 2000. De acordo com os dados obtidos pelo relatório do documento de área da Capes (2019), atualmente existem 36 PPGSS, que ofertam 36 mestrados e 20 doutorados.

Dentro deste campo de possibilidades, com base no que foi apresentado no capítulo 2, sob o que nos coloca Tonet (2005b) e Mészáros (2008) é que compreendemos que a atividade educativa deve ter o objetivo de contribuir para a formação de homens livres, sujeitos de sua própria história, para que então se torne possível pensar na possibilidade de obtenção da emancipação humana, não se limitando a cidadania formal. É neste meio contraditório e prolixo que Fernández e Dondossola (2019) sinalizam que a educação se encontra tanto exercendo papel de protagonista como de vilã, isto porque, na sociedade de classes é ela que motivará a estrutura da educação, que é determinadamente conservadora.

O desafio que se coloca para a educação pública na sociedade de classes apresentado por Saviani (2008) é que o desenvolvimento da educação entra em contradição com as exigências limitadoras da sociedade de classes capitalista, ao mesmo tempo que exige a universalização escolar. Sendo assim, a educação formal precisa se desprender do chão e da lógica do capital para ir ao encontro de práticas educacionais mais abrangentes.

Essa dimensão, segue na direção do que Guerra (2020) expõe como a necessidade de um perfil intelectual de profissionais que apresentem respostas científicas sobre suas realidades de trabalho. É preciso desenvolver a dimensão pedagógica e metodológica de trabalho na direção da emancipação dos usuários, pois cada vez mais a configuração das políticas sociais estão se voltando para práticas paliativas de ajuda e clientelismo, o que faz com que tenhamos a perda de algumas das poucas conquistas civilizatórias e estejamos retornando a tempos anteriores a própria Constituição Federal e do pacto social por ela construído.

Sabemos que o processo de expansão da educação superior no Brasil, trouxe consigo muitos problemas e limites originados das formas anteriormente praticadas no país e ditadas por organismos internacionais. Este modelo de expansão em massa das universidades no país também não significou uma inclusão ampla da classe trabalhadora, historicamente excluída do acesso à educação de qualidade. Sendo assim, as ações de Assistência Estudantil desenvolvidas nas universidades federais, (em grande parte delas) tem se baseado no repasse de algum tipo de suporte financeiro para estudantes que se enquadram em um recorte de renda muito específico. Este modelo ainda está muito distante do ideal, e que abarque as necessidades reais da classe trabalhadora, por este motivo, faz-se necessário lançar esforços para o aprofundamento da pesquisa nesta área. Neste sentido, enfatizamos a afirmação de Nascimento (2018), quando aponta para um entendimento da assistência estudantil na perspectiva de totalidade:

A tentativa de conceber a assistência estudantil numa perspectiva de totalidade (e, portanto, combatendo a sua deshistoricização) ampara a construção de

caminhos analíticos capazes de iluminar a crítica aos projetos educacionais dominantes e suas pautas para a permanência universitária. Na realidade atual, coloca-se como tarefa urgente para o Serviço Social, pensar como os desdobramentos da crise capitalista nas Universidades públicas brasileiras (expressos, sobretudo, nos abruptos cortes orçamentários) intensificaram aquelas tendências esboçadas nos anos 2000 – período histórico favorável à expansão e regulamentação da assistência estudantil – mediante sua inserção consentida na agenda da contrarreforma universitária dos anos 2000. (NASCIMENTO 2018, p. 373)

É também no transcorrer do segundo capítulo que pudemos visualizar os primeiros achados de nossa pesquisa. Quando foi possível sistematizar as produções científicas dos Programas de Pós-Graduação na área do Serviço Social que estudaram temáticas relacionadas à Assistência Estudantil em diferentes Universidades Federais Públicas do país, este movimento tornou possível apreender quem eram e onde estavam localizados os sujeitos que realizaram tais pesquisas sobre o tema.

Tal observação versou sob o universo de 46 trabalhos, destes 04 eram teses de doutorado e 42 dissertações de mestrado. Dentre este conjunto de materiais coletados, observamos que dos 34 PPGSS em que realizamos a busca pelos materiais, apenas foram localizadas produções que tratam do tema de nosso objeto em 17 deles, sendo que 09 foram feitas por pesquisadores matriculados em Programas vinculados à Universidades Federais, 04 em Universidades Estaduais e 04 em Universidades Católicas, ressaltando dos Programas que concentram maior número de produções sobre o tema tivemos o programa da PUC-RIO/RJ, seguidos pela UFPE/ PE, UERJ /RJ e UNIOESTE/ PR. E desta forma destacamos o PPGSS da Unioeste de Toledo/PR, o qual a pesquisadora está vinculada; que apesar de ser um programa relativamente novo, com início de funcionamento em 2013 já apresenta expressiva produção sobre o tema, o que coaduna com um dos motivadores de nossa pesquisa no início desse processo de construção.

Com relação a localização geográfica, chegamos ao panorama de que o maior número de produções sobre o tema em questão fora nas regiões Sudeste, Sul e Nordeste consecutivamente, com maior incidência nos anos de 2015 (10 trabalhos), seguidos pelos anos de 2012 e 2017 (08 trabalhos), 2016 (07 trabalhos), 2018 (05 trabalhos), 2014 (04 trabalhos), 2013 (03 trabalhos) e 2011 (01 trabalho). Reflexo do período em que a assistência estudantil vai se consolidando com o passar dos anos dentro das universidades.

Como já sinalizado, a pesquisa bibliográfica foi realizada tendo como referência estudos realizados por sujeitos que estavam refletindo sobre suas realidades de trabalho; sendo assim, buscamos através das informações fornecidas pelos currículos Lattes dos autores foi possível

identificar que dos 46 pesquisadores selecionados, 33 estavam atuando como assistentes sociais em Universidades Federais Públicas e 02 em CEFETs e Institutos Federais e 10 deles ingressaram em Programas de Doutorado após a conclusão de suas pesquisas de mestrado. Podemos assim dizer que, este espaço sócio ocupacional e conseqüentemente campo de pesquisa é um local privilegiado para a construção do conhecimento e para a formação de pesquisadores.

Sinalizamos ainda que estes profissionais/pesquisadores inseridos no espaço sócio ocupacional das universidades públicas, com vínculo empregatício de servidor efetivo apresentam mais oportunidades de ingressar nos programas de Pós-Graduação e conseqüentemente realizar pesquisas sobre sua área de atuação profissional.

Assim, as aproximações contidas no terceiro capítulo apresentaram dados da realidade pesquisada, mas, além disso, buscaram dialogar entre fundamentos teórico-metodológicos, que traçamos durante o processo de construção dessa dissertação.

Quando nos propusemos a responder: como as produções discutem a concepção de Assistência Estudantil no Ensino Superior Público, e como elas relacionam a Política de Assistência Social e Política de Educação na Assistência Estudantil? Das 08 produções (03 teses e 05 dissertações) distribuídas pelas cinco regiões do país pudemos perceber que, os trabalhos de *Barros (2017)*, *Durat (2015)*, *Soares (2017)*, *Kowalski (2012)* e *Leite (2015)* entendem a Assistência Estudantil dentro da Política de Educação. Nos trechos selecionados os autores deixam claro essa vinculação de que a assistência estudantil se configura como uma política de educação superior. Neste grupo os autores reafirmam a importância de compreender a trajetória histórica da construção do programa, sendo fruto da correlação de forças entre movimentos e grupos de interesse e os ditames dos organismos internacionais, além disto compreendem a Assistência Estudantil como um programa de governo que se materializa no interior de uma política pública maior – a educação superior.

Sem fazer distinção sobre a relevância e importância dos estudos coletados, enfatizamos que, dentre este grupo de pesquisas que apontaram para o entendimento da Assistência Estudantil materializada na educação superior, estão duas teses de doutorado, que pela complexidade que a própria natureza do trabalho exige se destacam por serem considerados trabalhos de contribuição inédita para o conhecimento.

Sobre os trechos em que localizamos concepções que vinculam a Assistência Estudantil à Política de Assistência Social, foi localizado apenas um trabalho em que o entendimento da autora direciona para tal defesa, além disto, também foi o único trabalho em que pudemos selecionar trechos em que a autora aponta as justificativas para afirmar que

Assistência Estudantil e Assistência Social são similares. Outros dois trabalhos trouxeram também esta vinculação, porém sob a perspectiva de dados coletados de entrevistas com usuários e trabalhadores da Política de educação respectivamente, não sendo uma compreensão das autoras sobre o programa, justificando que tratar a Assistência Estudantil no campo da pobreza “carência”, pode distanciar o entendimento do campo do direito.

E por fim, em relação os trabalhos que justificam porque Assistência Estudantil e Assistência Social são distintas, tivemos esta compreensão nas defesas de 04 trabalhos, que discorreram e apontaram os motivos pelos quais entenderam que é equivocado confundir Assistência Estudantil com Assistência Social.

Sendo assim, a concepção de Assistência Estudantil presentes neste conjunto de 08 trabalhos recortados para nossa pesquisa, notamos que apesar da ampla maioria das produções entender que a Assistência Estudantil está no campo da política social, não podemos afirmar que é uma concepção definida e única. Mesmo que a referência/fundamentação teórica tenha semelhança, existe a tendência do direcionamento dado pelas autoras divergir fortemente.

Sendo assim, a divergência mais explícita foi em relação à vinculação da Assistência Estudantil com a Assistência Social. Notou-se que o debate não está resolvido, não havendo apenas uma compreensão sobre a natureza, sentido, operacionalização da Assistência Estudantil na produção dos Programas de Pós-Graduação na área do Serviço Social, porém os argumentos apresentados estão mais enfáticos na vinculação da concepção de Assistência Estudantil com a política de educação, justificando os motivos pelos quais é diferente da Política de Assistência Social.

Não temos o intuito de apresentar estas diferenças como campo de disputas entre as divergências que aparecem nas pesquisas realizadas sobre o tema, mas sim demonstrar que existem tais divergências e que não puderam ser mais aprofundadas aqui, mas que podem vir a ser campos de possibilidades para futuras pesquisas.

Enfim, cabe ressaltar que é na Constituição Federal de 1988 que temos garantida à proteção social dos cidadãos, através do tripé da Seguridade Social. Associada a outras políticas de trabalho e renda viabilizam condições de vida digna a população, sendo assim, a Assistência estudantil, – desenvolvida com base nos parâmetros do PNAES - isolada e sem o aporte da Seguridade Social para atender as demais necessidades da população brasileira, torna-se válvula de escape a ser confundida com assistência social. Ou seja, na ausência da proteção social do estado através da Previdência, Saúde e Assistência Social, os direitos estudantis não podem ser garantidos em sua plenitude. Cenário que se apresenta com maior expressão a partir da promulgação da Emenda Constitucional nº 95/2016 que instituiu o novo regime Fiscal sobre o

teto de gastos - também conhecida como "PEC da Morte", que limitou gastos com educação e demais políticas da seguridade social.

Para Kowalski (2012), é preciso tomar cuidado com a tendência de bolsificação da Assistência Estudantil. Apesar de considerar que os auxílios financeiros são de fundamental importância para a permanência dos estudantes no ensino superior, a atenção deve-se ao processo de assistencialização desta ação, vinculando e/ou dando um viés de assistência social ao que é próprio da política de educação. A Assistência Estudantil deve ultrapassar as barreiras do mero repasse financeiro, pois essa restrição focaliza e seleciona um grupo de estudantes pelo mero atendimento às necessidades básicas de sobrevivência e oculta os demais direitos.

Deste modo, por mais que a educação seja reconhecida como um dos pilares dos direitos humanos, ainda existem muitas barreiras a serem superadas para que haja um processo de reconhecimento como política pública, sendo ela um campo fértil de possibilidades para a promoção da democracia, da cidadania, do respeito às diferenças, da sociabilidade da cultura e da emancipação humana. Sendo assim, é imprescindível a discussão sobre a Assistência Estudantil como um direito que atenda as reais necessidades no âmbito educacional, valorizando a construção de princípios que coadunem com a construção de uma política de fato competente.

Por fim, evidencia-se novas questões a serem investigadas e a necessidade da ampliação da produção do conhecimento no âmbito dos Programas de Pós-Graduação na área de Serviço Social, pela mediação da intervenção profissional no espaço sócio ocupacional da Assistência Estudantil nas Universidades Públicas no país. É neste campo de possibilidades que se mobiliza a motivação para a produção do conhecimento através das pesquisas desenvolvidas, onde estes profissionais discutem as concepções de assistência estudantil entre a Assistência Social e a Educação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, B. C. DE. **O Trabalho De Assistentes Sociais na Moradia Estudantil Universitária da Universidade Federal de Goiás**. 2015, 181f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2015.

BARROS, E. P. “**A Política de Assistência Estudantil na UFPA: um estudo do Programa de Assistência Estudantil Permanência**”. 2017, 96f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Universidade Federal do Pará – UFPA. Belém/PA, 2017.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e serviço social: fundamentos ontológicos**. 3. ed. São Paulo, Cortez, 2005.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006.

BOSCHETTI, I. América Latina, Política Social e Pobreza: “novo” modelo de desenvolvimento? In: SALVADOR, Evilasio *et al.* **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012.

BORSATO, Francieli Piva. **Assistência Estudantil na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul após a implantação do PNAES**. 2015, 219f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Universidade Estadual de Londrina. 2015

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. **Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005**. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11091.htm>. Acesso em: 18 out. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012**. Regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7824.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%207.824%2C%20DE%2011,que%20lhe%20confere%20o%20art>. Acesso em: 20 out. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019**. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quanto a licenças e afastamentos para ações de desenvolvimento. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9991.htm>. Acesso em: 18 out. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, 2010.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **A democratização e expansão da educação superior no país 2003 – 2014**. Brasília/DF, 2014. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192>. Acesso em: 02 out. 2018

BRASIL. Código de Ética profissional de 1993; **Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências** (Lei 8662/93). Brasília/DF, 1993.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social** (Decreto 6.096/2007). Brasília/DF, 2007.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 95**. Altera o ato das disposições constitucionais transitórias para instituir o novo regime fiscal e dá outras providências. Brasília/DF, 2016.

CASTRO, Jorge Abrahão de. Política Social no Brasil: marco conceitual e análise da ampliação do escopo, escala e gasto público. In: **Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação**, n. 1, Jan.- Jun. 2011.

CAPES/Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Documento de Área. Área 32: Serviço Social**. Brasília, 2019. Disponível em: http://uab.capes.gov.br/images/Documento_de_%C3%A1rea_2019/DOC_SERVICO_SOCIAL_01_11.pdf. Acesso em 28 out. 2020.

CAPES/Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Documento de Área. Área 32: Serviço Social**. Brasília, 2016.

CISLAGHI, Juliana Fiuza. **Análise do REUNI: uma nova expressão da contra-reforma universitária brasileira**. Dissertação 2010, 187 f. (Mestrado em Serviço Social) Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2010

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação**. Brasília, DF, 2013.

COUTINHO, Carlos Nelson. Cidadania e modernidade. **Perspectivas**. UNESP. São Paulo, v. 22. 1999. p. 41-49. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/issue/view/33>>. Acesso em: 5 abr. 2019.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. Editora Paz e Terra; Rio de Janeiro, RJ, 1972.

DALLAGO, Cleonilda Sabaini Thomazini. **Serviço Social na Educação: concepções e direitos em questão**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2014.

DUTRA, Natália Gomes dos Reis; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 94, p. 148-181, Mar. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v25n94/1809-4465-ensaio-25-94-0148.pdf>>. Acesso em 05 abr. 2019.

DURAT, K. R. **A contradição das classes sociais presente no ensino superior: considerações sobre assistência estudantil.** 2015, 129f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Toledo/ PR, 2015.

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DIVULGA NOTA DE PESAR PELO FALECIMENTO DE NOBUKO KAMEYAMA. **AGÊNCIA UFRJ DE NOTÍCIAS - PRAIA VERMELHA.** Rio de Janeiro, 10 de junho de 2011. Editoria: Pesar e Solidariedade, unidade: ESS, unidade: NEPP-DH. 201. Disponível em: <<https://conexao.ufrj.br/2011/06/10/escola-de-servico-social-divulga-nota-de-pesar-pelo-falecimento-de-nobuco-kameyama/>>. Acesso em: 25 out. 2020.

FORTUNA, Sandra Lourenço de Andrade; GUEDES, Olegna de Souza. A produção do conhecimento e o projeto éticopolítico do Serviço Social. Rev. **Katálysis**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 34-42, Apr. 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141449802020000100034&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: out. 2020.

FRIGOTTO Gaudêncio. Educação e Trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora. **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 71-87, jan./jun. 2001. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/8463>>. Acesso julho de 2019.

GAZOTTO, Mireille Alves. **O trabalho do(a) Assistente Social na Assistência Estudantil: produção do conhecimento nos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social da região Sudeste do Brasil.** 2019. 248 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho”, FRANCA/SP, 2019.

GUEDELHO, Clefra Vieira. **Avaliação em profundidade da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal do Piauí – 2017.** 170 f.:Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/24384>>. Acesso em 01 out. 2017.

GUERRA, Y. A força histórico-ontológica e crítico-analítica dos fundamentos. In. **Praia Vermelha: estudos de política e teoria social.** Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nº 10, p. 12 – 45, 1º. Sem./2004.

GUERRA, Y. A dimensão investigativa no exercício profissional Serviço Social - **Direitos Sociais e Competências Profissionais.** CFESS, ABEPSS. Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/C8pQHQOyl68c9Bc41x5Y.pdf>. (2009). Acesso em: out. 2020.

IAMAMOTO, Marilda Villela. CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil.** 13º ed São Paulo: Cortez, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço Social: Direitos e competências profissionais.** Brasília: CFESS, ABEPSS, 2009(a)

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2009(b).

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço social em tempo de capital fetiche**: Capital financeiro, trabalho e questão social. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

IASI, Mauro. O Direito e a luta pela emancipação humana. In: **Direitos Humanos e Serviço Social: polemicas, debates e embates**. FORTI, Valeria; BRITES, Maria Cristina (Org.) – 3 ed. – Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. p. 171 – 193.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2018**. Brasília: Inep, 2019. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>> . Acesso em: 22/10/2020

KAMEYAMA, Nobuco. A trajetória da produção de conhecimentos em Serviço Social: avanços e tendências (1975-1997). **Cadernos Abess**. Diretrizes Curriculares e Pesquisa em Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1998, n. 8. Disponível em: <<http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-016-088.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2020

KERSTENETZKY, Celia Lessa. Notas sobre as tendências recentes do “Welfare State” in: Welfare State: tendências internacionais, caminhos para o Brasil. **Revista Política Social e Desenvolvimento** n° 4, v.1, 2014. (Plataforma Política Social).

KOWALSKI, A. V. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. 2012, 179f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC/RS, Faculdade de Serviço Social. Porto Alegre – RS. 2012.

LEMOS, Esther Luíza de Souza. **Serviço social e assistência social no Brasil contemporâneo: de uma fetichização a outra?** Tese 214 f. (Doutorado em Serviço Social) — UFRJ/CFCH/ESS Rio de Janeiro, RJ, 2009

LEITE, J. DE O. **As múltiplas determinações do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES nos governos Luiz Inácio Lula da Silva**. 2015, 544f. Tese (Doutorado em Serviço Social), Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife/PE. 2015.

LIMA, Telma Cristiane Sasso; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos Metodológicos na Construção do Conhecimento Científico: a pesquisa bibliográfica. Revista **Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 37-45, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0410spe.pdf>>. Acesso em: jul. 2019

LOMBARDI, José Claudinei. **Reflexões sobre educação e ensino na obra de Marx e Engels**. Tese (livre docência) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. 377 f. (Faculdade de Educação / Departamento de Filosofia e História da Educação). Unicamp, Campinas, SP, 2010

LOMBARDI, José Claudinei. Educação, Ensino e Formação profissional em Marx e Engels. in: **Marxismo e Educação debates contemporâneos**. Org. José Claudinei Lombardi e Dermeval Saviani. 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. p.1-38

LUKÁCS, Georg. **Ontologia do Ser Social: O Trabalho**. Trad. Ivo Tonet. Texto mimeografado. 2011.

MARTINELLI, Maria Lucia. **Serviço Social: Identidade e Alienação**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MARX, K. **Sobre questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Vol.1. 7 ed. São Paulo: Difel, 1983.

MARX, K. **Manuscritos Econômicos Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 1982.

MARX, K.; ENGELS, Friedrich. **Textos sobre Educação e Ensino**. Campinas (SP): Navegando, 2011.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para além do capital**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008. Tradução: Isa Tavares.

MINAYO, Maria Cecília (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Editora Vozes: Petrópolis, 1994.

MOTA, Ana Elizabete. Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento Revista. **Katálysis**, Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 17-27, 2013.

NASCIMENTO, Clara Martins. O SERVIÇO SOCIAL E A CRÍTICA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL CONSENTIDA: TAREFAS TEÓRICAS. In: **Temporalis**, Brasília (DF), ano 18, n. 36, p. 365-378, jul./dez. 2018. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/19733>>. Acesso em: 06 de junho de 2019.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, p. 13-77, 1992.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Temporalis**. Brasília: ABEPSS, Grafine. P.41-50, 2001, Ano II, n. 3, jan. a jun. de 2001.

NETTO, José Paulo. “La Reconceptualización: todavía viva 40 años después” In: ALAYÓN, N. (Org.). “**Trabajo Social Latinoamericano. A 40 años de la Reconceptualización**”. Editorial Espacio. Buenos Aires. 2007. p.72-83.

NETTO, José Paulo. O Serviço Social e a tradição marxista. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, nº 30, Ano X, p. 89-102, abril, 1989.

NETTO, José Paulo. **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social**. in: Serviço Social e saúde / Ana Elizabete Mota [et. al.], (orgs). São Paulo: OPAS. OMS, Ministério da Saúde, 2006

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Pós-64**. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, José Paulo. Tendências do Serviço Social na América Latina e no Brasil. In: MARTINS, A.; et. All. **Serviço Social Portugal-Brasil**. Campinas: Papel Social. 2016. p. 63-70.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2007.

PINTO, G. **A Política de Assistência Estudantil da UFF em duas faces: A institucionalidade dos processos e as Perspectivas da demanda estudantil**. 2015, 266f. Tese (Doutorado em Serviço Social) Rio de Janeiro, Brasil: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ. Rio de Janeiro/RJ, 2015.

REIS, Marcelo Braz dos. Notas sobre o projeto ético – político do Serviço Social In: **Coletânea de Leis – Cress 6ª Região –MG**, 2004

SADER. Emir. (Prefácio). in: MÉSZÁROS, István. **A Educação para além do capital**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008. Tradução: Isa Tavares. p. 15-18.

SAVIANI. Dermeval, Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. In: **Revista Brasileira de Educação**, v. 12 n. 34 jan./abr. 2007.

SAVIANI, Demerval. Educação Socialista, Pedagogia Histórico-Crítica e os Desafios da Sociedade de Classes. in: **Marxismo e Educação debates contemporâneos**. Org. José Claudinei Lombardi e Dermeval Saviani. 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

Seminário (transmitido via plataforma virtual) "Apropriação do tempo das mulheres: trabalho, maternidade e militância", o **ABEPSS AO VIVO**. Expositoras Priscila Cardoso; Verônica Ferreira, Mirla Cisne Mediação Rayane Noronha -ABEPSS. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0RExyE-roZw&t=3849s>. Transmitido ao vivo em 13 de out. de 2020

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; CARVALHO, Denise Bomtempo Briche de. (org) **Serviço Social, Pós-Graduação e Produção de conhecimento no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; CARVALHO, Denise Bomtempo Briche de. A pós-graduação e a produção de conhecimento no Serviço Social brasileiro. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 4, n. 8, 11 2007

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. 4º ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SIQUEIRA, Luana Souza. Desenvolvimento e Pobreza: uma análise crítica. **Temporalis**. Brasília (DF), ano 12, n. 24, Jul./dez.2012.

SOARES, T. C. DA S. **A relação entre os recursos do Programa Nacional de Assistência Estudantil e a ampliação do acesso na UFJF no contexto de contrarreforma universitária nos anos 2000**. 2017, 216f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora/MG. 2017.

SOUZA, F. D. DE. **O exercício profissional do assistente social na educação superior: a particularidade da dimensão educativa na assistência estudantil**. 2016, 182f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, Natal-RN. 2016.

TONET, Ivo. Educação e Ontologia Marxiana. In. **Trabalho e Educação**. Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 201-213, 2015.

TONET, IVO. **Educação, Cidadania e Emancipação Humana**. Ijuí: Unijuí, 2005a.

TONET, Ivo. Educar para a cidadania ou para a liberdade? In. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 469-484, jul./dez. 2005(b). Disponível em: <http://www.ced.ufsc.br/nucleos/nup/perspectiva.html>. Acesso em: 22 jul. 2019.

VELASCO, Eriva Garcia. Informação verbal. Palestra no **Seminário Nacional: O trabalho do/a assistente social na assistência estudantil** promovido pelo conjunto CFESS/CRESS de 22 a 23 de novembro de 2018 em Cuiabá/MT

VIEIRA, Evaldo. **Democracia e política social**. São Paulo: Cortez, 1992, Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, n. 49 (p. 15 - 26).

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Serviço Social e Sociedade**, n. 110, abr./junho 2012. São Paulo: Cortez.

ANEXOS

Tabela 4 - Relação dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil

Nº	Nome da Ies	Sigla da Ies	UF	Nome do Programa	Total de Programas
01	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	FUFSE	SE	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social	01 ME
02	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	PUC/SP	SP	Mestrado em Serviço Social	01 ME 01 DO
03	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO	PUC/RIO	RJ	Mestrado em Serviço Social	01 ME 01 DO
04	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL	PUC/RS	RS	Mestrado em Serviço Social	01 ME 01 DO
05	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	UERJ	RJ	Mestrado em Serviço Social	01 ME 01 DO
06	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	UERN	RN	Serviço Social e Direitos Sociais	01 ME
07	UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA	UEPB	PB	Mestrado em Serviço Social	01 ME
08	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	UEL	PR	Serviço social e política social	01 ME 01 DO
09	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ	UECE	CE	Serviço Social, Trabalho e Questão Social	01 ME
10	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANA	UNIOESTE	PR	Mestrado em Serviço Social	01 ME
11	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO, FRANCA (UNESP-FR)	UNESP/FR	SP	Mestrado em Serviço Social	01 ME 01 DO
12	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, JOÃO PESSOA (UFPB-JP)	UFPB	PB	Mestrado em Serviço Social	01 ME
13	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	UFAL	AL	Mestrado em Serviço Social	01 ME 01 DO
14	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	UFJF	MG	Mestrado em Serviço Social	01 ME 01 DO
15	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	UFPE	PE	Mestrado em Serviço Social	01 ME 01 DO
16	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	UFSC	SC	Mestrado em Serviço Social	01 ME 01 DO
17	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO	UNIFESP	SP	Serviço social e políticas sociais	01 ME
18	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS	UFAM	AM	Mestrado em Serviço Social	01 ME
19	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	UFPA	PA	Mestrado em Serviço Social	01 ME 01 DO
20	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	UFRJ	RJ	Mestrado em Serviço Social	01 ME 01 DO
21	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	UFRN	RN	Mestrado em Serviço Social	01 ME 01 DO
22	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	UFRGS	RS	Política social e serviço social	01 ME
23	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	UFF	RJ	Serviço Social e Desenvolvimento Regional	01 ME

(Continuação)

Nº	Nome da Ies	Sigla da Ies	UF	Nome do Programa	Total de Programas
	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	UFF	RJ	Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da UFF	01 ME 01 DO
24	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS	PUC/GO	GO	Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Serviço Social	01 ME
25	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	UFBA	BA	Mestrado em Serviço Social	01 ME
26	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA	UFRB		Serviço social, políticas sociais e territórios	01 ME
27	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	UFT		Mestrado em Serviço Social	01 ME
28	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS	UCPel	RS	Mestrado em política social	01 ME 01 DO
29	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	UFMT	MT	Programa de Pós-Graduação em Política Social	01 ME
30	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	UFES	ES	Programa de Pós-Graduação em Política Social	01 ME 01 DO
31	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	UNB	DF	Programa de Pós-Graduação em Política Social	01 ME 01 DO
32	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO	UFMA	MA	Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas	01 ME 01 DO
33	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA	UFRB	BA	Programa de Pós-Graduação em Política Social e Territórios	01 ME

Fonte: Plataforma Sucupira (2019). Quantitativo por área do conhecimento

APÊNDICE

Tabela 5 - Perfil das (os) autores

Autor	Titulação	Atuação Profissional (quando titulouse)	Atuação Profissional (atual)	Deu continuidade à formação Acadêmica?
Autor 1	Mestrado	Assistente Social na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROEST) da UFS desde 2014.	Manteve	*Não há no currículo Lattes
Autor 2	Mestrado	Assistente Social na UFS desde 2008.	Manteve	*Não há no currículo Lattes
Autor 3	Mestrado	Assistente Social da Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante (PRAPE) - Campus I (João Pessoa/PB) de 2008 à 2015.	Assistente Social do Serviço de Psicologia Aplicada (SPA) da Universidade Federal de Pernambuco, UFPE desde 2015	*Não há no currículo Lattes
Autor 4	Mestrado	Assistente Social na Universidade Federal de Campina - Grande - UFCG desde 2008.	Manteve	*Não há no currículo Lattes
Autor 5	Mestrado	Professora temporária no curso de Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Serra Talhada, FACHUSST.	Docente efetiva do Curso de Serviço Social da Universidade de Pernambuco/UPE desde 2014	2018 - Doutorado em andamento em Serviço Social Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC.
Autor 6	Mestrado	Bolsista do(a): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq. Formação em Serviço Social, mas não tem vínculo de trabalho com a universidade.	Não localizado atividade atual pelo currículo Lattes	*Não há no currículo Lattes
Autor 7	Mestrado	Assistente Social na UFPE desde 2012.	Manteve	*Não há no currículo Lattes
Autor 8	Mestrado	Assistente Social no Instituto Nacional do Seguro Social, INSS desde 2013. Professor celetista no curso de Serviço Social na Faculdade Maurício de Nassau - Caruaru/PE em 2015.	Manteve vínculo no INSS	*Não há no currículo Lattes
Autor 9	Doutorado	Assistente Social na Universidade de 1997 a 2008. A partir de 2008 professora adjunta da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas	Manteve vínculo de docente	Doutorado
Autor 10	Mestrado	Assistente social na Universidade Federal Rural do Semi-Árido, UFERSA desde 2013 com experiência na área de Assistência Estudantil.	Manteve	*Não há no currículo Lattes
Autor 11	Mestrado	Bolsista do(a): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, Brasil.	Não localizado atividade atual pelo currículo Lattes.	*Não há no currículo Lattes
Autor 12	Mestrado	Assistente Social na Universidade Federal do Pará, UFPA de 2013 a 2017.	Assistente Social no Instituto Nacional do Seguro Social, INSS desde 2017	*Não há no currículo Lattes
Autor 13	Mestrado	Membro da equipe de servidores técnicos da UFG, psicoterapeuta efetivada no programa de saúde mental Saudavelmente, na Pró-Reitoria de Assuntos da Comunidade Universitária (Procom) Vínculo com o órgão desde 1981. Não tem formação / graduação em Serviço Social.	Manteve Não atua como assistente social	2013 - 2016 Doutorado em Psicologia

(Continuação)

Autor	Titulação	Atuação Profissional (quando titulóu)	Atuação Profissional (atual)	Deu continuidade à formação Acadêmica?
Autor 14	Mestrado	Técnico em Assuntos Educacionais na Universidade Federal de Goiás desde 1999. Atua como Assistente Social.	Manteve	*Não há no currículo Lattes
Autor 15	Mestrado	Assistente de aluno no Instituto Federal Goiano, IF Goiano desde 2008. Bolsista do(a): Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Goiás, FAPEG/GO de 2014 a 2016	Manteve vínculo no IFG, porém não atua como Assistente Social	*Não há no currículo Lattes
Autor 16	Mestrado	Bolsista do(a): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES (2010 a 2012)	Analista Desenvolvimento Econômico e Social na Secretaria de Trabalho e Assistência Social, SETAS Cuiabá, MT desde 2012	*Não há no currículo Lattes
Autor 17	Mestrado	Assistente Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ desde 2008.	Manteve	2019 - Doutorado em Serviço Social pela PUC-Rio.
Autor 18	Mestrado	Assistente Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ desde 2010.	Manteve	*Não há no currículo Lattes
Autor 19	Mestrado	Assistente Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ. A autora está vinculada a Divisão de Assistência ao Estudante da UFRJ desde a década de 90.	Manteve	*Não há no currículo Lattes
Autor 20	Mestrado	Assistente Social na Universidade Federal Fluminense, UFF desde 1993.	Manteve	2018 - Doutorado em andamento em Ciências e Biotecnologia
Autor 21	Mestrado	Assistente Social na Associação de Assistência ao Adolescente, RJ desde 2008. A pesquisa foi desenvolvida com jovens atendidos pela AAA, não enfocando necessariamente no PNAES.	Manteve	*Não há no currículo Lattes
Autor 22	Doutorado	Assistente Social na Universidade Federal Fluminense, UFF desde 2009.	Manteve	Doutorado
Autor 23	Mestrado	Assistente Social na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ desde 2008.	Manteve	2017 - Doutorado em andamento em Serviço Social na UERJ.
Autor 24	Mestrado	Professora no curso de Serviço Social na Universidade do Grande Rio Profº José de Souza Herdy, UNIGRANRIO de 2011 a 2013.	Assistente Social no Hospital Central da Aeronáutica, HCA desde 2014	2017 - Doutorado em andamento em Serviço Social na UFRJ
Autor 25	Mestrado	Unidade de Pronto-Atendimento, UPA 24H, Rio de Janeiro, UERJ desde 2008.	Não localizada informação atualizada no Lattes	*Não há no currículo Lattes
Autor 26	Mestrado	Assistente Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ desde 2012.	Manteve	*Não há no currículo Lattes
Autor 27	Mestrado	Assistente Social na Universidade Federal do Triângulo Mineiro, UFTM desde 2010.	Manteve	2019 - Doutorado em Serviço Social na UNESP.
Autor 28	Mestrado	Assistente Social na Universidade Federal de Alfenas, UNIFAL/MG desde 2012.	Manteve	*Não há no currículo Lattes
Autor 29	Mestrado	Assistente Social na Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF desde 2013.	Manteve	*Não há no currículo Lattes

(Continuação)

Autor	Titulação	Atuação Profissional (quando titulóu)	Atuação Profissional (atual)	Deu continuidade à formação Acadêmica?
Autor 30	Mestrado	Assistente Social no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ desde 2014.	Manteve	*Não há no currículo Lattes
Autor 31	Mestrado	Assistente Social na Universidade Federal de Alfenas, UNIFAL/MG, desde 2008.	Manteve	*Não há no currículo Lattes
Autor 32	Mestrado	Assistente Social na Universidade Federal do Espírito Santo, UFES desde 2012.	Manteve	Doutorado em Serviço Social em andamento. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ. Início 2017
Autor 33	Doutorado	Assistente Social na Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, de 2004 a 2014	Assistente Social no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, IFRS, desde 2014	Doutorado
Autor 34	Mestrado	Assistente Social na Universidade Federal de Santa Maria, UFSM desde 2011.	Manteve	*Não há no currículo Lattes
Autor 35	Mestrado	Assistente Social na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS desde 2008.	Manteve	2016 - Doutorado em andamento em Serviço Social na PUCRS.
Autor 36	Mestrado	Assistente Social na Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus Cornélio Procópio desde 2010.	Manteve	*Não há no currículo Lattes
Autor 37	Mestrado	Assistente Social na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS desde 2012.	Manteve	*Não há no currículo Lattes
Autor 38	Mestrado	Assistente Social na Universidade Federal da Fronteira Sul- Realeza, PR desde 2010.	Manteve	*Não há no currículo Lattes
Autor 39	Mestrado	Assistente Social na Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus Toledo – PR, desde 2009.	Manteve	*Não há no currículo Lattes
Autor 40	Mestrado	Assistente Social na Universidade Federal do Paraná, campus Palotina desde 2010.	Manteve	*Não há no currículo Lattes
Autor 41	Mestrado	Assistente Social na Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus Francisco Beltrão desde 2010.	Manteve	Doutorado em andamento em Serviço Social e Política Social. Universidade Estadual de Londrina, UEL. Início 2017.
Autor 42	Mestrado	Assistente Social na Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC desde 2013.	Manteve	*Não há no currículo Lattes
Autor 43	Mestrado	Assistente Social na Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC desde 2013.	Manteve	*Não há no currículo Lattes
Autor 44	Mestrado	Assistente Social na Universidade Federal de Pelotas, UFPEL desde 1985.	Manteve	*Não há no currículo Lattes
Autor 45	Mestrado	Assistente Social na Universidade Federal do Pampa, UNIPAMPA desde 2010.	Manteve	*Não há no currículo Lattes
Autor 46	Mestrado	Assistente Social na Universidade Federal de Pelotas, UFPEL desde 1985.	Manteve	*Não há no currículo Lattes

Fonte: Elaborado pela autora